

**Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - FAFICH
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política**

JÉSER ABÍLIO DE SOUZA

**ENTRE CENAS, AFETOS E RESSENTIMENTOS:
ANALISANDO IDENTIDADES E DISCURSOS DE POLÍTICA
EXTERNA BRASILEIRA (2003-2010)**

Belo Horizonte
2021

JÉSER ABÍLIO DE SOUZA

**ENTRE CENAS, AFETOS E RESENTIMENTOS:
ANALISANDO IDENTIDADES E DISCURSOS DE POLÍTICA EXTERNA
BRASILEIRA (2003-2010)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Área de concentração: Ciência Política
Linha de pesquisa: Instituições Políticas e Política Internacional

Orientador: Prof. Dr. Cristiano Rodrigues

Belo Horizonte
2021

320 Souza, Jéser Abílio de.
S729e Entre cenas, afetos e ressentimentos [manuscrito] :
2021 analisando identidades e discursos de política externa
brasileira (2003-2010) / Jéser Abílio de Souza. - 2021.
153 f.
Orientador: Cristiano dos Santos Rodrigues.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Inclui bibliografia.

1.Ciência política – Teses. 2. Brasil – Política externa – Teses. I.Rodrigues, Cristiano dos Santos. II .Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

ATA 07ª/2021 DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DO ALUNO JÉSER ABÍLIO DE SOUZA

Realizou-se, no dia 21 de maio de 2021, às 10:30 horas, a defesa da dissertação, intitulada “*Entre cenas, afetos e ressentimentos: analisando identidades e discursos de política externa brasileira (2003-2010)*”, elaborada e apresentada por JÉSER ABÍLIO DE SOUZA, número de registro 2019664024, graduado no curso de DIREITO. A defesa é requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em CIÊNCIA POLÍTICA e foi submetida e analisada pela seguinte Comissão Examinadora: Prof. Cristiano dos Santos Rodrigues - Orientador (DCP/UFMG), Profa. Glaucia Muniz Proença Lara (FALE/UFMG), Prof. Ricardo Fabrino Mendonça (DCP/UFMG), todos por videoconferência incluindo o referido discente. A Comissão considerou a dissertação APROVADA. Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada eletronicamente pelos membros da Comissão. Belo Horizonte, 21 de maio de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Cristiano dos Santos Rodrigues, Professor do Magistério Superior**, em 21/05/2021, às 09:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Fabrino Mendonca, Professor do Magistério Superior**, em 21/05/2021, às 12:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Glaucia Muniz Proenca Lara, Professora do Magistério Superior**, em 21/05/2021, às 12:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0671946** e o código CRC **C489CC63**.

Referência: Processo nº 23072.219018/2021-78

SEI nº 0671946

Identidade

Preciso ser um outro
Para ser eu mesmo

Sou grão de rocha
Sou o vento que a desgasta

Sou pólen sem inseto

Sou areia sustentando
o sexo das árvores

Existo onde me desconheço
aguardando pelo meu passado
ansiando a esperança do futuro

No mundo que combato morro
no mundo por que luto nasço

Mia Couto, *in* Raiz de Orvalho e Outros Poemas

AGRADECIMENTOS

As páginas que completam esta pesquisa perfazem a soma do esforço e apoio de muitas pessoas, que me ajudaram a refletir estas questões e/ou me suportaram neste caminho. Há muitas pessoas a agradecer e sem elas este trabalho não teria chegado a êxito, ou eu não teria sobrevivido até aqui.

Primeiramente, agradeço imensamente ao meu orientador, professor Cristiano Rodrigues, por acreditar em mim e no Projeto desde o início. Sem sua orientação, competência e paciência, eu não estaria onde estou. Agradeço, ainda, ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFMG e seu corpo docente que me acolheram e me proporcionaram apoio e conhecimento no percurso. Agradeço a professora Natália Sátyro, por toda atenção oferecida às minhas solicitações para a Coordenação do Programa. E agradeço a Secretária do Programa, Alessandro e Thaís, por toda atenção, carinho e suporte técnico oferecido às minhas demandas e dúvidas.

Também tenho agradecimentos ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UFMG. Ao cursar disciplinas de Análise do Discurso, as professoras Gláucia Muniz e Maria Carmen Aires desempenharam um papel chave na reflexão e construção do meu projeto. Assim, tenho uma gratidão enorme com a profa. Gláucia pela apresentação da Semântica Global de Maingueneau e com a profa. Maria Carmen Aires pela sugestão do *software* KITCONC.

Aproveitando, tive o prazer de participar de um curso ministrado pelo prof. Dominique Maingueneau, razão pela qual agradeço pelos conhecimentos oferecidos, pois contribuíram para a reflexão do escopo teórico da AD. Agradeço, também, ao professor José Lopes, desenvolvedor do concordanciador KITCONC, que com todo carinho, me atualizava com as novas versões do *software* por meio das nossas trocas de mensagens via e-mail. Agradeço, ainda, a Izabela Baitelo, uma grande amiga, que me ajudou a coletar todos os discursos nos *sites* institucionais do Ministério das Relações Exteriores e da Presidência.

Registro também os agradecimentos às colegas e amigas da turma 2019 do Mestrado e do Doutorado, especialmente Ana Luísa Machado, Carla Rosário, Gabriel Mattos, Grécia Mara e Rayanne Lima; além de colegas e amigas de outras turmas, em particular Mariana Abreu e Pollyana Santos, e de outros programas, como Marcus Vinícius, que fui fazendo quando cursava disciplinas.

Longe dali, em terras paulistas, preciso agradecer a professora e amiga Elizabete Sanches, e sua filha Laura, por toda força, apoio e carinho depositados. Ainda, preciso registrar que este trabalho apenas existe em razão da oportunidade que a profa. Bete me concedeu no passado para participar de um projeto de iniciação científica com AD. Agradeço, também, ao Grupo de Estudos que criei em junho/2020, durante a quarentena provocada pelo COVID-19, porquanto as discussões e encontros virtuais, periodicamente, me proporcionaram um recuo do cenário angustiante e de isolamentos.

No círculo mais íntimo, posso dizer que sobrevivi graças ao apoio de amigas queridas, como Camila Oliveira, Izabela Baitelo, Sophia Teixeira, Giullia Fidelis, Natália Condé, Esther Condé, Liélen Facchini, Nayra Abdala, Paula Gereti; as amigas já citadas, Elizabete, Laura, Rayanne, Ana Luísa, Carla, Gabriel, Grécia; à minha família: minha mãe Maria Esther e meu pai Ruberlei, minha sogra Ana Maria e meu sogro José Carmo.

Finalmente, agradeço ao meu marido, Wesley, melhor amigo, companheiro de jornada, por ser meu abrigo em momentos mais difíceis e complicados. Nada disso seria possível sem sua presença, paciência e apoio.

Não posso esquecer de agradecer à CAPES pelos recursos disponibilizados para esta pesquisa por meio da bolsa.

RESUMO

A política externa brasileira no período dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva foi conduzida pela afirmação da presença soberana do país no cenário internacional através do alinhamento, cooperação e integração com o eixo Sul-Sul, intensificando relações comerciais com países emergentes e ingerindo questões de escala global. Propõe-se a compreender, a partir da interpretação de signos, sentidos e significados, as representações de identidades internacionais do Brasil em discursos oficiais de política externa brasileira durante os governos Lula. Trata-se de pesquisa interpretativa, de caráter compreensivo, com orientação analítico-discursiva, que se pautou em estudo de casos nos contextos da América do Sul e do Oriente Médio, mediante a aplicação de um dispositivo de análise do discurso. A análise do discurso possibilitou identificar um complexo sistema de significação operado pelos discursos que, ao deslocarem textualmente as posições do Estado no espaço discursivo, distintas relações de diferenças foram produzidas por práticas representacionais. Constatou-se que as práticas representacionais envolveram a demarcação de fronteiras entre o sujeito-EU e o Outro em termos espaciais, temporais e éticos, além da mobilização de afetos e ressentimentos, do estabelecimento de ligações intertextuais com cenas temporais, da instauração de polêmica, da utilização de repetições, paráfrases e reformulações e da construção de imagens estereotipadas. Neste processo discursivo, as identidades internacionais do Brasil, sul-americana, de líder regional e de interlocutor entre povos, eram representadas pela política externa brasileira, justificando e conduzindo o Estado por meio de posições de poder no sistema internacional. Concluiu-se que as identidades internacionais devem ser pensadas de forma relacional e diferencial e que os discursos, a interpretação e os significados constituídos são imprescindíveis para a existência da ação política e estatal e das identidades.

Palavras-chave: Política externa brasileira. Identidades internacionais. América do Sul. Oriente Médio. Análise do discurso.

ABSTRACT

The Brazilian foreign policy during Luiz Inácio Lula da Silva's administrations was conducted by the affirmation of the country's sovereign presence on the global scenario, through alignment, South-South cooperation, and integration, intensifying trade with emerging nations, and covering global-scale issues. Throughout the linguistic signs, senses, and meanings' interpretation, this dissertation aims to comprehend the Brazilian international identities' representation in official foreign policy speeches during Lula's administration. This subject concerns comprehensive interpretative research with an analytical-discursive orientation, which was based on a case study built in the contexts of South America and the Middle East, through the application of a discourse analysis device. The textual analysis' *corpus* made it possible to identify a complex system of denotation operated by the speeches that, when textually displacing the State positions in the discursive field, produces distinct relations of differences by representational practices. It was verified that representational practices involved the demarcation of boundaries between the Self-as-subject and the Other in spatial, temporal, and ethical terms, besides the mobilization of affections and resentments, the establishment of intertextual connections with temporal scenes, the controversy, the use of repetitions, paraphrases and reformulations and the construction of stereotyped images. In this discursive process, Brazilian international identities as South American, a regional leader, and peoples' interlocutor were represented by Brazilian foreign policy, justifying and leading the State through the international system's positions of power. It was concluded that the international identities must be thought of relatively and differentially and that the speeches, the interpretation, and the meanings established are essential for the existence of identities and of state and political action.

Keywords: Brazilian foreign policy. International identities. South America. The Middle East. Discourse analysis.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Análise do Discurso
AIEA	Agência Internacional de Energia Atômica
ALCA	Área de Livre-Comércio das Américas
ANP	Autoridade Nacional Palestina
ASPA	Cúpulas América do Sul-Países Árabes
BRICS	Brasil, Rússia, Índica, China e África do Sul
CALC	Cúpula da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento
CASA	Comunidade das Nações Sul-Americanas
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
EUA	Estados Unidos
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
P5+1	os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas (EUA, China, Reino Unido, Rússia e França) mais a Alemanha
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
UE	União Europeia

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Desenho de pesquisa, modelo intertextual tipo 1	36
Figura 2 - Frequência através da ferramenta Lista de Palavras, no KITCONC 4.0 - América do Sul	40
Figura 3 - Frequência através da ferramenta Lista de Palavras, no KITCONC 4.0 - Oriente Médio.....	41
Figura 4 - Chavicidade através da ferramenta Palavras-chave, no KITCONC 4.0 - América do Sul.....	42
Figura 5 - Chavicidade através da ferramenta Palavras-chave, no KITCONC 4.0 - Oriente Médio.....	43
Figura 6 - Marcador analítico: posicionalidade identificacional	62
Figura 7 - Dispositivo analítico de identidades em discursos de política externa.....	69

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Colocados referentes à América do Sul.....	44
Tabela 2 - Colocados referentes ao Oriente Médio	45

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
Enunciando o tema da pesquisa.....	15
A tessitura da pesquisa	19
Mapeamento dos capítulos	20
CAPÍTULO 1 - NOTAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS	23
1.1 Considerações iniciais	23
1.1.1 <i>Por que analisar a política externa brasileira nos governos Lula?</i>	23
1.1.2 <i>Por que privilegiar o discurso?</i>	24
1.1.3 <i>Por que a escolha das regiões América do Sul e Oriente Médio?</i>	24
1.1.4 <i>Por que pesquisa interpretativa?</i>	26
1.1.5 <i>Por que Análise do Discurso na Ciência Política?</i>	27
1.2 Posturas teórico-metodológicas	27
1.2.1 <i>Postura interpretativa e as estratégias elucidativas práticas</i>	28
1.2.2 <i>Postura pós-estruturalista e os procedimentos de desconstrução e análise intertextual</i>	29
1.2.3 <i>Postura discursiva pela Análise do Discurso</i>	32
1.3 Metodologia e métodos	33
1.3.1 <i>Escolhas planejadas e desenho de pesquisa</i>	34
1.3.2 <i>Corpus</i>	36
1.3.3 <i>Métodos de coleta e seleção de textos e de (co-)geração de dados</i>	37
1.3.4 <i>Métodos de análise do discurso</i>	47
CAPÍTULO 2 - CONSTRUINDO MARCOS ANALÍTICOS.....	49
2.1 Olhares da literatura.....	49
2.2 Posicionalidade identificacional como marcador discursivo-interpretativo	58
2.3 Lentes analíticas e categorias linguístico-discursivas	62
CAPÍTULO 3 - ANALISANDO A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: INTERPRETANDO DISCURSOS, TECENDO IDENTIDADES.....	70
3.1 Oriente Médio: promovendo a paz na região	70
3.1.1 <i>Contextualização: o caso israelo-palestino na questão Palestina e o caso do programa nuclear iraniano</i>	70
3.1.2 <i>Analisando discursos</i>	73

3.2 América do Sul: rumo à integração regional.....	87
3.2.1 <i>Contextualização: MERCOSUL e UNASUL</i>	87
3.2.2 <i>Analisando discursos</i>	89
3.3 Relações econômicas: similaridades e diferenças entre os contextos relacionais da América do Sul e do Oriente Médio.....	105
3.4 Exploratória crítica da interpretação.....	112
3.4.1 <i>Entre contextos, acontecimentos e memórias</i>	112
3.4.2 <i>Das posições do Brasil às suas identidades internacionais</i>	115
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	135

APRESENTAÇÃO

Este trabalho é constituído por muitas escolhas. Escolhas assumidamente interdisciplinares proveniente de meu percurso acadêmico. Iniciei o curso de graduação em Direito na Universidade Paulista em 2008 e optei por trabalhar com mediação de conflitos. Comecei atuando como conciliador e mediador em órgãos públicos e depois me tornei instrutor de cursos de capacitação do Conselho Nacional de Justiça. Essas experiências me permitiram sentir o quanto o discurso é uma força, um poder em si mesmo. Não porque haveria um poder na fala – “persuasiva” –, devido a minha posição de mediador e instrutor. O poder do discurso vai além disso! Até porque, na mediação adotada no âmbito do Judiciário brasileiro como mecanismo adequado para resolução de conflitos, se prega a utilização de uma linguagem neutra e imparcial, o que possivelmente não existe, pois ao falarmos a partir de uma posição, expressamos o mundo pela forma como o enxergamos e não há como desvincular o discurso expresso dessa nossa visão singular. Distintamente, trata-se de como somos envolvidos por discursos e como esses provocam mudanças nas pessoas e nas estruturas sociais. Mudanças que, muitas vezes, não dependiam de minhas intenções e planejamentos. Contudo, embora eu intuísse que havia uma potência de análise nesse cenário, ainda não entendia o discurso como constitutivo. Isso somente ficou evidente quando, no meu segundo curso de graduação, passei a abordar o evento político do ponto de vista da Análise do Discurso (AD).

Em 2015, iniciei o curso de graduação em Relações Internacionais (RI) pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Durante o primeiro ano, conheci a professora Elizabete Sanches, da área de Letras, que ministra a disciplina *Cultura e Linguagem* para o curso de RI. Naquele ano, ela me convidou para participar de um projeto de iniciação científica através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), realizando um estudo sobre AD. Orientado pela profa. Bete, desenvolvi três projetos de iniciação científica ao longo do curso, todos sobre política externa e AD. Embora houvesse avanços de um projeto ao outro com relação ao aprofundamento teórico da AD, sempre sentia um incômodo com as análises: “*Parece que a análise do discurso (enquanto método) escapa das minhas mãos*”, dizia eu à professora Bete. Ela respondia que os sentidos não são transparentes e, sendo a própria pessoa analista que constrói o dispositivo de análise, o incômodo é comum.

Ainda tive a oportunidade de participar como redator-colaborador do Observatório de Política Exterior da UNESP-Franca. Ao trabalhar com discursos jornalísticos para construir informes semanais a serem distribuídos para o nosso público, passei a compreender mais nitidamente o quanto os discursos não são únicos. Frequentemente, deparava-me com acontecimentos da política externa enunciados nos jornais, porém, o mesmo fato era representado distintamente por cada jornal. Ademais, os temas de política externa envolviam discursos mais amplos, históricos, bem como discursos de política externa de outros países. Comecei a perceber que esses discursos políticos e textos jornalísticos estão imersos em uma teia interdiscursiva, dialogando, contestando e apropriando-se de discursos do momento ou de outras épocas, criando novos significados.

Em 2019, iniciei o mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Estava angustiado graças aos discursos de ódio manifestados em diversos âmbitos da vida social, devido à polarização política brasileira. Tornei-me sensível aos discursos em virtude dos meus olhares treinados em AD, transcendendo a simples literalidade e superficialidade das palavras. Ao participar das primeiras disciplinas do programa, fiquei intrigado ao constatar que o discurso acadêmico *mainstream* da Ciência Política, ancorado em uma metodologia e epistemologia positivista que reivindica o estabelecimento de inferências causais, tem invalidado outros estatutos científicos, considerados problemáticos, sem rigor metodológico e até não científicos. A AD não tem tido visibilidade enquanto abordagem teórico-metodológica pela Ciência Política. É tratada como mero método, passível de ser utilizada por qualquer pessoa, independentemente de pressupostos epistemológicos e ontológicos que a sustentam. Outro incômodo surgiu devido ao fato de que a AD, bem como a pesquisa interpretativa – adotada nesta pesquisa – se encontrarem em um terreno de incógnita pela Ciência Política.

Nesse cenário conturbado, aprofundei-me nas leituras sobre pesquisa interpretativa e passei a participar de disciplinas de AD no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UFMG, aprimorando-me metodologicamente através de distintas Análises do Discurso. Também tive a oportunidade de participar de um curso de AD com o linguista francês Dominique Maingueneau, o que ampliou ainda mais meus horizontes com relação ao tema. Percebi, então, através de meus encontros com a AD por meio do mundo acadêmico e da pesquisa pela Linguística Aplicada, que esse campo de conhecimento não possui uma ausência de diálogo com a Ciência Política. Em contrapartida, a Ciência Política não tem um conjunto sistemático de trabalhos com AD, considerando o discurso

como residual do campo cultural e/ou campo ideacional. Contudo, há algumas autoras e autores que se dedicam com profundidade ao estudo do discurso na Ciência Política. A esse respeito, cito a teoria do discurso de Chantal Mouffe e Ernesto Laclau, de concepção pós-marxista da política. No Brasil, seguindo a teoria do discurso laclauiana, Céli Regina Jardim Pinto desenvolveu trabalhos com análise do discurso político e Daniel Mendonça pesquisou o antagonismo no discurso político. Outro autor que merece destaque é Ricardo Fabrino Mendonça, cujos trabalhos envolvem os discursos visual, político e de mídias.

Nesse percurso, cheguei a esta pesquisa a partir de diversas reflexões teóricas e empíricas ao longo dos anos. Tenho uma observação da importância desse marco teórico-metodológico e prático das Análises do Discurso através de minhas posições como mediador e pesquisador, atravessado por discursos que buscam, ora reforçar a manutenção do *status quo*, ora alterar as estruturas sociais e de conhecimento. E, também, uma observação através de minha história de vida como homem negro gay, atravessado por discursos discriminatórios de outrem e discursos de resistência. Essa posição racial e de gênero-sexualidade se vincula na construção da minha própria identidade. E o olhar para essa minha identidade influenciou na escolha de trabalhar com o tema *identidade na política externa*. Assim, este estudo se insere no encontro entre política externa, identidade e discurso, de modo que busco prover novas interpretações sobre a temática, através da identificação e da análise das identidades internacionais do Brasil (re)produzidas na política externa brasileira nos governos Lula.

À vista disso, reivindico uma postura interdisciplinar para compreender os fenômenos políticos e discursivos, empenhando-me para contribuir com análises no campo da Ciência Política, particularmente sobre Política Externa, mediante a construção de interfaces teórico-metodológicas com outros campos de conhecimento, especialmente a AD. Acredito que minhas escolhas contribuem para demonstrar que pesquisas que privilegiam o discurso podem se interligar com outras áreas do conhecimento científico, sem abandonar o estatuto de ciência da grande área Política e sem renunciar a um plano de análise estruturado, rigoroso e sistemático.

Enunciando o tema da pesquisa

Com o fim da Guerra Fria, o sistema internacional ganhou outros contornos no final do século XX. Houve crescimento e desenvolvimento acelerado das telecomunicações em

escala global e da tecnologia da informação e a intensificação de fluxos financeiros (LIMA, 2010). Além disso, a Organização Mundial do Comércio (OMC) foi criada, a União Europeia expandiu-se para os países do Leste e surgiram novos arranjos regionais voltados para o comércio, como o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), o Acordo de Livre Comércio da América do Norte e a Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (SOUZA, 2009). Tais mudanças intensificaram-se no século seguinte.

A literatura caracteriza o sistema internacional no início do século XXI através da possibilidade e ascensão de atores intermediários. Grandes países em desenvolvimento, como Brasil, África do Sul, Índia, Irã e Turquia, assumiram iniciativas autônomas em temas globais. Anteriormente, as decisões e o protagonismo no sistema internacional eram reservados às grandes potências, países-membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas (GONÇALVES, 2011; RICUPERO, 2017). Nomes como Cerro, Gonçalves, Ramanzini Jr., Ricupero, Lima, dentre outras autoras e outros autores, argumentam que a tendência de ascensão de atores internacionais se encontra fortemente associada a um conjunto de eventos importantes que marcaram o sistema internacional. A seguir, serão exemplificados alguns desses eventos.

Logo na primeira década do século XXI, aconteceram os ataques de 11 de setembro de 2001 às torres do *World Trade Center* e ao Pentágono, nos Estados Unidos (EUA). Em resposta, os EUA, sob os governos George W. Bush (2001-2008), adotaram o unilateralismo como estratégia política e invadiram militarmente o Iraque, em 2001, e o Afeganistão, em 2003. Mediante uma doutrina de ataques preemptivos, os EUA conduziram um combate contra os supostos membros do Eixo do Mal¹, a fim de conter ameaças terroristas (RAMANZINI JR., 2010; RICUPERO, 2017; SOUZA, 2009). Essa postura estadunidense gerou grande desaprovação por parte da comunidade internacional.

Outros eventos importantes da mesma década foram o crescimento econômico da China, que aumentou sua “participação na economia global de cerca de 1% para 4%” (LIMA, 2010, p. 3) e se consolidou como uma potência econômica importante (LIMA, 2010; RICUPERO, 2017; GONÇALVES, 2011); o esvaziamento das atenções para a América Latina – não que essas atenções fossem tão proeminentes assim –, em razão do olhar prioritário dos EUA para o Oriente Médio, além do aumento das divergências entre

¹ Após o 11/09, o presidente estadunidense George W. Bush definiu como prioridade da política externa estadunidense o combate ao terrorismo internacional, associando os países Iraque, Irã e Coreia do Norte como o Eixo do Mal, descritos como uma aliança de Estados terroristas que estariam buscando se armar com armas de destruição em massa (PECEQUILO, 2002; PECEQUILO; CARMO, 2015).

regimes, por exemplo, os regimes de Chávez na Venezuela, de Morales na Bolívia e de Correa no Equador, que são muito heterogêneos quando comparados entre si (RICUPERO, 2017). Ainda como evento que marcou a década temos a crise financeira mundial de 2008, desencadeada nos EUA, debilitando preferencialmente as economias ocidentais consideradas desenvolvidas, como o próprio EUA e a Europa (CERVO, 2015; RICUPERO, 2017).

No Brasil, o Banco Central e o Ministério da Fazenda abalaram-se devido à alternância democrática para o primeiro governo de esquerda, em virtude do temor de um suposto calote da dívida pública pelo Partido dos Trabalhadores. Por efeito, a taxa de câmbio elevou-se de R\$ 2,4 por dólar a R\$ 3,4 e o risco Brasil aumentou para mais de 2.400 pontos (RICUPERO, 2017, p. 600). Apesar desse cenário, a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais de 2002 representou para muitas pessoas e grupos um cenário positivo de mudanças sociais. O primeiro governo Lula (2003-2006) defendeu uma “prioridade programática da inclusão e promoção social”, à proporção que ocorreria “a expansão da economia, a relativa estabilidade de preços, os programas redistributivos, a política de reajuste do salário mínimo” (RICUPERO, 2017, p. 606). Segundo Ricupero (2017), no Brasil, houve uma redução significativa das desigualdades na distribuição de renda durante os oito anos de governo. O salário-mínimo atingiu um aumento de quase 63%, o “coeficiente de Gini diminuiu de 0,563% (2002) a 0,530 (2010)” (RICUERO, 2017, p. 606) e houve uma diminuição de 50,6% de pessoas vivendo em situação de pobreza.

No cenário internacional, durante os governos Lula, o Brasil teve uma política externa com intensa atividade, destacando-se a diplomacia desempenhada pelo próprio presidente. De acordo com a literatura (por exemplo, ALMEIDA, 2010; 2012; 2014; CERVO, 2003; 2015; LIMA; HIRST, 2009; HIRST; LIMA; PINHEIRO, 2010; VIGEVANI; CEPALUNI, 2007; 2011), a política externa foi conduzida a partir da afirmação de sua presença soberana no cenário internacional através do alinhamento, cooperação e integração com o eixo Sul-Sul, da intensificação nas relações comerciais com países emergentes (Índia, África do Sul, China e Rússia), da ingerência em questões de escala global (como paz e segurança internacional, pobreza e fome mundial, questões climáticas), do pleito por um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas etc.

Nesse quadro, Vigevani e Cepaluni (2007, p. 283; 2011, p. 36 e 136) defendem que o Brasil atuou pela lógica da “autonomia pela diversificação”, que incide na adesão aos princípios e normas internacionais sobrevividos de alianças Sul-Sul e acordos realizados com parcerias não tradicionais, como África, Ásia-Pacífico, China, Leste Europeu e Oriente Médio. O intuito seria diminuir assimetrias nas relações externas com as grandes potências e aumentar o poder de barganha com EUA e União Europeia (VIGEVAANI; CEPALUNI, 2007; 2011). Ademais, o Brasil buscou preservar relações com os países em desenvolvimento e cooperar com organizações internacionais para proporcionar um maior equilíbrio no sistema internacional.

Com um olhar similar, Cervo (2010, p. 11; 2015, p. 531) argumenta que o país aderiu ao “multilateralismo da reciprocidade” por se engajar na construção conjunta de regras para compor o ordenamento internacional e buscar garantir a reciprocidade dos efeitos de tais regras para que os interesses de uns não fossem privilegiados em prejuízo de outros. Evitando a disparidade do poder nas relações com as grandes potências, o Brasil reivindicou a reciprocidade em todas as áreas das relações internacionais (economia, comércio, segurança, meio ambiente, saúde e direitos humanos), à medida que buscava promover interesses brasileiros e formar alianças com países emergentes (CERVO, 2010; 2015).

Por outro lado, para Almeida (2010, p. 39; 2014, p. 145 e 186), essa política externa é caracterizada por uma “diplomacia partidária”, centrada no próprio presidente Lula, diante das posições e preferências políticas alinhadas com uma ideologia anti-imperialista do Partido dos Trabalhadores, além de preferências políticas pessoais da chancelaria e posturas e tradições diplomáticas brasileiras (ALMEIDA, 2010; 2012; 2014). Almeida (2012; 2014) entende que essa política externa visava modificar o eixo de poder e estabelecer alianças estratégicas com parcerias privilegiadas, mediante a conquista de uma cadeira permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Tendo em vista a orientação ideológica e as preferências políticas, o autor considera essa política externa como “exótica” (2014, p. 213 e 239), “megalomaniaca” (2012, p. 96; 2014, p. 240) e “totalmente irrealista” (2010, p. 34) por não ser condizente com as responsabilidades internacionais de um país emergente.

No entanto, é preciso considerar que, nesses e em outros estudos, somente se têm cogitado a política externa enquanto formulação de estratégias, barganha de interesses, preferências políticas e orientação ideológica. Poucas análises articularam a política

externa brasileira com a identidade do Estado ou consideraram o plano discursivo para a compreensão da política externa. Será que a identidade e os discursos são importantes para a compreensão dos posicionamentos e ações adotadas por uma política externa? É o que eu gostaria de compreender.

A presente pesquisa justifica-se pela própria condução da política externa, visto que as políticas dependem de representações a partir do externo (por exemplo, de ameaça externa, terrorismo e imigrações) e de problemas internos que acometem o país (segurança, corrupção, epidemias e crises internas de ordem econômica, social e política), refletindo em sua disposição diante do sistema internacional. Dessa forma, como aponta Hansen (2006), as políticas externas precisam atribuir sentidos a situações e construir objetos dentro delas e, ao fazer isso, articulam-se identidades específicas de um *Self* (ou “Si mesmo” ou apenas “Eu”) nacional, regional ou institucional, tal como identidades de outros Estados-nações, povos, regiões e instituições.

Portanto, compreender como a identidade internacional do Brasil se constituiu através dos discursos de política externa é analisar a maneira que o Estado se posiciona no mundo, buscando construir e reconstruir sua ordem internacional. Afinal, “identidades são importantes para a política externa, [...] elas podem ser estudadas sistematicamente através da adoção de uma teoria do discurso.” (HANSEN, 2006, p. 4).

A tessitura da pesquisa

A pergunta central de reflexão desta pesquisa é: *De que maneira os discursos realizaram as representações da(s) identidade(s) internacional(is) do Brasil na política externa brasileira nos governos Lula (2003-2010)?* Meu objetivo de pesquisa consiste em conduzir, mediante a interpretação de signos², significados e sentidos³, uma investigação das representações de identidades internacionais do Brasil em discursos oficiais de política externa. Portanto, o *objeto de pesquisa* deste trabalho corresponde às identidades do Brasil constituídas e representadas por meio dos discursos da política externa brasileira.

Esta pesquisa não visa discutir políticas de identidade ou políticas identitárias, mas sim analisar a identidade na política, pois a política identitária é pautada em uma “demanda individual por reconhecimento” (HAIDER, 2019, p. 49), através de uma identidade

² Compreendo signo como equivalente a palavra e vocábulo nos textos.

³ Estou entendendo por sentido como o significado, atrelado ao enunciado, acrescido de elementos contextuais.

individual, à medida que assume tal identidade como dada, geral e universal. Logo, analisar políticas identitárias implica adotar um método extremamente individual e reducionista, limitado a reivindicações identitárias dentro de um quadro ideológico que considera a identidade como um elemento abstrato, fundacional e planejado por grupos, partidos e organizações políticas (HAIDER, 2019). Diversamente, considerar a identidade na política é tomá-la como um elemento analítico e complexo, com muitos contornos, que organiza e transforma a vida social e as relações de poder. Analisar a identidade na política é considerá-la incorporada à política, sendo socialmente construída e não estagnada e limitada a certas afirmações identitárias (ALMEIDA, 2019; HAIDER, 2019).

De outra parte, pretendo analisar a constituição de possíveis identidades com o aspecto relacional. Partindo da premissa de que não houve a construção e a representação de uma única identidade internacional do Brasil, selecionei duas regiões distintas para configurar o referente espacial e os possíveis “Outros” da relação: América do Sul e Oriente Médio. Trata-se de um esforço para verificar como essas regiões entraram no debate de política externa do Brasil em contextos específicos para contribuir com a constituição de identidades do país.

Nesta pesquisa, o referencial teórico foi construído principalmente através de abordagens pós-estruturalistas e discursivas. Foram utilizados trabalhos de autoras e autores de Ciência Política e Relações Internacionais, como as pesquisadoras Chantal Mouffe, Lene Hansen, Bahar Rumelili, Roxanne Lynn Doty e Senem Aydın-Düzgit e os pesquisadores William E. Connolly, Michael J. Shapiro e David Campbell, entre outros nomes; além de estudos de Análise do Discurso compatíveis com o pós-estruturalismo, tendo o linguista e analista do discurso Dominique Maingueneau como principal nome. Esta pesquisa é pautada em *estudos de casos*, apontando para uma compreensão interpretativa e discursiva da temática, o que será melhor explicado no capítulo seguinte.

Mapeamento dos capítulos

Esta dissertação está organizada em três capítulos, além desta apresentação e das considerações finais. O primeiro capítulo, *Notas teórico-metodológicas*, traz o desenho de pesquisa. Inicialmente, discorro sobre a centralidade do discurso e a importância da pesquisa interpretativa, para, em seguida, apresentar as posturas teórico-metodológicas adotadas (interpretativa, pós-estruturalista e discursiva), destacando também as estratégias

e procedimentos escolhidos em cada postura. Ao final da seção, apresento pormenorizadamente a metodologia adotada.

No segundo capítulo, *Construindo marcos analíticos*, disserto sobre uma maneira de analisar, interpretar e compreender os processos discursivos nas constituições e representações das identidades na política externa. Na seção 2.1 (Olhares da literatura), apresento distintas compreensões no interior da abordagem teórica pós-estruturalista sobre os conceitos-chave com os quais trabalho: identidade e política externa. Seguindo com uma orientação interpretativa, considero as explicações teóricas equivalentes a “palpites” provisórios e não conceitos pré-desenvolvidos e enraizados (SCHWARTZ-SHEA; YANOW, 2012). Recorrendo a Schwartz-Shea e Yanow (2012) e Schaffer (2016), articulo o uso dos conceitos-chave de baixo para cima, ou seja, incorporando a construção dos entendimentos e significados ao domínio dos discursos inscritos em específicos contextos sociais, políticos, culturais e históricos, como um compromisso na qualidade de um estudo interpretativo. Na sequência, apresento um conjunto de instrumentos analíticos, cuja combinação entre si proporciona uma adequada forma de analisar as identidades, contudo, não as tomo como ponto de partida, uma vez que a noção de identidade é fluída, deslocada e fragmentada, sendo difícil trabalhá-la na condição de categoria de análise (COOPER, 2005).

O terceiro capítulo, intitulado *Analisando a política externa brasileira: interpretando discursos, tecendo identidades*, é destinado à aplicação do dispositivo de análise de discurso, sendo realizada uma análise do *corpus*, a fim de compreender as representações e sentidos construídos em torno da posicionalidade (os modos pelos quais o sujeito-EU se encontra inscrito nos textos a partir de suas posições) do Brasil diante dos contextos relacionais. A primeira seção do capítulo (*Oriente Médio: promovendo a paz na região*) volta-se ao tema mobilizador da paz e segurança no Oriente Médio, enquanto a segunda (*América do Sul: rumo à integração regional*) se pauta no tema mobilizador da integração regional da América do Sul. Na terceira seção (*Relações econômicas: similaridades e diferenças entre os contextos relacionais da América do Sul e do Oriente Médio*), discorro sobre o tema mobilizador relações econômicas, com o intuito de identificar similaridades e diferenças nas representações entre os contextos relacionais. Finalmente, na quarta seção (*Exploratória crítica da interpretação*), realizo uma discussão crítica das interpretações tecidas com a análise dos textos para expor as identidades

construídas e representadas pela política externa brasileira, encerrando, assim, a análise do discurso.

Por fim, em *Considerações finais*, retomo brevemente as contribuições deste trabalho e explicito que este objeto de pesquisa permanece aberto para novas investigações, apresentando algumas possibilidades para novas agendas, como ampliar e descer o nível de análise para incorporar outras vozes.

CAPÍTULO 1 - NOTAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS

1.1 Considerações iniciais

1.1.1 *Por que analisar a política externa brasileira nos governos Lula?*

Segundo Vigevani e Cepaluni (2011), durante a corrida presidencial brasileira de 2002, setores neoconservadores estadunidenses temiam que os interesses do Brasil se opusessem aos dos Estados Unidos (EUA). Entretanto, contrariando diversas previsões negativas, o Brasil conquistou um enorme prestígio internacional durante os governos Lula, tendo sua imagem avaliada positivamente pela mídia mundial. Inclusive, o ex-ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, foi eleito o 6º pensador global mais importante pela revista internacional *Foreign Affairs* (GLOBO, 2010). Mesmo não caracterizando uma clássica potência militar, muito menos uma potência nuclear, o Brasil ocupou maiores espaços no sistema internacional.

O país liderou distintos órgãos multilaterais, como a Organização Mundial do Comércio, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, a Organização Mundial de Propriedade Intelectual e a União Internacional de Telecomunicações (ALMEIDA, 2010; 2014), além de iniciativas de criação de foros multilaterais e outros próprios de atuação, como o G-20 comercial, o Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS), o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China, e depois, África do Sul) e a Comunidade das Nações Sul-Americanas – posteriormente alterada para União de Nações Sul-Americanas. O país também desempenhou muitas outras atuações de destaque, como a empreitada com o *Fome Zero para o Mundo*, as tentativas de negociações de conflitos no Oriente Médio e na América do Sul, a atuação em foros multilaterais, inclusive tendo criado e liderado alguns deles, o fomento na integração regional sul-americana, o estabelecimento de relações nos setores da saúde, cultura e comércio com o continente africano, entre outras.

Em face disso, analisar esses governos a partir do prisma identidade-discurso, contribui para levantar questões e debater, com outros olhares, uma política externa que marca um Brasil enquanto ator mais relevante e com presença ampliada no cenário internacional. As escolhas do Brasil para sediar a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 refletem o legado da emergência do país conquistada com os governos Lula (RICUPERO, 2017).

1.1.2 *Por que privilegiar o discurso?*

A relevância política dessa análise consiste no desafio de difundir o quanto a ação política-estatal e as identidades não podem ser dissociadas dos discursos. Esta pesquisa foi desenvolvida durante um contexto político angustiante, com diversos retrocessos democráticos, em um cenário onde nunca foi tão essencial compreender os discursos. No âmbito da política externa, verificar como se dá a dispersão e a reprodução de sentidos e identidades no discurso político oficial é examinar e compreender padrões de reprodução e contestação – a partir de uma esfera legítima público-estatal –, em uma certa estabilidade na qual o Estado-nação acaba se apoiando, ainda que as identidades e seus sentidos estejam sempre em movimento. Desse modo, privilegiar o discurso não implica na restrição a algo que está tão somente no nível dos textos e dos discursos. A temática e a questão de pesquisa correspondem a um aspecto importante do “mundo real”. Os discursos de política externa não são simplesmente retórica de uma classe política e outros sujeitos, mas constituem realidades, que precisam ser construídas, confrontadas ou reforçadas.

1.1.3 *Por que a escolha das regiões América do Sul e Oriente Médio?*

A escolha da América do Sul justifica-se em virtude de o Brasil ter ocupado uma posição central na tentativa de construção de blocos de concentração econômica e política, como ao propor a criação e ao lançar a Comunidade das Nações Sul-Americanas (CASA), bem como ao aprofundar e expandir o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) (PECEQUILO; CARMO, 2015). Como será discutido na seção 1.3.3, os dados linguísticos apontam para uma concentração de temas de integração regional, comércio e investimentos. Aliás, logo no primeiro ano do primeiro governo Lula, foi criada uma Subsecretaria-Geral da América do Sul no Itamaraty e no período “entre janeiro e agosto todos os presidentes sul-americanos visitam o Brasil” (GARCIA, 2017, p. 347).

Assim, considero importante compreender como o país se insere nessa região através dos discursos. Em outras palavras, pretendo verificar nesses discursos se o “lugar” do Brasil foi representado dentro ou fora da América do Sul e como isso se deu, tendo em vista que foi anunciado no início do governo Lula, e reforçado no segundo governo, que a América do Sul era a prioridade da política externa brasileira. Diante disso, minha hipótese preliminar é que a América do Sul ocupou um espaço muito importante para o Brasil em

razão de um conjunto de posições do sujeito-EU inscritas nos discursos de política externa, que refletiram uma identidade internacional específica, impulsionando as ações e posicionamentos adotados pela política externa desse período.

Já a escolha do Oriente Médio decorre de uma mudança no posicionamento da política externa brasileira quanto à região. Por exemplo, nos governos de Fernando Henrique Cardoso, a política externa brasileira declarou apoio às operações militares dos EUA ao Afeganistão como repúdio ao terrorismo e defesa da paz (BRASIL; MRE, 2001). Inversamente, com relação às operações militares dos EUA no Iraque, o posicionamento da política externa brasileira adotado nos governos Lula defendeu soluções pacíficas, respeitando as normas internacionais, e no repúdio do uso da força e da guerra perpetrada pelos EUA (BRASIL; MRE, 2003a, 2003b, 2003c, 2003d). Ambos os governos defenderam a paz, mas o primeiro estabeleceu que as operações militares conduziram a paz, enquanto para o segundo a paz não poderia ser fruto dessas operações.

A escolha do Oriente Médio justifica-se ainda porque houve um forte direcionamento, com diversas investidas incisivas, da política externa brasileira durante os governos Lula para com essa região. Por exemplo, em 2003, o presidente Lula dirigiu-se ao Oriente Médio com uma comitiva empresarial, sendo essa “a primeira visita de um chefe do Executivo brasileiro à região desde a última viagem de D. Pedro II ao Oriente Próximo em 1876” (GARCIA, 2017, p. 351). Além disso, novas embaixadas, escritórios de representação diplomática e consulados foram inaugurados na região e, a partir da iniciativa do Brasil, foram criadas e realizadas as Cúpulas América do Sul-Países Árabes (ASPA) em 2005 e 2009. É válido citar ainda que Brasil e Turquia conduziram negociações facilitadas com o Irã acerca do programa nuclear iraniano, resultando no acordo da Declaração de Teerã em 2010. Também em 2010, o Brasil reconheceu o Estado da Palestina (GARCIA, 2017) e, em diversas ocasiões, o chanceler Celso Amorim e o presidente Lula visitaram países do Oriente Médio para discutir cenários políticos envolvendo o caso israelo-palestino. Assim, os dados linguísticos indicam uma concentração nos temas de paz e segurança, comércio e investimentos.

Em face disso, considero importante compreender como a identidade do Brasil foi constituída e representada em relação ao Oriente Médio, região cobiçada por muitos países do sistema internacional, como os países hegemônicos, em particular os EUA. Outra hipótese preliminar que levanto nesta pesquisa é que os discursos de política externa capturaram ondas de debate que circulavam nas pautas discursivas do sistema

internacional, como a questão da paz e da segurança no Oriente Médio, de maneira que tais discursos articularam posições do Brasil que projetaram uma identidade internacional específica ao se inserir naquela região.

1.1.4 *Por que pesquisa interpretativa?*

A adoção de uma pesquisa interpretativa na Ciência Política traz várias implicações significativas para pesquisadoras e pesquisadores. Os métodos interpretativos são úteis para estudos que possuem “tipos de perguntas que se concentram em significados contidos em ações sociais, políticas e outras” (SCHWARTZ-SHEA; YANOW, 2006a, p. 390). Compreender um objeto, coisa ou agente deriva de como as pessoas utilizam seus significados em contextos culturais e políticos específicos (SCHWARTZ-SHEA; YANOW, 2012). Assim, fazer uso da pesquisa interpretativa na Ciência Política é buscar um potencial de análise mais fiel às experiências vividas e ao mundo social, centrado no ato de criar significado.

Como o objetivo da pesquisa interpretativa incide no processo de criação de significados que são socialmente construídos e devidamente contextualizados, esse tipo de pesquisa tem seus próprios critérios metodológicos e processuais pertencentes à comunidade epistêmica interpretativa, como contextualidade, sensibilidade-hermenêutica, coerência, sistematicidade, reflexividade, transparência, fidedignidade e lógica de argumentação.⁴ À vista disso, ao invés de conduzir a análise com uma frieza típica e esperada pela pessoa pesquisadora/analista, o processo de criação de significados na pesquisa interpretativa decorre de uma maior reflexividade e sensibilidade que falta a muitas pesquisas em Ciência Política. E, como qualquer outro estudo científico, o trabalho interpretativo é conduzido com posturas metódicas, sistemáticas e rigorosas.

Além disso, a pesquisa interpretativa abre espaço para se utilizar diversas metodologias, não havendo uma lista oficial que reconhece apenas determinados métodos específicos (WILLIS, 2007). A combinação e integração de vários procedimentos, estratégias e métodos interpretativos contribuem para estimular criativamente o pensamento interpretativo, deixando o campo das pesquisas em Ciência Política mais renovado, pluralista e democrático (WILLIS, 2007).

⁴ Para mais detalhes, consultar Schwartz-Shea e Yanow (2012).

Portanto, é preciso que a Ciência Política reconheça a pesquisa interpretativa enquanto lógica distinta de investigação, uma vez que a “ciência” é plural e não constitui uma única prática (SCHWARTZ-SHEA; YANOW, 2012). As abordagens interpretativas consistem em uma maneira de produzir conhecimento legitimamente científico. Como defendem Schwartz-Shea e Yanow, abraçar a pesquisa interpretativa perfaz um projeto político importante que “fortalece as Ciências Humanas e a democracia” (2006a, p. 390).

1.1.5 *Por que Análise do Discurso na Ciência Política?*

A Ciência Política tem uma tradição muito forte na análise de textos. Muitas pesquisadoras e pesquisadores, ao analisarem documentos do governo, textos antigos, legislação etc., dirigem o olhar para a “compreensão da evidência documental pelo sentido literal dos registros escritos” (YANOW, 2006b, p. 121). Assim, após a coleta e organização de documentos, acaba-se fazendo uso desses materiais “como se fossem ‘ilustrações ou provas’ do que, via de regra, a teoria, a revisão crítica de trabalhos sobre o tema e as questões formuladas no início da pesquisa já tendiam a indicar” (CESÁRIO, 2004, p. 1). Essa forma de conduzir a análise pode ser muito limitada por considerar os bancos de dados autoevidentes, transparentes e descontextualizados.

Em contrapartida, a Análise do Discurso (AD), enquanto abordagem teórico-metodológica, proporciona uma ótica crítica que evidencia como os discursos tornam possível a emergência de racionalidades, comportamentos e fatos políticos (CHARAUDEAU, 2018), questões tão visadas pela Ciência Política. Também lança luz às visões de mundo, ideologias e às relações de poder que envolvem e atravessam agentes e grupos. Isso se deve ao fato de que as motivações das atividades de pensamento e de ação derivam de significados específicos contidos nos discursos. Ademais, os métodos de AD proporcionam à Ciência Política análises empíricas orientadas por uma leitura mais fiel dos significados e sentidos, transcendendo a literalidade e a transparência das palavras. Ao realizar a interpretação de palavras, atos e objetos mediante a construção de um dispositivo analítico de AD, é possível desenvolver um esforço explícito, consciente e sensível aos significados e sentidos constituídos e representados explicitamente nos textos, o que frequentemente não é possível através dos métodos tradicionais da Ciência Política.

1.2 **Posturas teórico-metodológicas**

Neste estudo, adoto as posturas teórico-metodológicas *interpretativa*, *pós-estruturalista* e *discursiva*. Cada uma delas será explicada nos tópicos a seguir.

1.2.1 *Postura interpretativa e as estratégias elucidativas práticas*

Uma abordagem *interpretativa* envolve o compromisso de “esclarecer como significados compartilhados e sua relação com o poder informam ou estruturam o mundo social e o estudo do mundo social” (SCHAFFER, 2016, p. 2). Ao respeitar o vínculo contexto-significado, como um tratamento mais apropriado para a construção de conhecimento, a pesquisa interpretativa parte para a compreensão de como objetos e sujeitos, a partir de contextos sociais, políticos, culturais e históricos específicos e situacionais, atribuem sentidos a seus mundos (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008; SCHWARTZ-SHEA; YANOW, 2006b; YANOW, 2012; WILLIS, 2007). Essa contextualidade é estendida ao plano discursivo.

Segundo Maingueneau (2013; 2015), não se pode atribuir verdadeiramente qualquer sentido a um enunciado se este estiver fora de contexto. Um “mesmo” enunciado em dois lugares diferentes corresponde a dois discursos distintos. Assim, o trabalho da interpretação necessita de posturas conscientes ao fazer uso de distintos procedimentos e métodos para a geração e análise de “dados” (SCHWARTZ-SHEA; YANOW, 2012; YANOW, 2006b). A respeito disso, Schaffer (2016) descreve minuciosamente três estratégias elucidativas práticas para pesquisas interpretativas: *fundamentação*, *localização* e *exposição*.

A *fundamentação* “é o modo de elucidação que visa identificar como as próprias pessoas entendem um conceito” (SHAFFER, 2016, p. 26). Realiza-se, dessa maneira, uma análise cuidadosa acerca da forma pela qual a linguagem está sendo utilizada para capturar o melhor entendimento possível dos significados construídos. Nesse sentido, a análise textual constitui uma ferramenta valiosa para investigar linguisticamente como os conceitos são construídos de baixo para cima (SHAFFER, 2016). Nesta pesquisa, a análise dos textos permitiu verificar como o enunciador compreendia o significado de união no contexto da integração regional da América do Sul.

A *localização*, por sua vez, “é o modo de elucidação que investiga o uso situado dos termos em diferentes tempos” (SCHAFFER, 2016, p. 56). Trata-se de uma análise que

busca compreender momentos de ruptura com certos conceitos e significados, reconhecendo discontinuidades históricas, mediante a localização de termos e compreensões inventadas (“nascimento” de palavra), esquecidas ou tornadas obsoletas (“morte” da palavra), ou ainda, mudanças em seus usos (SHAFFER, 2016). Por exemplo, neste trabalho, foi possível observar uma mudança no uso da palavra *independência*, no contexto da integração regional sul-americana, ao passo o enunciador evocou uma cena temporal do passado para significar o presente.

Já a *exposição* “é o modo de elucidação que lança luz sobre a relação dos conceitos com o poder” (SHAFFER, 2016, p. 74). Em outras palavras, a análise busca verificar como certos conceitos e compreensões são transformados em categoriais oficiais para impor, reafirmar e transformar realidades (SHAFFER, 2016). Nesta pesquisa, as compreensões do enunciador acerca dos significados de assimetria e geografia comercial conferiram uma política externa que buscava transformar as relações econômicas no sistema internacional, ao passo que conferia ao Brasil posições de poder, como líder e interlocutor.

1.2.2 *Postura pós-estruturalista e os procedimentos de desconstrução e análise intertextual*

Sob a perspectiva *pós-estruturalista*, os conceitos-chave trabalhados são compreendidos como constituídos socio-historicamente no nível da linguagem, ao invés de considerá-los previamente dados e desvinculados de processos discursivos. Assim, minha principal preocupação refere-se à produção de significados e à representação desses significados no/pelo discurso. A abordagem pós-estruturalista é por si só interpretativa. Trago três explicitações a respeito das implicações decorrentes de seu uso.

Primeiramente, o pós-estruturalismo, enquanto uma abordagem interpretativa, não distingue teoria e prática. A teoria é compreendida como uma prática em si (CAMPBELL, 2013). Quando buscamos entender a sociedade e a política, tratamos a teoria como objeto e ferramenta de análise prática, mediante a reorientação de uma atitude e abordagem crítica (CAMPBELL; GEORGE, 1990; CAMPBELL, 2013). No entanto, isso não implica no enrijecimento de um enquadramento teórico para aplicá-lo à realidade e esperar que esta se resigne com ele, mas implica adotar que os dispositivos analíticos são orientados por um olhar da teoria, já que essa é continuamente construída por meio da prática. Afinal, de acordo com discussão anterior sobre a postura interpretativa, os conceitos devem ser

construídos através dos entendimentos e significados compartilhados pelas pessoas que os estão utilizando a partir das realidades e práticas delas (SCHAFFER, 2016).

No campo dos estudos da política internacional e da política externa, o pós-estruturalismo caracteriza uma atitude ou abordagem crítica que “valoriza a importância da representação, a relação entre conhecimento e poder e a política de identidade na compreensão de assuntos globais” (CAMPBELL, 2013, p. 225), à proporção que se direciona para desconstruir estruturas sociais e discursivas, ao operar nas margens e enfatizar as instabilidades dos significados (RUMELILI, 2012). A crítica é uma atitude positiva, pois, através dela, busca-se problematizar e divulgar suposições e limites construídos que tornaram as coisas (como as identidades e a política externa) como são, dessacralizando aquilo que parece ser natural e estável. Além disso, tal abordagem é enfaticamente política, pois, ao oferecer uma emancipação e libertação de dogmas, verdades e explicações seladas por teorias convencionais (CAMPBELL, 2013), relaciona as questões de linguagem e interpretação às questões de conhecimento e poder para a desconstrução do que está imposto, para a problematização das várias formas de exclusão que certas práticas possam empreender. Considera-se, ainda, as consequências políticas que se manifestam diante da adoção de certo modo de representação do mundo, das identidades, de um “Outro” etc.

Segundo, a abordagem pós-estruturalista, ao trabalhar com a lógica da interpretação, reconhece a impossibilidade de calcular, catalogar e especificar “causas reais”, isto é, não adere a uma lógica de epistemologia causal (CAMPBELL, 2013). Isso não equivale a afirmar que ela se encontra em um terreno de areia movediça, de anarquia teórica e metodológica. Ao contrário, segue-se na compreensão de que o “conhecimento adequado” não advém da descoberta de “verdades” causais e objetivas, pois todo conhecimento científico é socialmente construído e histórico e politicamente situado (HANSEN, 2006; SANTOS, 2018). Existem diversas estratégias pós-estruturalistas para a realização de uma análise crítica. Dentre elas, discuto dois procedimentos que se encontram integrados a esta pesquisa: *desconstrução* e *análise intertextual*.

O procedimento da *desconstrução* verifica como conceitos, objetos e sujeitos são constituídos hierarquicamente ao serem diferenciados entre si, compreendendo que uma coisa ou alguém é conhecida em relação a outra coisa ou alguém que não é. Implica-se, assim, na perturbação e desnaturalização de formas habituais de pensar e agir e em práticas de exclusão que levaram um conjunto de significados a serem institucionalizados e outros

marginalizados (DER DERIAN, 1989; GREGORY, 1989; SHAPIRO, 1989; HANSEN, 1997; TORFING, 2005). Por exemplo, analisando os signos que se ligam à posição do Brasil, verifiquei que, durante os governos Lula, o país foi representado como pacífico pelos discursos de política externa brasileira, ao passo que o Oriente Médio foi representado como região de conflitos, sendo que o primeiro se coloca qualitativamente distinto e superior ao segundo.

A *análise intertextual* é guiada pelo procedimento que pretende localizar, dentro de um espaço textual compartilhado, como determinado texto faz referência, explícita ou implicitamente, a outros textos anteriores, estabelecendo sua própria leitura e mediando significados (HANSEN, 2006). Não se trata apenas de como os textos são citados e quais ligações são feitas, mas trata-se, também, da maneira como eles são lidos e (re)interpretados, quais conhecimentos, argumentos, temas, eventos e fatos são traçados e de que forma eles se localizam em outros discursos (HANSEN, 2006). Por exemplo, identifiquei referências de nomes próprios e eventos passados, envolvendo o momento da criação do Estado de Israel e a contribuição do Brasil em receber judeus perseguidos durante a 2ª Guerra Mundial, que foram incorporados aos discursos de política externa brasileira sobre o caso israelo-palestino na questão Palestina. Proferidos nos governos Lula, esses discursos mobilizaram relações de afetividades do Brasil para com o Israel, redefinindo o contexto do conflito como oportunidade para legitimar as ações e posicionamentos a serem adotados para com este Outro. A análise intertextual contribui, portanto, para que a pesquisadora ou pesquisador possa rastrear e “ler” as ligações e redes intertextuais na interpretação dos significados (SCHWARTZ-SHEA; YANOW, 2012).

Finalmente, a terceira explicitação recai na defesa de que a “realidade” não é objetiva, fixa, padrão e imutável. Toda realidade é interna ao discurso e seus significados são passíveis de interpretação pela linguagem. Não se trata da negação do mundo material e ideacional, mas de compreender que a construção das coisas (objetos, sujeitos, estruturas materiais, seres vivos, Estados-nações etc.) ou de ideias (crenças, desejos etc.) decorrem de significados constituídos no/pelo discurso (HANSEN, 2006). Por meio da linguagem e do discurso, nos situamos e nos constituímos em sociedade. Logo, não se trata da errônea suposição de que para o pós-estruturalismo, sobretudo na pesquisa interpretativa, “tudo é permitido”; mas sim do questionamento de tudo diante do reconhecimento de que verdades percebidas como perniciosas são efeitos de interpretações incontestáveis (DER DERIAN, 2009).

1.2.3 Postura discursiva pela Análise do Discurso

Em virtude da centralidade do papel do discurso e da linguagem, conduzo este estudo também por meio de uma orientação *discursiva* proporcionada pelas Análises do Discurso (AD), particularmente de Tendências Francesas⁵. As interpretações e argumentações construídas apoiam-se em ferramentas e categorias linguístico-discursivas, à medida que busquei rastrear ligações e significados contidos nos textos a partir de uma análise de marcas linguístico-discursivas explícitas. Esse tratamento não reduz o campo de estudo da política ao domínio linguístico. Ao contrário, cria uma análise crítica, que permite dismantelar e inverter categorias tidas como “puras”, ao conduzir uma análise interdisciplinar, que preza pela análise de significados, cujos sentidos são contextuais.

Ainda, orientado pela AD, busco abrir as opções, politizar o que é visto como prática e inserir aquilo que é marginalizado no campo da política externa, à proporção que é tecida uma AD enquanto teoria de política externa. A análise dos discursos é utilizada aqui para compreender certos conceitos-chave e como significados, objetos e sujeitos são construídos e representados, em consonância com trabalhos de AD sobre política externa (ver DOTY 1996; HANSEN, 2006; RUMELILI, 2007; AYDIN-DÜZGIR, 2012; 2013; 2014).

Como toda teoria possui limitações, a postura discursiva que adoto não busca entender os pensamentos e motivações de quem fala, nem analisar normativamente as preferências políticas conforme as intenções de quem decide. Tampouco busca investigar planos ocultos e secretos de pessoas e grupos. Trabalho com fontes abertas e públicas e não me interesso pelas tomadas de decisão individuais ou crenças compartilhadas entre determinada sociedade. A AD não perfaz uma abordagem psicológica ou cognitiva (WÆVER, 2002) que visa investigar o que está nas mentes das pessoas. A análise centra-se nas interpretações de significados, cujos sentidos possam ser lidos textualmente. Dessa maneira, meu objetivo é compreender como os discursos, manifestados durante os

⁵ A Escola Francesa de Análise do Discurso corresponde à corrente dominante na França durante os anos 60 e 70, sendo o linguista Michel Pêcheux (1938-1983) seu nome de maior representatividade. O discurso político foi o núcleo de pesquisa dessa escola e, a partir de releituras de Marx, Althusser e Lacan, pensava-se na relação entre ideologia e inconsciente (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008). Contudo, Maingueneau expõe que existe hoje uma pluralidade de “tendências francesas” de Análises do Discurso e não mais uma (única) “escola francesa” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 202).

governos Lula, ao tentarem sustentar posicionamentos⁶ do país perante o sistema internacional, constituíram identidades através de representações pela política externa.

Assim, sigo a presente pesquisa com essas três orientações entrelaçadas, conduzindo a análise com distintas estratégias e procedimentos, que, muitas vezes, se encontram sobrepostos ao interagirem entre si. Em virtude disso, gosto de chamá-las de tarefas não lineares. De outra parte, a interação com as diversas estratégias e procedimentos aqui discutidos contribui para que não haja interpretações errôneas durante a prática interpretativa, como a imposição de minhas próprias categorias de pensamento durante a prática. As interpretações devem ser realizadas pelas pesquisadoras e pesquisadores com a preocupação normativa e sem se esquivar de responsabilidades éticas, como não distorcendo o conteúdo e os significados contidos nos discursos. Nesse sentido, analisar intertextualmente os textos perfaz tanto uma prática interpretativa quanto um marcador de qualidade de um estudo interpretativo (SCHWARTZ-SHEA; YANON, 2012). Em razão das variadas características aqui expostas, o estudo que desenvolvi se move em um contínuo do descritivo ao crítico para tornar explícito o conhecimento reivindicado. Esse movimento é realizado no interior de um conjunto de pressupostos ontológicos e epistemológicos, contidos na configuração inicial do projeto e pergunta de pesquisa (SCHWARTZ-SHEA; YANON, 2006a; 2006b).

1.3 Metodologia e métodos

A sistematicidade e o rigor que abraço nesta pesquisa baseiam-se no esforço de explicitar as escolhas adotadas com o desenho, na transparência do acesso às fontes, na

⁶ Compreendo *posicionamento* como equivalente à formação discursiva, conceito distinto de *posicionalidade*. A noção formação discursiva foi introduzida por Michel Foucault e reformulada por Michel Pêcheux no campo da Análise do Discurso. Para Foucault (2012), a formação discursiva consiste no conjunto de enunciados que se apoiam em um mesmo sistema de formação (como discurso psiquiátrico, discurso econômico etc.), podendo esse conjunto ser associado a um mesmo sistema de regras, historicamente determinados, porém ele é ao mesmo tempo aberto, disperso. Já Pêcheux define formação discursiva como aquela que determina o que pode e deve ser dito a partir de determinada posição em uma certa conjuntura, de modo que elas são interligadas às posições ideológicas (essas correspondem as formações que mantêm entre si relações de antagonismo, aliança ou dominação a partir de posições ideológicas e políticas de certa classe social) (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008; MAINGUENEAU, 1998). No entanto, Maingueneau (2015; 2016) propõe que a formação discursiva seja entendida como aquela construída pela pessoa analista e que, no seu entender, corresponde a certo posicionamento da vida social, à proporção que se revela um esquema de correspondência entre campos ao constituir enunciados de realidades heterogêneas (mídias, educação, política...). Dito isso, quando eu mencionar tal termo, trata-se de posicionamento discursivo e, também político, já que os discursos analisados se inserem no campo da política externa. Distintamente, adoto o termo *posicionalidade* enquanto modos em que o sujeito se encontra inscrito nos textos a partir de suas posições (ver a segunda seção do Capítulo “Construindo marcos analíticos”).

descrição dos métodos e instrumentos analíticos desenvolvidos e utilizados e na elaboração de argumentos sólidos, embasados no processo de criação de significados e na interpretação de sentidos (YANOW, 2006b). Trata-se, portanto, de uma *pesquisa interpretativa, analítico-discursiva, do tipo compreensivo*, que se orienta por pressupostos científicos típicos da sua comunidade epistêmica.

No tocante à descrição dos métodos envolvendo seleção de textos, (co-)geração de dados e análise do discurso, separei-os por subseções distintas. Contudo, a demarcação é para fins de organização, não havendo um estágio separado, em que a interpretação e a análise ocorreriam somente na análise do discurso após os dados terem sido gerados. Schwartz-Shea e Yanow (2006c) explicam que os processos são interativos e interligados, de modo que nenhum método é desprovido de análises e interpretações. Afinal, para a pesquisa interpretativa, não existem fatos e dados sem uma teoria que os organize em um contexto específico, através de um ponto de vista particular, no qual o conhecimento situado é construído socialmente; a leitura interpretativa acontece a todo o momento no estudo (SCHWARTZ-SHEA; YANOW, 2006d; WILLIS, 2007). Ainda, o princípio da intertextualidade que adoto enquanto marcador de qualidade em pesquisa interpretativa se refere não apenas ao modo que os textos interpelam ideias de outros; mas decorre, também, do rigor analítico em realizar a leitura dos dados – e gêneros de dados – para corroborar as evidências da pesquisa interpretativa (SCHWARTZ-SHEA; YANOW, 2006c).

1.3.1 *Escolhas planejadas e desenho de pesquisa*

Algumas escolhas foram realizadas com relação ao desenho de pesquisa interpretativo analítico-discursivo. Pautado no *modelo intertextual tipo 1*, apresentado por Hansen (2006), o *foco analítico* consiste na constituição discursiva de identidades internacionais a partir do discurso oficial de política externa. Concentro-me, assim, em *atores* políticos que pertencem a essa esfera privilegiada do Estado na produção discursiva: autoridades políticas do Poder Executivo, integrantes do corpo diplomático, militares do alto-escalão e outras pessoas públicas, classificadas para representar e atuar em instituições internacionais, além de declarações oficiais pronunciadas em nome das instituições. Logo, o *objeto de análise* consiste nos textos oficiais.

Tendo escolhido o tipo de modelo intertextual de Hansen (2006), é preciso escolher, metodologicamente, a configuração das outras três dimensões adicionais ao

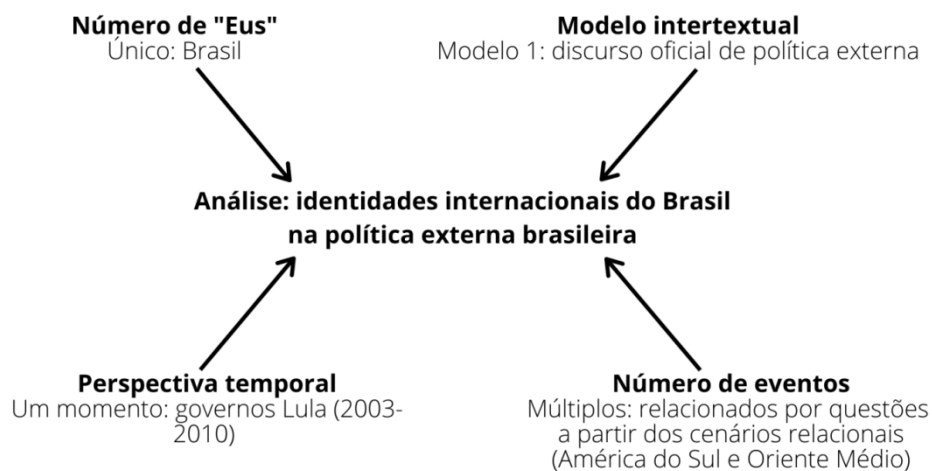
projeto, sendo elas: o *número de “EUs”*, a *perspectiva temporal* e o *número de eventos* (HANSEN, 2006). Primeiramente, com relação ao número de “EUs”, optei pela análise da política externa de somente um sujeito-EU, o Brasil, pois minha preocupação consiste em analisar a (re)produção da identidade internacional deste país. Ao centrar em um único sujeito-EU, analiso sua articulação com os eventos captados no interior do discurso, as relações de diferença, as articulações de identidade em termos espacial, temporal e eticamente situados e as ligações intertextuais existentes nos discursos.

Na sequência, a perspectiva temporal compõe o período dos dois governos Lula (2003-2010) como um momento histórico. Entretanto, não descartei a possibilidade de verificar se há uma distinção entre os dois governos, como mudanças, distanciamento ou aprofundamento de diretrizes e orientações, ainda que os governos correspondam a um mesmo posicionamento político. De todo modo, houve uma continuidade, um aprofundamento na condução dos temas pela política externa brasileira.

Sobre a última dimensão, adotei a de múltiplos eventos relacionados por questão. Os eventos considerados “importantes” foram escolhidos com suporte nos temas mobilizadores, o que será explicado mais adiante, no tópico 1.3.3. Por enquanto, cumpre apontar que os eventos selecionados se situam no referente espacial (ou *cenários*): as regiões da América do Sul e do Oriente Médio. Esses cenários podem ou não coincidir com os Outros da relação, por isso os denomino de *cenários relacionais*, haja vista que minha análise instiga identificar e compreender as identidades do Brasil (sujeito-EU) em relação a duas regiões (supostos Outros). Ao considerar regiões distintas como os cenários para a análise, foi possível verificar se houve ou não a (re)produção de uma mesma identidade do país para ambas as regiões ou se constituíram diferentes identidades. Sendo diferentes, verifiquei se havia divergências ou convergências entre si. Adianto que as identidades se entrelaçam, não havendo uma identidade específica para cada região. As identidades internacionais constituídas e representadas deram-se a partir de ambos os contextos relacionais que cruzaram os signos e sentidos.

A Figura 1, a seguir, representa uma síntese das escolhas realizadas para o desenho de pesquisa interpretativo analítico-discursivo, pautadas no modelo intertextual de Hansen (2006):

Figura 1 - Desenho de pesquisa, modelo intertextual tipo 1



Fonte: elaborado pelo autor.

1.3.2 *Corpus*

O *corpus*⁷ constituído para minha análise é de natureza textual escrito (e transcrito) e abarca um conjunto vasto de *textos* coletados, atendendo ao recorte temporal: os dois governos Lula, 2003-2010. Esse *corpus* contempla exclusivamente o *tipo de discurso* de política externa, envolvendo uma rede de gêneros de discurso (ou gêneros discursivos), como pronunciamentos, declarações à imprensa, entrevistas, comunicados, além de notas, mensagens e outros atos e informações oficiais pronunciados por aqueles atores políticos ou em nome das instituições a que pertencem. Conforme Hansen (2006), demarcar o discurso de política externa como ponto analítico contribui para tangenciar utilmente a análise do discurso e a análise de política externa, oferecendo um recorte empírico e metodológico para o projeto, uma vez que o discurso oficial dessa esfera privilegiada do Estado é amplamente reconhecido.

⁷ A base da análise do discurso emana da constituição do *corpus* pela pessoa analista. *Corpus* é a constituição de um “conjunto mais ou menos vastos de textos ou trechos de textos, até mesmo por um único texto” (MAINGUENEAU, 2015, p. 39), resultante de uma construção da própria pesquisadora ou pesquisador em face dos objetivos da análise e da pergunta de pesquisa (ORLANDI, 2015). Assim, a delimitação do *corpus* não segue critérios empíricos (positivistas), motivo pelo qual não é possível extrair dados (como meras ilustrações) pertinentes do *corpus* através de conceitos descritivos. As conclusões sobre as características do conjunto somente poderão ser interpretadas a partir da sua espessura semântica, sua materialidade linguístico-discursiva, decorrentes de condições sócio-históricas, que podem ser determinantes para a análise linguística (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008). Portanto, a construção de *corpus* está intimamente ligada à análise, porquanto decidir o que faz parte do *corpus* é decidir sobre as propriedades discursivas (ORLANDI, 2015) a serem interpretadas por quem emprega a análise do discurso.

A escolha dessa configuração do *corpus* pressupõe o tratamento dos gêneros de discurso: a) pela *esfera de atividade* da política externa diante do seu *núcleo*; b) pelo *campo discursivo* dos diversos posicionamentos *equivalentes*, uma vez que meu foco é a criação de elos estáveis entre a representação da identidade e a política externa pelos discursos oficiais (os *posicionamentos* desse campo discursivo refere-se aos dos governos Lula, *centrais – dominantes e/ou dominados – e/ou periféricos*); e c) pelos *lugares de atividade* da política externa que consistem nos lugares institucionais da Presidência e do Itamaraty e no desempenho de atividades em organizações internacionais, blocos regionais, convenções e conferências internacionais, instituições de outros países etc.

1.3.3 Métodos de coleta e seleção de textos e de (co-)geração de dados

Para a constituição do *corpus*, segui com algumas tarefas básicas, descritas a seguir.

1.3.3.1 Coleta de textos

Meu percurso metodológico iniciou com a *coleta de textos* básicos. Tendo em mente que a pesquisa se centra nos discursos oficiais de política externa, realizei tal coleta majoritariamente nos *sites* institucionais do Ministério das Relações Exteriores⁸ e da Presidência⁹. Esses *sites* disponibilizam na íntegra os discursos do ex-presidente Lula, de seu vice, José Alencar, e do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. Também coletei outros textos nas Resenhas de Política Exterior do Brasil referentes aos períodos de 2003 a 2010, totalizando 16 resenhas (cada ano apresenta duas resenhas), materiais esses publicados pelo Ministério das Relações Exteriores e disponibilizados no *site* da Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática¹⁰. Tais resenhas reúnem discursos, notícias, entrevistas, pronunciamentos, comunicados e outros textos oficiais da política externa brasileira. Em princípio, esses foram os textos básicos coletados, constituindo um total de mais de 2.200 mil textos.

⁸ Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas>>. Acesso em: 31 mar. 2021.

⁹ Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes>>. Acesso em: 31 mar. 2021.

¹⁰ Disponível em: <<https://www.funag.gov.br/chdd/index.php/resenhas>>. Acesso em: 31 mar. 2021.

Os textos atenderam aos três *critérios de seleção de material geral* propostos por Hansen (2006): a) Possuem uma autoridade formal, ou seja, sinalizam a importância do *status* e do poder; b) São amplamente lidos, o que assegura que os textos possuem uma função central na definição dos discursos dominantes; e c) Apresentam nítidas articulações, contribuindo para a aplicação da análise do discurso.

1.3.3.2 Seleção prévia de textos

Seguindo meu percurso metodológico, a próxima tarefa consistiu na *seleção prévia de textos*, através do *software* KITCONC 4.0¹¹. O *software* foi essencial na identificação e filtragem de discursos de política externa nos cenários relacionais, dentre os inúmeros textos compreendidos em um período de oito anos. Para isso, utilizei a ferramenta *Lista de Palavras* combinada com *Concordância*, pesquisando os vocábulos *Oriente*, *Oriente Médio*, *América do Sul*, *sul-americano(a/os)* e *sul-americanista*. Também separei os textos em dois blocos, como se fossem “*pré-corpus*”: um correspondente ao Oriente Médio (cerca de 150 textos) e outro referente à América do Sul (aproximadamente 600 textos).

1.3.3.3 (Co-)geração de dados

A tarefa seguinte envolveu uma *(co-)geração de dados*, processo que não é desprovido de *interpretação*. A denominação (co-)geração deve-se ao fato de que a postura metodológica que adoto na pesquisa não considera os dados com *status* ontológico prévio, porém entrelaçado intersubjetivamente no mundo da pesquisa de quem a conduz. Em outras palavras, os dados são gerados pela pessoa que desenvolve a pesquisa mediante a interação conceitual, mental e contextual com os materiais de análise e eventos observados, todos passíveis de interpretação. Portanto, quem conduz a pesquisa também é responsável pela criação de significados (SCHWARTZ-SHEA; YANOW, 2006d; 2012; WILLIS, 2007). Não há uma ausência de racionalidade ao interpretar os dados, mas a adoção de uma racionalidade interpretativa que segue critérios rigorosos, sem excluir a responsabilidade ética de quem está realizando a interpretação dos significados. No caso desta pesquisa,

¹¹ O programa Kitconc 4.0 encontra disponível em: <<https://github.com/ilexistools/Kitconc-desktop>> (acesso em: 31 mar. 2021). O programa possui distintas ferramentas, cujo propósito consiste na realização de análises de corpus para a compreensão dos significados das palavras e dos textos em uso a partir de traços linguísticos e seus contextos situacionais (MOREIRA FILHO, 2016).

utilizei abordagens e técnicas analíticas intertextuais de dados como marcadores de qualidade de pesquisa em estudos interpretativos (SCHWARTZ-SHEA; YANOW, 2012), além do próprio uso do KITCONC 4.0.

Por outro lado, a Análise do Discurso não trata a linguagem como uma ferramenta transparente com significados “ocultos” (como se fossem fixos e estivessem codificados), em que a pessoa analista registra os dados por meio da “descoberta” dos “verdadeiros” e “reais” significados contidos nos discursos (HANSEN, 2006). Não há nada de objetivo ou “verdadeiro significado” na representação linguística. Não existem dados para a Análise do Discurso, uma vez que, por meio da interpretação, se trabalha com o processo de produção da linguagem e dos seus efeitos de sentidos, não havendo, portanto, um fechamento discursivo (ORLANDI, 1996). Por esse motivo, os dados mencionados neste trabalho se referem, exclusivamente, aos dados linguísticos que foram (co-)gerados por mim diante do *corpus*, com o auxílio do *software* KITCONC, visando identificar os temas mobilizadores nos textos. Ao atender o propósito de identificar os temas mobilizadores, abandono a nomenclatura de dados, não havendo mais aplicação prática deles na análise do discurso.

A partir da ferramenta *Lista de Palavras*, verifiquei as 250 primeiras palavras, com atenção exclusiva para as palavras lexicais (ou de conteúdo), particularmente substantivos e adjetivos, que apresentassem relevante índice de frequência (número de ocorrência absoluta da forma no *corpus*). Em seguida, através da ferramenta *Palavras-chave*, também verifiquei as 250 primeiras palavras, com foco nas lexicais, substantivos e adjetivos, que apresentassem relevante índice de chavicidade (valor que indica o quanto a palavra é chave no *corpus*). Olhar para a chavicidade, além da simples frequência, fornece “uma filtragem mais apurada das palavras que se destacam em *corpus* ou texto” (MOREIRA FILHO, 2016, p. 56). Por exemplo, no bloco de textos da América do Sul, enquanto a palavra *integração* aparece na 119ª posição da lista de frequência, na ordem de chavicidade ela aparece na 20ª posição, constituindo uma potencial palavra-chave para a escolha de um tema mobilizador.

À medida que identificava determinada palavra, busquei por flexões no número e gênero e por declinações (a modificação da palavra em substantivo e adjetivo). Por exemplo, do lexema *comércio*, identifiquei as palavras *comercial* e *comerciais*. Marcas (a, b, c...) foram estabelecidas para possibilitar a visualização e classificação das palavras. Nas Figuras 2 e 3, a seguir, as palavras destacadas relacionam-se à frequência de ocorrência, enquanto as Figuras 4 e 5 trazem as palavras destacadas pela chavicidade.

Figura 2 - Frequência através da ferramenta Lista de Palavras, no KITCONC 4.0 - América do Sul

N	Palavra	Frequência	%	Marca	Lemas
762	ORIENTE	229	00,02	z	
201	LATINA	833	00,06	y	
60	AMÉRICA	2985	00,20	x	
114	MERCOSUL	1525	00,10	w	
177	RELAÇÕES	962	00,07	m	
117	RELAÇÃO	1515	00,10	m	
277	POLÍTICAS	641	00,04	l	
69	POLÍTICA	2517	00,17	l	
179	CRISE	958	00,07	k	
1854	CRISES	75	00,01	k	
297	SEGURANÇA	592	00,04	j	
273	COOPERAÇÃO	647	00,04	i	
271	PAZ	651	00,04	h	
155	ECONOMIA	1111	00,08	g	
270	ECONÔMICO	656	00,04	g	
229	ECONÔMICA	751	00,05	g	
623	ECONOMIAS	277	00,02	g	
387	INVESTIMENTO	443	00,03	f	
220	INVESTIMENTOS	787	00,05	f	
172	CRESCIMENTO	975	00,07	e	
132	COMÉRCIO	1369	00,09	d	
214	COMERCIAL	801	00,05	d	
535	COMERCIAIS	319	00,02	d	
119	INTEGRAÇÃO	1488	00,10	c	
806	EMPRESÁRIO	211	00,01	b	
112	EMPRESÁRIOS	1578	00,11	b	
226	EMPRESAS	755	00,05	b	
408	EMPRESA	425	00,03	b	
78	DESENVOLVIMENTO	2093	00,14	a	

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do *software* KITCONC 4.0.

Figura 3 - Frequência através da ferramenta Lista de Palavras, no KITCONC 4.0 - Oriente Médio

kitconc 4.0 - {Oriente Médio}

Corpus Lista de palavras Palavras-chave Concordâncias Colocados N-gramas Dispersão

N	Palavra	Frequência	%	Marca	Lemas
188	LATINA	238	00,06	z	
164	ORIENTE	286	00,07	y	
66	AMÉRICA	689	00,18	x	
65	POLÍTICA	695	00,18	m	
291	POLÍTICAS	163	00,04	m	
148	RELAÇÕES	316	00,08	l	
114	RELAÇÃO	424	00,11	l	
127	CRISE	370	00,09	k	
1111	CRISES	40	00,01	k	
222	COOPERAÇÃO	208	00,05	j	
204	SEGURANÇA	222	00,06	i	
130	PAZ	364	00,09	h	
191	INVESTIMENTOS	233	00,06	g	
375	INVESTIMENTO	123	00,03	g	
180	INTEGRAÇÃO	246	00,06	f	
177	CRESCIMENTO	248	00,06	e	
282	ECONÔMICO	167	00,04	d	
581	ECONOMIAS	79	00,02	d	
198	ECONÔMICA	227	00,06	d	
144	ECONOMIA	331	00,08	d	
150	COMERCIAL	315	00,08	c	
102	COMÉRCIO	453	00,12	c	
413	COMERCIAIS	111	00,03	c	
230	EMPRESAS	200	00,05	b	
499	EMPRESA	92	00,02	b	
93	EMPRESÁRIOS	500	00,13	b	
998	EMPRESARIAL	45	00,01	b	
71	DESENVOLVIMENTO	603	00,15	a	

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do *software* KITCONC 4.0.

Figura 4 - Chavicidade através da ferramenta Palavras-chave, no KITCONC 4.0 - América do Sul

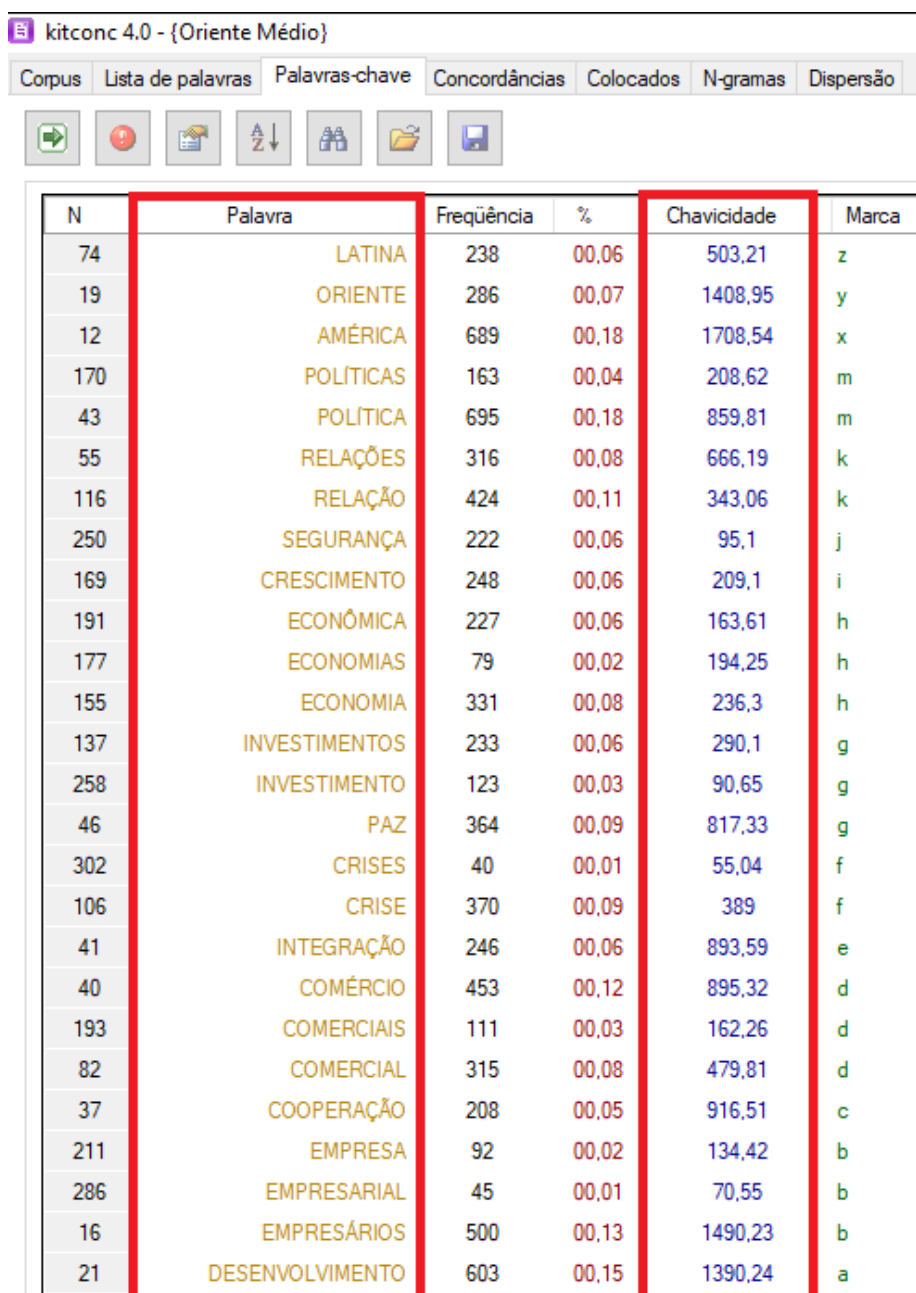
kitconc 4.0 - {América do Sul}

Corpus Lista de palavras Palavras-chave Concordâncias Colocados N-gramas Dispersão

N	Palavra	Frequência	%	Chavicidade	Marca
51	PETROBRAS	677	00,05	2974,18	z
87	LATINA	833	00,06	1636,68	y
18	AMÉRICA	2985	00,20	7992,87	x
33	MERCOSUL	1525	00,10	4744,66	w
77	VENEZUELA	618	00,04	1969,07	v
53	BOLÍVIA	783	00,05	2959,3	u
162	CRESCIMENTO	975	00,07	871,4	n
163	PETRÓLEO	543	00,04	864,95	m
158	ENERGIA	709	00,05	892,82	m
159	REUNIÃO	950	00,06	891,68	l
133	RELAÇÃO	1515	00,10	1116,53	k
82	RELAÇÕES	962	00,07	1668,8	k
393	SEGURANÇA	592	00,04	79,61	j
242	ECONÔMICA	751	00,05	422,28	i
228	ECONÔMICO	656	00,04	485,46	i
199	ECONOMIA	1111	00,08	636,06	i
190	PAZ	651	00,04	688,59	h
292	INVESTIMENTO	443	00,03	300,12	g
167	INVESTIMENTOS	787	00,05	847,96	g
71	COMÉRCIO	1369	00,09	2189,84	f
181	COMERCIAL	801	00,05	750,94	f
60	COOPERAÇÃO	647	00,04	2548,62	e
453	EMPRESAS	755	00,05	11,92	d
268	EMPRESA	425	00,03	360,37	d
39	EMPRESÁRIOS	1578	00,11	4134,61	d
165	POLÍTICAS	641	00,04	853,61	c
54	POLÍTICA	2517	00,17	2942,37	c
35	DESENVOLVIMENTO	2093	00,14	4469,05	b
20	INTEGRAÇÃO	1488	00,10	6493,32	a

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do *software* KITCONC 4.0.

Figura 5 - Chavicidade através da ferramenta Palavras-chave, no KITCONC 4.0 - Oriente Médio



N	Palavra	Freqüência	%	Chavicidade	Marca
74	LATINA	238	00,06	503,21	z
19	ORIENTE	286	00,07	1408,95	y
12	AMÉRICA	689	00,18	1708,54	x
170	POLÍTICAS	163	00,04	208,62	m
43	POLÍTICA	695	00,18	859,81	m
55	RELAÇÕES	316	00,08	666,19	k
116	RELAÇÃO	424	00,11	343,06	k
250	SEGURANÇA	222	00,06	95,1	j
169	CRESCIMENTO	248	00,06	209,1	i
191	ECONÔMICA	227	00,06	163,61	h
177	ECONOMIAS	79	00,02	194,25	h
155	ECONOMIA	331	00,08	236,3	h
137	INVESTIMENTOS	233	00,06	290,1	g
258	INVESTIMENTO	123	00,03	90,65	g
46	PAZ	364	00,09	817,33	g
302	CRISES	40	00,01	55,04	f
106	CRISE	370	00,09	389	f
41	INTEGRAÇÃO	246	00,06	893,59	e
40	COMÉRCIO	453	00,12	895,32	d
193	COMERCIAIS	111	00,03	162,26	d
82	COMERCIAL	315	00,08	479,81	d
37	COOPERAÇÃO	208	00,05	916,51	c
211	EMPRESA	92	00,02	134,42	b
286	EMPRESARIAL	45	00,01	70,55	b
16	EMPRESÁRIOS	500	00,13	1490,23	b
21	DESENVOLVIMENTO	603	00,15	1390,24	a

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do *software* KITCONC 4.0.

Considerando esses dados linguísticos, as duas primeiras conclusões a que cheguei são: a) as palavras identificadas foram praticamente as mesmas nos dois conjuntos de textos; e b) houve uma grande densidade semântica para vocábulos de ordem econômica.

Segui meu percurso metodológico, analisando algumas das palavras marcadas pela ferramenta *Colocados*, a fim de verificar seus usos linguísticos mediante a contagem e frequência de colocados mais importantes em conjunto com as linhas de concordância.

Essa ferramenta auxilia na compreensão de como determinada palavra está sendo utilizada. Diante disso, verifiquei os colocados à esquerda, nas posições n-1 e n-2, e os colocados à direita, nas posições n+1 e n+2. Embora as palavras identificadas sejam similares nos dois conjuntos, parte delas possui tratamento distinto quanto ao valor e uso linguístico. Por exemplo, no conjunto de textos da América do Sul, a palavra *paz* teve usos em contexto processual, como *construção da paz* e *processo de paz* (n-2), assim como foi aplicada juntamente ao vocábulo *segurança*, constituindo um tema e/ou área de maneira ampla, *paz e segurança* (n+2). Já no conjunto do Oriente Médio, a mesma palavra teve os mesmos usos em contexto processual (n-2) e aplicada junto do vocábulo *segurança* (n+2), porém, também foi aplicada como objeto de ação não concluída, como *ameaças à paz* (n-2), e em contextos geográficos, como *paz no Oriente*, *paz no mundo* e *paz na região* (n+2). Segue abaixo os colocados mais importantes que encontrei.

Tabela 1 - Colocados referentes à América do Sul

AMÉRICA DO SUL	COLOCADOS											
	colocados à esquerda						colocados à direita					
PALAVRA	n.	N-2	frequência	n.	N-1	frequência	n.	N+1	frequência	n.	N+2	frequência
crescimento							1	econômico	175			
comercial				1	balança	157						
				2	relação	110						
				3	parceiro	43						
				6	política	31						
comerciais				1	negociações	50						
				2	relações	48						
crise							1	econômica	105			
							3	financeira	44			
cooperação							4	técnica	37			
desenvolvimento	1	países [de]	297				2	econômico	93			
econômico				1	crescimento	174						
				2	desenvolvimento	135						
econômica				1	crise	105						
				3	política	85						
				7	integração	23						
integração	1	processo [de]	95				3	regional	91	1	[da] América	27
	4	projeto [de]	40				3	sul-americana	74			
							16	econômica	23			
paz	3	construção [da]	21							5	[e] segurança	16
	5	processo [de]	17									
política							2	externa	214			
							6	econômica	46			
políticas							2	sociais	88			
							3	públicas	85			
							7	econômicas	21			
relação							3	comercial	110			
relações							1	exteriores	287			
							4	internacionais	64			
							5	comerciais	48			
							6	econômicas	27			
segurança	1	Conselho [de]	215				1	alimentar	84			
	3	Gabinete [de]	16									
	4	paz [e]	16									

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do *software* KITCONC 4.0.

Tabela 2 - Colocados referentes ao Oriente Médio

ORIENTE MÉDIO	COLOCADOS											
	colocados à esquerda					colocados à direita						
	PALAVRA	n.	N-2	frequência	n.	N-1	frequência	n.	N+1	frequência	n.	N+2
crescimento							1	econômico	38	4	[da] economia	7
comércio							1	exterior	50			
							4	internacional	21			
comercial				1	balança	75						
				2	relação	43						
				5	parceiro	18						
comerciais				1	negociações	21						
				2	relações	15						
crise							1	econômica	40			
							5	financeira	14			
cooperação							3	técnica	13			
							4	sul-sul	12			
							7	econômica	11			
econômico				1	crescimento	38						
				2	desenvolvimento	34						
econômica				1	crise	40						
				3	política	14						
				6	cooperação	11						
desenvolvimento	1	países [em]	140				3	econômico	34			
integração	1	processo [de]	16				2	regional	24	1	[da] América	27
							5	sul-americana	16			
							6	econômica	7			
paz	1	processo [de]	15							2	[no] Oriente	20
	9	construção [da]	9							7	[no] mundo	8
	8	ameaças [à]	6							10	[na] região	6
										11	[e / a] segurança	6
política							1	externa	143			
							5	internacional	23			
							9	econômica	14			
políticas							2	sociais	20			
							4	públicas	11			
							7	econômicas	6			
relação							2	comercial	43			
relações							1	exteriores	87			
							4	internacionais	15			
							5	comerciais	15			
segurança	1	Conselho [de]	94				1	alimentar	22	1	[da] ONU	10
	3	paz [e]	6							3	[das] nações	8
										4	[de] Israel	7

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do *software* KITCONC 4.0.

No conjunto de textos da América do Sul, o vocábulo *integração* apresentou um alto valor de chavidade (posição 20) e teve seu uso aplicado de distintas maneiras, mas todas relacionadas e aplicadas no contexto da região: *processo de integração*, *projeto de integração*, *integração regional*, *integração sul-americana*, *integração econômica* e *integração da América do Sul (e Latina)*. Tal emprego difere do conjunto Oriente Médio, pois apesar do vocábulo ter apresentado uma chavidade relevante (posição 41), mas menor que do conjunto América do Sul, seus usos não foram tão diversificados e ainda foi aplicado ao contexto sul-americano (*integração sul-americana*).

Já no conjunto de textos do Oriente Médio, o vocábulo *paz* apresentou uma chavicidade elevada (posição 46), distintamente do conjunto da América do Sul (posição 190). Outrossim, teve seu uso aplicado de distintas maneiras, de forma mais ampla, como *processo de paz*, *construção da paz*, *ameaças à paz*, *paz no mundo* e *paz e segurança*, além de usos referentes a localizações geográficas, como *paz no Oriente Médio* e *paz na região*. Isso difere do conjunto de textos da América do Sul, no qual o mesmo vocábulo esteve relacionado apenas a colocados de maneira ampla. Isso não significa que o vocábulo *paz* não possa constituir um tema mobilizador para a América do Sul enquanto contexto relacional – afinal, o Brasil esteve envolvido com questões de paz e segurança na região, como nas crises políticas da Venezuela e da Colômbia – mas que seu uso, identificado pelo KITCONC, evidencia com menor potencial para configurar um tema em comparação ao tema identificado para o Oriente Médio. Aliás, durante a análise do discurso, apresentarei que a América do Sul foi fortemente representada a partir do signo de *paz*.

Com base nisso, os temas mobilizadores identificados e escolhidos foram: *integração regional da América do Sul* e *paz e segurança no Oriente Médio*. Um terceiro tema foi escolhido para ambas as regiões: *relações econômicas*. Esse terceiro tema decorre da enorme densidade semântica para vocábulos de ordem econômica, contribuindo para analisar as similaridades e diferenças nas representações entre esses dois contextos relacionais. Esses temas mobilizadores ofereceram caminhos para a escolha de “eventos importantes” de ambas as regiões, cujos “fatos principais” se manifestaram na agenda de política externa brasileira, para configurarem aquela dimensão chamada de número de eventos do desenho de pesquisa.

1.3.3.4 Seleção “definitiva” de textos

Nessa última etapa, construí o *corpus* ao selecionar textos relevantes e pertinentes para análise a partir dos temas mobilizadores e eventos importantes para cada região. Tendo realizado um estudo sobre a política externa brasileira nos oito anos dos governos Lula, os eventos escolhidos para a realização do estudo de casos a partir do tema mobilizador *paz e segurança no Oriente Médio* referem-se ao caso israelo-palestino na questão Palestina e ao caso do programa nuclear iraniano, enquanto o tema mobilizador *integração regional na América do Sul* refere-se aos contextos do MERCOSUL e da CASA (depois alterada para UNASUL). Já sobre o tema mobilizador comum aos dois

contextos relacionais, *relações econômicas*, foquei nos encontros bilaterais e seminários empresariais realizados entre o Brasil e os países pertencentes à América do Sul e ao Oriente Médio, além das Cúpulas América do Sul-Países Árabes, tendo em vista que essas constituem mecanismos de cooperação econômica. Por fim, a seleção definitiva de textos decorreu desses temas e eventos identificados para constituir, enfim, o *corpus*. A inclusão de outros textos ocorreu durante a análise ao costurar as *ligações intertextuais* diretas e secundárias. Os textos selecionados e analisados podem ser acessados nesta pasta do Google Drive: <https://drive.google.com/drive/folders/1ToIt-5DzZarysbnv2VuDlxMUwPLN0PR6?usp=sharing>.

1.3.4 Métodos de análise do discurso

A análise do discurso que adoto nesta pesquisa repousa em um dispositivo específico para análise de identidades em discursos de política externa. Esse dispositivo de AD congrega: a) um marcador discursivo-interpretativo que construí e denomino de posicionalidade identificacional; b) lentes analíticas elaboradas pela autora Hansen, com sua metodologia de leitura de identidades na política externa; e c) categorias linguístico-discursivas desenvolvidas pelo linguista Maingueneau com sua Semântica Global. Ainda utilizei o *software* KITCONC, porém, exclusivamente para auxiliar na visualização do conteúdo dos textos. No próximo capítulo, apresentarei a estruturação de cada um dos instrumentos acima mencionados.

Por ora, ressalto que, embora a análise se empenhe em rastrear o maior número de evidências e ligações intertextuais para corroborar os argumentos, os discursos são inacabados e os sentidos são livres e nunca se esgotam com a análise, estando o objeto sempre em aberto a novas investigações e interpretações. Essa abertura não é vista como uma ameaça ao conhecimento e à pesquisa interpretativa, uma vez que não se pretende apurar e mensurar uma “verdade” singular, muito menos sentidos “ocultos” e “verdadeiros” nos textos, como já mencionei anteriormente. Trata-se de buscar interpretações sobre o objeto – ante a existência (potencial) de múltiplas verdades construídas – e tornar essas interpretações legíveis. Assim, com a adoção da AD e o dispositivo analítico, trabalhei em uma posição que não fosse ilusoriamente neutra, mas que atravessasse “o efeito de transparência da linguagem” (ORLANDI, 2015, p. 59). Mais

precisamente, assumi uma postura de conduzir uma interpretação crítico-analítica que rompe com a simples literalidade do sentido.

O percurso metodológico envolveu, primeiro, a realização de uma análise de signos, sentidos e significados em um *corpus* repartido em três blocos de textos, conforme os três temas mobilizadores, e, por fim, uma exploratória crítica da interpretação que encerra, assim, a análise do discurso.

Assim, analisei primeiro os discursos de política externa brasileira pronunciados em relação ao tema mobilizador *paz e segurança no Oriente Médio*, considerando os casos escolhidos. Na sequência, analisei os discursos de política externa brasileira pronunciados em relação ao tema mobilizador *integração regional na América do Sul*, a partir dos casos escolhidos. Em seguida, analisei os discursos pronunciados em encontros bilaterais e seminários empresariais entre Brasil e países sul-americanos e países do Oriente Médio, com o intuito de identificar similaridades e diferenças nas representações de identidades. Encerrada a análise dos textos, realizei, dentro da análise do discurso, uma exploratória crítica da interpretação, apresentando e argumentando as identidades construídas e representadas pela política externa brasileira.

Aqui, é necessário fazer uma explicitação. Estou falando em análise dos textos porque o texto é o objeto da análise do discurso. Segundo Orlandi (2020), “A mediação da própria análise, da teoria e dos objetivos do analista são parte da construção do texto como unidade de análise” (ibidem, p. 62-63). Isso porque, segundo a autora, não há uma origem e uma unidade concreta com o discurso. O texto, assim, é como um “material bruto” (ibidem, p. 61) que oferece para a pessoa analista do discurso o acesso à interpretação. Interpretação essa que poderá ser construída a partir do processo discursivo que o texto faz significar (ORLANDI, 2020). Logo, enquanto o discurso corresponde ao objeto teórico e metodológico, o texto é o objeto analítico correspondente.

CAPÍTULO 2 - CONSTRUINDO MARCOS ANALÍTICOS

2.1 Olhares da literatura

O desafio desta pesquisa recai sobre, de um lado, demonstrar que a identidade internacional de um país na política externa é constituída relacional e discursivamente através da diferença trazida no âmbito de representações de identidades, cuja construção depende do estabelecimento de um *Self* – isto é, o “Si mesmo”, ou, simplesmente sujeito-EU – em relação a pelo menos um “Outro”. Por outro lado, o desafio é evidenciar o quanto os discursos, a interpretação e os significados atribuídos são imprescindíveis para a existência da ação política e estatal e nas (re)produções de identidades. Considerando a pergunta de pesquisa estabelecida e levando em conta que minha reflexão é informada pela abordagem pós-estruturalista, apresento algumas discussões teóricas de pesquisadoras e pesquisadores que desenvolveram estudos sobre Ciência Política e Relações Internacionais, a fim de registrar suas contribuições para minha investigação. Entretanto, não se trata de um enquadramento teórico que adoto ou de um fechamento conceitual, mas de possibilidades.

Iniciando pelo conceito de *representação*, Michael J. Shapiro (1987; 1988; 1989) afirma que qualquer realidade – como o espaço em que a política internacional é implantada – é sempre mediada por um modo de representação (ou um complexo sistema de representação, como a televisão, que compreende modos, como telejornais, jogos esportivos etc.), que envolve sinais profundamente ideológicos, além de estruturas que buscam naturalizar o “real”. Essas representações não são simples descrições do mundo com mera correspondência a alguma coisa. “São formas de fazer facticidade” (SHAPIRO, 1989, p. 13) que operam sistemas de significação. Privilegiando os textos como espaço de análise e investigação das representações, Shapiro (1989) expõe que uma perspectiva política crítica de análise questiona as formas privilegiadas de representação em que certos tipos de significados e valores produzidos no domínio das práticas representacionais conduzem para que sujeitos, objetos, eventos e temas sejam aceitos no mundo político construído, impactando no comportamento ou na política em si.

Roxanne Lynn Doty (1996), através de um olhar foucaultiano, entende que as representações são as maneiras pelas quais os regimes de verdade¹² e o conhecimento são produzidos, de modo que em contextos de encontros específicos e questões relevantes no domínio da política, circulam distintas representações. Pesquisando as narrativas das relações entre Norte e Sul no domínio da política internacional e as oposições abstratas que enquadram nosso pensamento, Doty (1996) aponta que as relações internacionais são inevitavelmente vinculadas às práticas discursivas¹³ que colocam em circulação representações tomadas como verdade, construindo conhecimento e identidades. A autora ainda afirma que as práticas representacionais são divulgadas e aceitas como “formas legítimas de categorizar regiões e povos do mundo” (DOTY, 1996, p. 3). Pensar em práticas representacionais é destacar a natureza política, construída nas formas que estabelecem as oposições e hierarquias através das quais passamos a conhecer o mundo (DOTY, 1996).

Direcionando para a complexa noção de *identidade*, de acordo com o pós-estruturalismo, William Connolly (1991) argumenta que a identidade exige a *diferença* para ser constituída, porquanto a identidade de um ser sempre está relacionalmente conectada a uma variedade de coisas e significados que não lhe pertencem (CONNOLLY,

¹² Ao apresentar a expressão “regime de verdade”, o filósofo Michel Foucault (1926-1984) explica que “Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro” (FOUCAULT, 2012, p. 52).

¹³ Em *A arqueologia do saber*, Michel Foucault (2019, p. 144) define prática discursiva como um “conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definem, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa.” Assim, o filósofo francês insere a “historicidade radical do discurso e as condições institucionais de legitimação da enunciação” em primeiro plano (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 396), pois preocupa-se com como certos objetos são ordenados e definidos a partir de um grupo de regras próprias (do discurso); por exemplo, como a criminalidade e o desvio sexual aparecem para discursos médicos ou psiquiátricos específicos. Trata-se de uma investigação filosófica, sendo que Foucault não possui o interesse de analisar a construção linguística dos objetos, muito menos realizar uma análise textual, mas traçar explicitamente um método analítico arqueológico. Diante disso, como estou preocupado com as práticas discursivas representacionais que constituem linguisticamente os objetos, os sujeitos, os eventos e a própria “realidade”, e ainda articulo com uma Análise do Discurso na qualidade de arcabouço teórico-metodológico para realizar de fato uma análise dos textos selecionados, emprego a expressão “prática discursiva” como equivalente a uma atividade discursiva em geral, considerando o discurso como uma forma de ação sobre o mundo, produzida fundamentalmente nas relações de forças sociais (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008; MAINGUENEAU, 1998). Esta minha compreensão de prática discursiva parte do linguista e analista do discurso francês Maingueneau, que a define enquanto uma prática que faz a apreensão da formação discursiva (ou posicionamento discursivo) como inseparável das comunidades discursivas que a produzem e a difundem (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008; MAINGUENEAU, 1998). Em outros termos, prática discursiva é aquela que produz e difunde as formações discursivas (ou posicionamentos discursivos da vida social).

1991). Essas diferenças socialmente reconhecidas entre o EU e o Outro implicam que a identidade, ainda que pessoal, é definida através dos constituintes coletivos com os quais uma pessoa pode se identificar e ser identificada pelas demais. Logo, a identidade é relacional e coletiva. Além disso, Connolly (1991) defende que a identidade converte a diferença em *alteridade* para assegurar a sua própria autoconfiança. Por exemplo, uma identidade poderosa se esforça para constituir diferenças interpretadas como más, irracionais e perigosas. Nesse sentido, a identidade nacional de um Estado pode ser construída por discursos de segurança ao representar uma “cruzada” contra um “Outro interno”, representado por pessoas criminosas, minorias raciais etc., ou pode ser constituída através de outros discursos de segurança, ao representar ameaças de um “Outro externo”, como pessoas terroristas, imigrantes etc. (CONNOLLY, 1991). Há uma tendência de marginalizar e demonizar a diferença, uma vez que a ameaça é representada “pela própria visibilidade de seu modo de ser como Outro” (CONNOLLY, 1991, p. 66), o qual transmite um perigo à identidade do EU que desvirtua sua confiança e capacidade de legitimidade.

Seguindo nessa linha, David Campbell (1992, p. 8) define a identidade como uma “dimensão inevitável do ser”, pessoal ou coletiva, que não é determinada por natureza, nem planejada por comportamento intencional, mas é constituída em relação à diferença. Contudo, a constituição da identidade, segundo Campbell (1990; 1992), é alcançada por meio da inscrição de fronteiras legítimas de significados atribuídos para operar a imposição de interpretações na demarcação entre um determinado EU e um Outro, um interior e um exterior, um doméstico e um estrangeiro. Visto que todo significado relativo à identidade é constituído através da diferença, ainda que não haja um relacionamento marcado por violência e demonização de um Outro, a lógica da identidade requer diferença e uma figuração negativa do Outro. Por outro lado, no caso da identidade do Estado, Campbell (1992, p. 78) defende que a Política Externa tende a sucumbir à “política da negação e a tentação da alteridade”, uma vez que discursos de perigo e de ameaça demarcam espaços, funcionam para disciplinar o Estado e asseguram sua identidade.

Uma questão interessante em Campbell é a noção de *constituição performativa* da identidade do Estado. Levando em conta os estudos de Judith Butler sobre performatividade, uma “prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que nomeia” (BUTLER, 2011, p. xii), em que a “identidade [de gênero] é performativamente constituída, pelas próprias ‘expressões’ tidas como seus resultados”

(BUTLER, 2003, p. 48), Campbell (1992) sugere que a constituição performativa do Estado é análoga à constituição performativa de gênero e corpo da teoria de Butler. O autor argumenta que não existem identidades estáveis, primárias e pré-discursivas do Estado. Sua presença soberana depende de identidades construídas de forma tênue no tempo através de um “processo regulado de repetição” estilizada de atos (CAMPBELL, 1992, p. 9), isto é, por meio de práticas performáticas. Por exemplo, em seu estudo sobre os discursos de segurança e a política externa estadunidense, Campbell (1992) menciona que muitos momentos da experiência americana foram performativamente constituídos por meio da articulação de perigo em um discurso médico, da especificação da diferença e da figuração aguda de alteridade. Traçando linhas divisórias, tais discursos representam, de um lado, os Estados Unidos como corpos saudáveis e, de outra parte, os Outros, representados por ideias de terrorismo e comunismo, ou como tecidos doentes.

Outra postura sobre identidade e diferença pode ser observada na teoria política de Chantal Mouffe (2013; 2015), que também parte da premissa do aspecto relacional e conceitua a identidade como construída através da afirmação de uma diferença (condição prévia) e da determinação de um Outro que constitui o exterior de uma identidade, isto é, a exterioridade constitutiva, estabelecendo “uma fronteira entre o interior e o exterior” (2013, p. 45). Deve-se ressaltar que tais fronteiras são apenas uma forma de identificação e não essências comuns. Particularmente no campo político, Mouffe (2013; 2015) afirma que as identidades coletivas sempre constituem um “Nós” que requer a demarcação de um “Eles”. No entanto, isso não significa que essa relação seja naturalmente *antagônica*, pois “a distinção ‘amigo/inimigo’ pode ser considerada simplesmente na qualidade de uma das formas possíveis de expressão da dimensão antagônica que é constitutiva do político” (MOUFFE, 2015, p. 15). De todo modo, a relação entre “Nós/Eles” é uma questão que remete ao reconhecimento das diferenças (MOUFFE, 2013; 2015).

Mouffe (2013; 2015) também defende que a especificidade da política democrática liberal e pluralista consiste em estabelecer uma maneira diferente de relação “Nós/Eles”, que é a figura do *adversário*: “os ‘Outros’ não podem ser vistos como inimigos a serem destruídos, mas como adversários em que suas ideias podem ser combatidas [...], mas cujo direito de defender estas ideias não deve ser questionado” (MOUFFE, 2013, p. 7). Afinal, eles compartilham o mesmo espaço político e simbólico. Todavia, para a autora (2013; 2015), a dimensão antagônica está sempre presente, pois sempre há um jogo conflituoso entre projetos hegemônicos opostos que nunca podem ser reconciliados. Por tais

elementos, Mouffe denomina a relação “Nós/Eles” de *agonística*. Segundo a autora, a presença de antagonismo não é eliminada na constituição das identidades políticas, mas “sublinhada”, “domesticada”, porquanto sempre existe um confronto real que se desenvolve sob certas condições e que são “reguladas por um conjunto de procedimentos democráticos aceitos pelos adversários” (MOUFFE, 2015, p. 20).

Observa-se que, tanto Connolly (1991) quanto Campbell (1992) não excluem a possibilidade de a identidade ser constituída por outras relações de não alteridade. Entretanto, o enorme peso atribuído à alteridade em suas argumentações e o grande foco empírico de Campbell (1992) em trabalhá-la em discursos de segurança da política externa estadunidense tem sido alvo de críticas. Lene Hansen (2006), por exemplo, argumenta que esses estudos inviabilizam articulações alternativas de identidade e suas diferenças mais sutis. Por outro lado, Mouffe (2013; 2015) traz uma perspectiva que insere a relação agonística e a figura do adversário e conclui que o antagonismo está sempre presente na relação “Nós/Eles” na dimensão do político.

Abrindo o leque de possibilidades dentro da abordagem teórica pós-estruturalista, há autoras e autores que não defendem, *a priori*, a existência da alteridade para a identidade no campo das relações internacionais. Hansen (2006) abraça a possibilidade de justaposição de Outros menos radicais e ameaçadores no discurso de política externa, de forma que a relação entre o EU-Outro se situa no interior de uma *teia de identidades* em que há a “articulação simultânea de várias outras identidades de caráter menos radical e mais ambíguo” (2006, p. 36). A autora argumenta que a identidade nórdica foi construída pelo corpo político sueco, dinamarquês e norueguês durante a Guerra Fria como uma identidade que transcende a rivalidade nuclear das superpotências antagônicas (Estados Unidos e União Soviética), desenvolvendo políticas nórdicas de neutralidade, desarmamento e ajuda no desenvolvimento e manutenção de paz, ao passo que se colocava como superior ao confronto geopolítico e nuclear entre os Estados Unidos e a União Soviética. Não haveria, portanto, a conversão dos Outros em ameaças para a constituição da identidade nórdica.

Similarmente, Doty (1993; 1996) aponta que as relações de diferença não aderem a uma lógica de alteridade. Ao analisar os encontros (pós)coloniais entre o Norte e o Sul por meio de narrativas e discursos de política externa do Norte, a autora identifica os Estados Unidos, o EU da relação, representado como pai e guardião, enquanto o Sul e os “povos emergentes” são representados como filhos, crianças precoces com “assuntos infantis” e,

por se tratar de “crianças problemáticas”, as políticas de intervenção e dominação do Terceiro Mundo seriam justificadas. Trata-se de uma relação de diferença que não foi convertida em alteridade, que não constituiu uma ameaça radical.

Com relação aos atributos da identidade, Hansen (2006) afirma que a identidade é relacional, discursiva, social e política. Relacional, porque, como visto anteriormente, sua construção só é possível por meio da “delimitação simultânea de algo que é diferente” (HANSEN, 2006, p. 17), o Outro ou uma série deles. Discursiva, porque é constituída no/pelo do discurso, sendo impossível considerá-la enquanto um aspecto objetivo localizado em um domínio extradiscursivo ou podendo existir independentemente de práticas discursivas. Social, porque é formada por um conjunto de códigos sociais articulados coletivamente (como gênero, cor/raça, sexualidade, nacionalidade, regime político etc.) e “não como propriedade privada da pessoa ou uma condição psicológica” (HANSEN, 2006, p. 6). E política, porque, ao mesmo tempo em que gera condições para articulações de políticas, é constitutiva e produto da própria política (HANSEN, 2006). Logo, segundo Hansen (2006), identidade e política externa não são causalmente separadas, pois há uma relação de constituição mútua, graças ao vínculo constitutivo do discurso.

Bahar Rumelili (2004; 2007) também contribui para se pensar em outras relações de diferença. Para ela, a identidade é sempre constituída pela diferença entre o EU (corpo portador da identidade) e o Outro (corpo portador da diferença), através de práticas discursivas que nomeiam, marcam e articulam o Outro como diferente, mas sem a percepção ou representação de um Outro visto como ameaça ou exclusão mútua de relação comportamental. A novidade de seu estudo consiste na questão da distância social e seus desdobramentos em moldar identidades inclusivas e exclusivas. A *distância social* consiste em que maneira “o EU se distancia socialmente em relação ao Outro”, de modo que “os Estados realizam ou garantem suas identidades nas relações internacionais se associando ou dissociando de outros Estados” (RUMELILI, 2004, p. 38). “Os Estados se associam quando se envolvem em atos que simbolizam sua pertença na mesma comunidade de identidade” (RUMELILI, 2004, p. 38), ao participar de várias organizações internacionais, ao assinar tratados de entendimento mútuo, ao se engajar em ações coletivas e assim por diante (RUMELILI, 2007). Trata-se da simbolização do envolvimento dos Estados, uma associação e não necessariamente uma cooperação. Por outro lado, os Estados se dissociam quando consideram os outros completamente diferentes (RUMELILI, 2004; 2007).

Para Rumelili (2004; 2007), as *identidades inclusivas* permitem a *associação* entre o EU e o Outro, de modo que as diferenças do Outro são construídas e representadas com base em seus traços adquiridos, de tal modo que a identidade do Outro aspira a se tornar como o EU; ou seja, a associação com o Outro comunica o reconhecimento de que ele pode vir a ser como o EU e este forneceria os meios para “influenciar a evolução da identidade do Outro” (RUMELILI, 2004, p. 38) (identificação positiva). Em contraste, a *dissociação* assegura as *identidades exclusivas*, construindo diferenças do Outro para serem baseadas em traços inerentes, de maneira que a identidade dele é garantida por “limites claros entre o EU e o Outro” (2004, p. 39). Em outras palavras, o EU dissocia-se do Outro para “inscrever limites que indicam que o Outro nunca poderá se tornar como o EU” (2004, p. 39) (identificação negativa).

Rumelili (2007) exemplifica com o fato de que a União Europeia (UE) promove uma identidade coletiva mais inclusiva que a Associação das Nações do Sudeste Asiático, à medida que enfatiza características adquiridas em sua autoidentificação baseada em características europeias e democráticas. Entretanto, no caso de Marrocos, a UE invocou aspectos exclusivos de sua identidade, construindo um Marrocos inerentemente diferente e dissociou-se dele através da separação entre Europa e Islã. Conforme Rumelili (2007) conduz sua análise acerca da construção das comunidades regionais, distintas configurações surgem, de puramente inclusivas/exclusivas a parcialmente exclusivas/inclusivas, rompendo com uma lógica unidimensional para considerar múltiplas dimensões de diferenciação, considerando que todas podem se constituir simultaneamente na identidade.

Encerrando a discussão sobre o conceito de identidade, desloco-me para as compreensões sobre a *política externa*. Hansen (2006, p. 1) conceitua “política externa enquanto uma *prática discursiva*”, dependente de representações de identidade as quais colocam questões sob uma ótica interpretativa específica. Porém, é por meio da formulação da política externa que as identidades são produzidas e reproduzidas. Assumindo-a como um sistema não fechado, Hansen (2006, p. 26) argumenta que “a estabilidade interna de uma construção de identidade não pode ser determinada de forma isolada do contexto social e político em que se situa”.

Hansen (2006) expõe que a política externa atribui significado à situação e constrói objetos, à proporção que articula e se baseia em identidades específicas de certos Outros, que podem ser Estados, regiões, povos e instituições, bem como na identidade de um EU

nacional, regional ou institucional. A autora argumenta ainda que, para que a política externa pareça legítima perante o público, é necessário que em seu centro de atividade política esteja em construção o vínculo entre política e identidade, de modo que as identidades articuladas sustentam as políticas a serem decretadas.

Outro entendimento interessante é o de Campbell (1990), que distingue *Política Externa* de *política externa*. Nas palavras do autor, “a ‘política externa’ pode ser entendida como se referindo a todas as relações de alteridade, práticas de diferenciação ou modos de exclusão que constituem seus objetos como ‘estrangeiros’” (CAMPBELL, 1990, p. 270). Trata-se, portanto, de um conjunto particular de práticas representacionais aplicadas a todos os confrontos entre o EU e o Outro. Assim, a política externa independe do Estado, pois opera em todos os níveis de organização social, das relações pessoais até as globais. Por exemplo, Campbell (1990; 1992) aponta que nos EUA tem havido uma intolerância à ambiguidade em todos os níveis da vida social, desde bairros até a ordem internacional, expressa em termos hierárquicos entre o EU e o Outro, mediante figuras de doença e poluição para certos corpos.

Já a Política Externa incide em um tipo específico de prática orientada externamente, uma “*performance* política produtora de fronteiras” (CAMPBELL, 1992, p. 69), de forma que tais fronteiras são centrais para a produção e reprodução da identidade do Estado em cujo nome ele opera, ao passo que se baseia nos meios de representação disponíveis para produzir um modo particular de subjetividade (CAMPBELL, 1990; 1992). Atribuindo importância à noção de performatividade de corpo e gênero de Butler, Campbell (1990; 1992) elucida que a regulação e a normalização de discursos de medo e perigo na Política Externa são uma prática estilizada e regulada, isto é, uma representação performática pelo Estado. Através de múltiplas estratégias de alteridade presentes na Política Externa, as identidades são constituídas por “locais historicamente específicos e espacialmente definidos” (CAMPBELL, 1992, p. 68). Portanto, para Campbell (1992, p. 76), a política externa é uma “economia discursiva ou matriz convencional de interpretações” de representações de alteridade que opera na condição de possibilidade para a Política Externa, à proporção que produz subjetividades.

Em virtude dessas compreensões, o autor desenvolve uma reconceitualização do Estado, no que é seguido por outras pesquisadoras e pesquisadores do pós-estruturalismo. Para Campbell (1992, p. 256), o Estado é um “efeito móvel de regime múltiplo de governamentalidade” de uma estrutura de autoridade, em que as práticas de guerra, de

Política Externa, de diplomacia etc. o constituem, ao localizarem o perigo e ameaça externamente à identidade do Estado. O perigo e a ameaça não apenas demarcam um espaço social (dentro/fora), como delimitam um espaço moral (superior/inferior), passível de avaliações morais e práticas associadas à soberania do Estado, constituindo a sua própria condição de possibilidade (CAMPBELL, 1992). O autor ainda explica que os Estados possuem uma necessidade permanente de reprodução mediante aquelas práticas, graças à tensão constante entre seus vários domínios que articulam a criação de uma comunidade política imaginada¹⁴, como territorialidade, e os muitos eixos de identidade. Em face disso, Campbell (1992) sugere que os Estados precisam ser vistos sem *status* ontológico prévio em razão da “natureza performativa da identidade” (1992, p. 11) do Estado.

Por fim, gostaria de expor algumas breves compreensões acerca do discurso, especificamente, os *discursos de política externa*. Jennifer Milliken (1999) aponta que os discursos devem ser entendidos como sistemas de significação que constroem realidades sociais (predominantemente de forma linguística, mas não exclusivamente). O discurso possui uma *produtividade discursiva*, uma vez que torna inteligíveis as formas de estar e agir em relação ao mundo e operacionaliza certo regime de verdade. No caso dos discursos de política externa, a questão do poder torna-se mais preeminente, pois nesses discursos são definidos os assuntos sobre os quais certos atores de política externa, intelectuais de defesa, especialistas estão autorizados a falar (MILLIKEN, 1999). Esses discursos também disciplinam e destroem sujeitos, organizam e controlam o espaço social, produzem as práticas políticas, estruturam e limitam as opções políticas que os formuladores consideram razoáveis (MILLIKEN, 1999).

Similarmente, para Doty (1993; 1996), o discurso delinea os termos de inteligibilidade pelos quais uma realidade específica pode ser conhecida e posta em prática, fornecendo os espaços discursivos, como conceitos e categorias pelas quais os significados são construídos. Ademais, “o poder é inerente linguagem, não sendo algo centralizado, proveniente de um assunto pré-determinado” (DOTY, 1993, p. 302). Ele encontra-se disperso tanto quanto as práticas discursivas, sendo produtivo para sujeitos e seus mundos (DOTY, 1993). No domínio das relações internacionais, as pessoas responsáveis pela formulação da política externa são sujeitos posicionados em um espaço discursivo que

¹⁴ Campbell (1992) revisita o conceito de comunidade imaginada de Benedict Anderson para abraçar a ideia de que a nação deve ser entendida apenas como sendo um “artefato cultural representado textualmente” (1992, p. 11).

impõe significados ao mundo (DOTY, 1993). Afinal, os discursos constroem identidades de sujeitos particulares e as posicionam uma à outra.

Já Rumelili (2007, p. 15), expõe que o “discurso constitui sujeitos, atribui identidades e estabelece os termos de comportamento racional/irracional e legítimo/ilegítimo”, de forma que nenhuma prática representacional se encontra fora do discurso. Essa visão é similar a de Campbell (2013), que explica que o discurso não é algo que os sujeitos utilizam para descrever objetos, mas se refere a uma série específica de representações e práticas que produzem significados, constituem identidades e estabelecem relações, envolvendo o ideal e o material, o linguístico e o não linguístico.

Já para Hansen (2006), os discursos de política externa criam os *elos estáveis* entre as representações de identidade à política externa proposta, além de articularem e entrelaçarem os fatores materiais e ideacionais, a tal ponto que não podem ser separados. A autora argumenta que as pessoas responsáveis pela formulação da política externa geralmente enfrentam limitações com relação a quais políticas podem ou não ser promovidas. Tais restrições, pautadas em “capacidades militares, pressões institucionais das democracias e das forças armadas, meios de comunicação, experiências de derrota ou humilhação” (HANSEN, 2006, p. 27), não são fatores materiais objetivos constituídos fora do discurso. Ao contrário, situam-se em seu interior ou são produtos de discursos antigos e concorrentes.

2.2 Posicionalidade identificacional como marcador discursivo-interpretativo

Na seção anterior, ao discutir o conceito de identidade pela abordagem teórica pós-estruturalista, um aspecto ficou evidente: trata-se de um termo invocado para destacar a natureza de um EU que pode ser múltiplo, deslocado e um tanto instável, pois a identidade parece estar continuamente sendo produzida e reproduzida por práticas localizadas no discurso, ao passo que interpela significados nunca fixos e pré-determinados. Então, como analisar identidades com rigor “científico” em um mar repleto de significados sem se perder na procura das identidades, cujas terras se movem constantemente?

A esse respeito, Cooper (2005) revela uma preocupação extremamente importante: “Qualquer que seja sua sugestão, qualquer que seja sua indispensabilidade em certos contextos práticos, a identidade é ambígua demais. [...] A análise social [...] requer categorias de análise relativamente inequívocas” (2005, p. 60). O autor assinala que, para

haver uma devida análise social e compreensão política acerca da identidade, é preciso ir além dela. É necessário sair de uma categoria de prática, utilizada a partir de uma experiência social cotidiana desenvolvida e implantada por distintas pessoas “leigas” no âmbito de suas atividades para uma categoria de análise cientificamente construída e adotada a fim de analisar práticas sociais e políticas orientadas. A questão, portanto, não reside no fato de que um termo específico (a identidade) não possa ser utilizado, mas sim em se compreender como ele é utilizado (COOPER, 2005). Não é preciso tomar uma categoria inerente à prática da identidade – por exemplo, fluída, deslocada, fragmentada e em constante movimento – e torná-la uma categoria central para uma teoria sobre identidade da política externa. Devem-se postular, sobretudo, categorias de análise, sem desqualificá-las por meio de aspectos da experiência prática advindos do seu ambiente social. Considerando essas preocupações, construo os instrumentos analíticos que serão utilizados na análise.

Cooper (2005) apresenta vários termos analiticamente úteis como substitutos à identidade, dentre eles, a *identificação*. Para o autor, “a identificação – de si e dos outros – é intrínseca à vida social”, uma vez que “as pessoas identificam e categorizam os outros, assim como se identificam e se categorizam” (COOPER, 2005, p. 71). Isso não é diferente para o Estado, que consiste em um agente importante de identificação e categorização no sistema internacional. Assim, a identificação representa um termo ativo e processual e fundamentalmente situacional e contextual (COOPER, 2005). Essa distinção se torna chave quando se dialoga com a abordagem pós-estruturalista, que considera o EU atravessado por posições em uma teia de significados relacionais com o Outro.

Nessa direção, Mouffe (1999) expõe que o lugar do sujeito é a condição da constituição de toda a identidade. Afinal, precisamos de uma “entidade social”, uma pessoa, um grupo, um Estado, para que identidades sejam estabelecidas. Essa entidade social é constituída por um conjunto de *posições de sujeito*, com inscrição em múltiplas relações sociais e dependentes de formas específicas de identificação (MOUFFE, 1999). Logo, o EU não apenas consiste em um ponto situado nos discursos, como também é constituído por essas posições (BUTLER, 2018a).

À vista disso, proponho um marcador chave que construí: a *posicionalidade identificacional*, que compõe um *marcador analítico*, de natureza discursiva e interpretativa, com o objetivo de analisar as posições de sujeito (discursivo) enquanto ponto de partida para a interpretação de *significados identificacionais*. Todo discurso

remete a um sujeito-EU, que se coloca como fonte de referências pessoais, temporais e espaciais (MAINGUENEAU, 2013; 2015), ao passo que tenta fornecer uma articulação entre as diferentes posições desse sujeito a partir de diferentes pontos de partida (MOUFFE, 1999) e cada posição carrega distintos sinais, passíveis de identificação e interpretação. Por efeito, desloco a identidade internacional do Brasil (sujeito-EU) para o ponto de chegada e insiro suas posições, localizáveis nos textos oficiais, nos discursos de política externa, como um apoio palpável e inicial para a análise. Trato tais posições de sujeito enquanto princípios de organização totalmente integrados aos textos para fins analíticos e não como produtos teóricos. O sujeito não equivale a uma pessoa de “carne e osso” ou a um corpo abstrato monolítico, mas um “efeito” discursivo, identificado através de uma posicionalidade no texto.

Chamo de marcador, porque os sujeitos, constituídos discursivamente, se posicionam nos textos através de *marcas linguístico-discursivas* carregadas por certos significados. A expressão “significados identificacionais”, que tomo emprestado do linguista Fairclough (2003), refere-se aos *traços linguísticos*, cujos valores nunca são neutros e permitem identificar estilos ou modos que um determinado sujeito, como o enunciador (aquele que enuncia, que fala), identifica a si mesmo e aos demais. Em outras palavras, a análise dos significados identificacionais permite compreender os modos de ser de sujeitos posicionados nos textos.

Partindo do entendimento de que entre as várias identificações de um sujeito existem “zonas de interseção e conflito entre elas” (MENDONÇA, 2006, p. 19), busco identificar os significados de forma relacional. Assim, transporto a metodologia de leitura da Hansen (2006), que implica na localização de sinais ao trabalhar um processo dual em que duas lógicas operam simultaneamente: *ligação e diferenciação*. Pela lógica da ligação, os significados são construídos por meio de uma série de signos (linguístico-discursivos) “ligados uns aos outros para constituir relações de igualdade” (HANSEN, 2006, p. 37). Já pela diferenciação, os mesmos significados são construídos mediante uma “diferenciação para outra série de signos justapostos” (HANSEN, 2006, p. 37). A autora explica que não se trata apenas de designar unicamente um sinal particular ao EU e um diferente para o Outro através de uma justaposição servil entre eles, como se determinado texto trouxesse uma construção do Outro visto como “mal” e, por simples correspondência, o EU como “bom”, mas de localizar um número maior de sinais sendo operados dentro de um sistema em que as duas lógicas estão unidas. Por exemplo, Hansen (2006) analisa que, nos

discursos de Bush, antes da queda de Bagdá, no início de abril de 2003, o Iraque foi construído como um Outro a partir da ligação de distintos sinais enunciados como mal, ditador, com um povo oprimido e grave perigo, enquanto os EUA foram construídos pela ligação de sinais como bom, civilizado, justificado e atacado. Tais ligações de sinais com o EU e com o Outro encontram-se vinculadas por uma diferenciação entre eles; porém, os sinais operados não se dão por meio de uma relação binária. Por exemplo, ao tomarmos o termo “mal” sem analisar sua ligação e diferenciação com outros sinais, valorizados e desvalorizados, haveria uma desconsideração de diferenças importantes construídas, além de não criar muito significado (HANSEN, 2006).

Inserindo essa leitura metodológica de Hansen (2006) como princípio norteador da posicionalidade identificacional, uma espécie de radar para localizar relacionalmente os significados que identificam tanto o EU quanto o Outro a partir de suas posições, possivelmente diferenças surgirão entre os sinais e os significados identificacionais. Porém, apenas a análise discursiva poderá mostrar se serão diferenças radicais e alteridades, conforme defendem Connolly (1991) e Campbell (1992), ou diferenças mais sutis, que originam múltiplas identidades não radicais, como discutido nos estudos das pesquisadoras Hansen (2006), Rumelili (2004; 2007) e Doty (1993; 1996). De todo modo, a relação entre sujeito-EU no discurso e os significados que identificam a si mesmo e os outros a partir de posições pode demonstrar o processo de construção textual de identidades através de representações.

Como já mencionado, os significados identificacionais permitem compreender os *modos de ser* de sujeitos posicionados nos textos. Existem certas estratégias analítico-discursivas que auxiliam nesse sentido. É o caso da *análise de predicados*, que consiste em analisar como “verbos, advérbios e adjetivos se prendem aos substantivos” (MILLIKEN, 1999, p. 232) para construir as “coisas” especificamente nomeadas com características e capacidades particulares. Por exemplo, pode-se analisar as posições do Estado enquanto sujeito de discurso por meio de propriedades e capacidades e modos de agir e interagir definidos. Um texto nunca constrói apenas uma coisa, como uma única posição, mas rotula vários “atributos significativos por seus predicados” (MILLIKEN, 1999, p. 232). Milliken (1999, p. 232) explica que “um conjunto de construções de predicados define um espaço de objetos diferenciados” – aqui, posições de sujeito –, relacionando um ao outro. Assim, a estratégia de predicação pode permitir considerar o processo de “atribuição de qualidades linguísticas aos sujeitos” (AYDIN-DÜZGİT, 2014, p. 359), levando em conta como os

substantivos, adjetivos e outros meios linguísticos se acoplam e significam suas posições, denotando o “tipo” de sujeito internacional posicionada pelos discursos de política externa.

Em síntese, o marcador da posicionalidade identificacional compreende o aspecto relacional, haja vista que os significados identificacionais advêm de sinais que se atrelam relacionalmente às posições de sujeito EU-Outro (Figura 6). Considerando-se que tais significados permitem a identificação do EU e do Outro mediante uma leitura que vincula articulações de ligação e diferenciação de sinais, o marcador também é diferencial. Isso decorre do entendimento de que “‘sujeitos’ são formadas por relações de diferenciação” (BUTLER, 2018b, p. 207), diante de suas posições nos textos. Por fim, como último aspecto, ele é discursivo-interpretativo, posto que as posições de sujeitos são pontos localizáveis nos textos, passíveis de interpretação mediante leitura e análise de significados identificacionais. Tomando, portanto, as posições de sujeitos enquanto ponto de partida, compreendo que a análise poderá seguir com um processo de construção textual de identidades através de suas representações. Metaforicamente, a posicionalidade identificacional é o leme do barco, permitindo sua condução em um mar repleto de significados, levando-me às identidades.

Figura 6 - Marcador analítico: posicionalidade identificacional



Fonte: elaborado pelo autor.

2.3 Lentes analíticas e categorias linguístico-discursivas

A posicionalidade identificacional me permite conduzir a análise a partir de um ponto de partida. Entretanto, são necessários mais instrumentos específicos que direcionam o marcador em um quadro propício para posições pertinentes do Estado enquanto sujeito internacional. Desse modo, preciso de um telescópio, cujas lentes analíticas focalizam

minha visão, e de um sextante, vulgo categorias linguístico-discursivas, para ajustar a leitura dos astros ao meu redor, as marcas linguístico-discursivas. Só assim conseguirei “encontrar” o ponto de chegada: as identidades.

No tocante ao primeiro instrumento, Hansen (2006) desenvolveu uma interessante estrutura analítica para análise da constituição e representação da identidade nos discursos de política externa. Chamada de lentes analíticas pela autora, Hansen (2006) considera que as dimensões espacial, temporal e ética destacam a substância política da constituição/representação da identidade. Embora não se restrinja a sinais explicitamente articulados com a identidade nos discursos de política externa, pois muitas vezes os discursos não enunciam as identidades de forma tão evidente e transparente, a finalidade da análise consiste em considerar tais dimensões para realizar uma leitura baseada em articulações discursivas explícitas, verificando como os sentidos são ligados e justapostos na constituição do EU e do Outro e/ou múltiplos Outros e de que modo eles legitimam políticas específicas (HANSEN, 2006). Aqui, realizarei um pequeno ajuste nas lentes de Hansen, no sentido de atribuir um enfoque maior às posições de sujeito. Essas lentes regulam as lógicas de ligação e de diferenciação do marcador.

A *dimensão espacial* refere-se ao modo pelo qual as identidades são constituídas relacionalmente nos discursos de política externa diante da construção de limites e a delimitação do espaço, ou seja, a produção de fronteiras entre o externo e o interno de uma comunidade nacional em relação a outra (HANSEN, 2006). Essas construções espaciais podem ser identificadas em torno de um território delimitado (países, regiões e povos), mas também por representações que envolvam um conjunto articulado em um “espaço político abstrato, fronteiras e subjetividades” (HANSEN, 2006, p. 42), como construções espaciais relativas a certos temas políticos, tais como selvagens, tribos, bárbaros, terroristas, comunidade internacional, civilização etc.

Assim, minha sugestão é identificar a posicionalidade em que o sujeito se encontra, através de um espaço territorialmente delimitado, que pode ser misturado com uma construção espacial abstratamente política, ao carregar significados identificacionais de ordem espacial. Por exemplo, nos discursos de política externa brasileira proferidos no contexto relacional do Oriente Médio, a espacialidade do Brasil é delimitada como livre de armas de destruição em massa, enquanto a região do Oriente Médio tem sua espacialidade representada através do perigo de armas nucleares, o que é responsável por produzir

fronteiras entre um interno (Brasil) pacífico e seguro e um externo (Oriente Médio) conflituoso e instável.

A *dimensão temporal* refere-se à constituição das identidades em relação à temporalidade entre o EU e o Outro, podendo ser uma temporalidade semelhante ou diferente, superior ou inferior, desenvolvida ou não desenvolvida. Para isso, recorre-se a temas temporais, como “desenvolvimento, transformação, continuidade, mudança, repetição” (HANSEN, 2006, p. 43). Nos discursos de política externa, pode-se distinguir aqueles com cunho civilizacional, político e religioso e outras formas de progresso, como discursos de intransigência (HANSEN, 2006). Diante disso, minha sugestão de ajuste é buscar analisar as diferentes concepções de tempo associadas às posições entre o EU e o Outro.

Segundo Hansen (2006), a temporalidade incide na verificação do que é considerado politicamente viável ou moralmente necessário, estabelecido nesses discursos. Partindo de um exemplo da autora, porém com o ajuste, a posição de um Outro pode ser representada como em situação de progresso temporal em direção a um EU “superior”, servindo como componente para discursos de desenvolvimento, de democratização e de direitos humanos desse EU. Por exemplo, no contexto da integração regional da América do Sul, os textos construíram uma temporalidade que inscreveu um passado ausente de união e integração em razão de Outros externos à região. Assim, instituiu-se que a união entre os países sul-americanos e a integração sul-americana no presente são vistas como moralmente necessárias e politicamente viáveis.

A *dimensão ética* incide na maneira que os discursos de política externa se envolvem com “uma preocupação com a construção discursiva de ética, moralidade e responsabilidade” (HANSEN, 2006, p. 45), a partir de uma força moral de representações particulares. Essas articulações de ética, moralidade e responsabilidade podem ser representadas através de uma preocupação conferida ao próprio EU em ter uma responsabilidade para com o Outro ou atribuindo a responsabilidade exclusivamente ao Outro (HANSEN, 2006). Portanto, através de minha sugestão de ajuste, analisam-se as articulações dessa natureza ética, que se atrelam às posições de sujeito, ao inscrevê-la como portadora de um código ético particular que suscita uma responsabilidade em apoiar alguma política ou que já está sendo apoiada, por exemplo, uma ajuda humanitária. Trata-se também de verificar como a posição do Outro está inserida em um campo de des/aprovações éticas para que aquele sujeito-EU seja deslocado de sua posição para

defender ou se aliar a políticas de interesse nacional ou internacional. Por exemplo, com relação ao contexto relacional do Oriente Médio, a política externa brasileira conferiu uma responsabilidade particular ao Brasil na constituição da paz àquela região em virtude de afinidades construídas e representadas, como ao integrar no espaço brasileiro distintos povos e culturas.

Encaminhando a discussão para as categorias linguístico-discursivas, adoto algumas das desenvolvidas pelo linguista Maingueneau, através do dispositivo de análise Semântica Global. Maingueneau (2013; 2016) compreende que o discurso deve ser considerado no bojo de um interdiscurso, que, por sua vez, é entendido como um conjunto ou rede estruturada de discursos bem variados (de um mesmo ou distinto campo discursivo, de um mesmo ou distintos gêneros, de épocas distintas...), que mantêm relações de delimitação recíproca uns com os outros (MAINGUENEAU, 1998; 2013; 2016). Destarte, as formações discursivas (ou posicionamentos) não são independentes, uma vez que um discurso particular é indissociável de sua emergência e de sua manutenção através do interdiscurso, já que ele é atravessado por múltiplos discursos. Em consequência, um discurso somente adquire sentido no universo de outros discursos. Para interpretá-lo, é necessário relacionar seus enunciados com outros discursos comentados, parodiados, citados etc. (MAINGUENEAU, 2013; 2016). Uma vez que a noção de interdiscurso é pouco operatória, Maingueneau (2016) propõe que os discursos, seus gêneros e formas de coesão sejam compreendidos como “determinados” por um sistema de restrições semânticas globais. O caráter “global” da semântica decorre de planos discursivos em que a semântica tanto os restringe em seu conjunto quanto os integra simultaneamente nas ordens do enunciado e da enunciação (MAINGUENEAU, 2016).

Para uma análise prática, nada impede que alguém isole outros planos ou divida aqueles já propostos, tratando-se, segundo Maingueneau (2016), de uma escolha arbitrária. Para essa filiação de Análises do Discurso de Tendências Francesas, o dispositivo de análise é construído pela pessoa analista em função do *corpus*, do objetivo e do problema de pesquisa (LARA, 2020). Embora a proposta de Maingueneau tenha sido “desenhada” para a análise de discursos antagônicos, em consonância com Lara (2020), defendo que a Semântica Global pode ser utilizada em discursos equivalentes – que não antagonizam entre si –, mantendo outros tipos de relação. Feita essa ressalva, entre os planos discursivos de Maingueneau, selecionei cinco categorias linguístico-discursivas para esta pesquisa:

intertextualidade, vocabulário, tema, estatuto do enunciador e do destinatário e *dêixis* enunciativa.

A *intertextualidade* consiste no sistema de restrições que operam “os tipos de relações intertextuais que a competência discursiva define como legítimas” (MAINGUENEAU, 2016, p. 77), tendo em vista que todo discurso cita, de alguma forma, discursos anteriores e constrói um passado específico à medida que atribui para si certas filiações e recusa outras. De acordo com Maingueneau (2016), a intertextualidade pode ser *interna* (quando a relação intertextual se mantém no interior do mesmo campo) ou *externa* (quando ocorrem relações intertextuais entre diferentes campos). Assim, a categoria da intertextualidade permite analisar como as posições do sujeito-EU são atravessadas por distintos discursos de diferentes ou de um mesmo campo, cada um vinculando significados variados que possam identificá-las. Por exemplo, no contexto do caso israelo-palestino, identifiquei relações de intertextualidade externa que, ao evocarem discursos históricos e culturais, definiram como legítimas posições e argumentos construídos sobre o envolvimento da política externa brasileira com a questão Palestina, ao passo que mobilizaram afetividades para com o Estado de Israel.

Em *vocabulário*, a partir das restrições, os discursos mobilizam determinadas palavras que marcam posições no campo discursivo, haja vista que determinados termos podem cristalizar pontos semânticos (MAINGUENEAU, 2016). A análise de predicação, discutida na seção anterior, pode, sobretudo, ser iniciada aqui. Por exemplo, no contexto relacional da América do Sul, identifiquei um vocabulário específico que busca construir vínculos para com os coenunciadores e sentidos de união na região por meio do uso do vocábulo *irmãos* e de palavras com conotação figurativa que comparam as partes anatômicas de um corpo humano à região e às instituições. Todavia, a categoria *vocabulário* não deve ser analisada separadamente das demais, posto que, conforme aponta Maingueneau (2016), pouco pode dizer sobre as construções discursivas.

Os *temas*, por sua vez, referem-se àquilo sobre o que trata o discurso e possuem um tratamento semântico em conformidade com o seu sistema de restrições. Os *temas* se dividem da seguinte forma: a) *temas impostos*, que se referem à imposição de certo número de temas que se deseja que sejam aceitos, subdividem-se em *compatíveis* (convergência de temas com o sistema de restrições semânticas) e *incompatíveis* (embora integrados, não convergem com o sistema de restrições semânticas); e b) *temas específicos*, que são próprios de um discurso particular, têm “sua presença se explica por sua relação semântica

privilegiada com o sistema de restrições” (MAINGUENEAU, 2016, p. 84). Essa categoria pode propiciar, não só a identificação de temas trazidos pelos discursos como essenciais para a constituição de debates de política externa, como também mostrar como a posicionalidade de sujeitos é direcionada no horizonte deles, ao passo que converge temas com políticas consideradas viáveis, desejáveis ou necessárias para si e para outrem. Por exemplo, no contexto relacional do Oriente Médio, os discursos de política externa brasileira impuseram o tema da debilidade das potências e de certas instituições como integrado ao contexto de processos de paz no Oriente Médio, mas não convergente com a posição do Brasil, que anseia se tornar um melhor interlocutor.

Com *estatuto do enunciador e do destinatário* busca-se analisar como os discursos instituem o estatuto que o enunciador deve conferir para si mesmo e aquele que é atribuído ao seu destinatário para legitimar sua fala. As restrições que instituem os estatutos envolvem duas dimensões: uma *institucional* (própria do espaço institucional que o enunciador pertence) e outra *intertextual* (relativa aos espaços das diversas fontes de saber) (MAINGUENEAU, 2016). No domínio político, conforme Lara (2020), para que um presidente da República se legitime perante seus destinatários (os cidadãos do país), é preciso que seja conferido a si um estatuto de político competente, ao passo que se investe de poder institucional e de capacidade para mobilizar, intertextualmente, um conjunto de elementos que justifique a sua posição, como através de leis, dados e estatísticas. Por exemplo, os discursos de política externa conferiram ao Brasil o estatuto de país solidário no contexto da região da América do Sul, ao evocar intertextualmente um passado comum – a independência – e figuras heroínas do campo histórico, à medida que estabeleceu identificações entre o Brasil e os demais do grupo de países sul-americanos. Por efeito, o estatuto contribuiu para legitimar e investir de poder os discursos de política externa brasileira acerca da integração regional. Cumpre informar que o destinatário pode corresponder ao Outro, como no caso dos países do Oriente Médio, ou ao Nós, países da América da Sul.

Finalmente, a *dêixis enunciativa* versa sobre os modos pelos quais o discurso, em função de seu sistema de restrições ao construir seu próprio universo, convoca uma *dêixis* espaciotemporal, ou seja, o “conjunto de localizações no espaço e no tempo que um ato de enunciação apresenta, graças a embreantes¹⁵ como ‘aqui’ e ‘agora’” (LARA, 2020, p. 91;

¹⁵ Conforme explica Maingueneau (2013), os embreantes, também chamados de elementos dêiticos, consistem nos elementos que marcam o conjunto de operações (embreagem) pelas quais um enunciado se

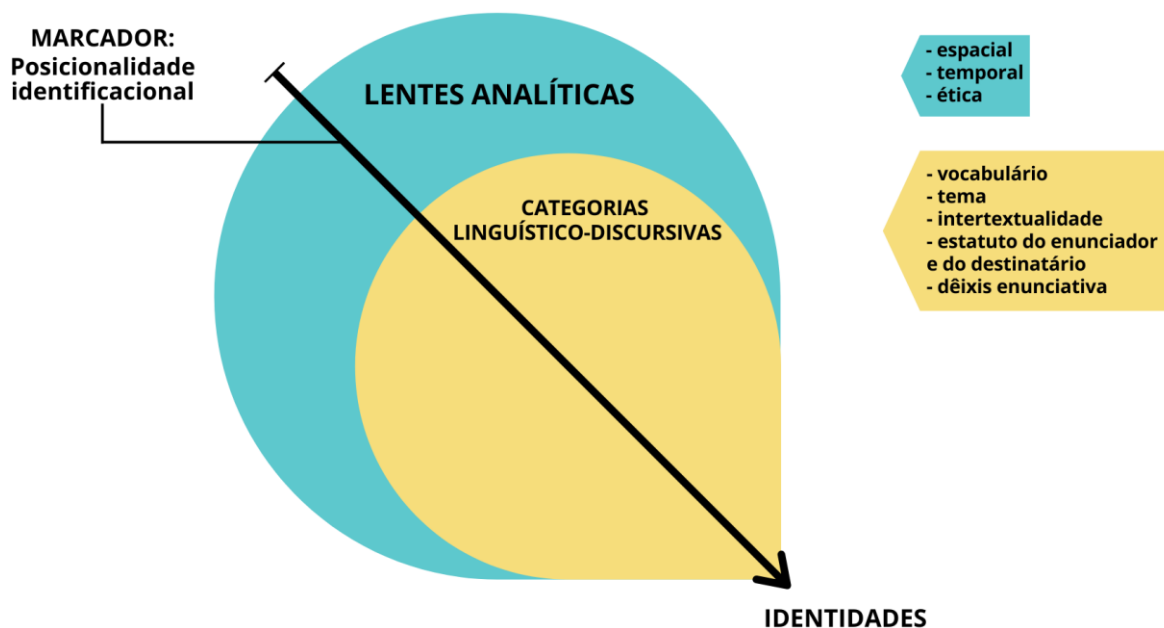
MAINGUENEAU, 2016, p. 88). Porém, Maingueneau (2016) adverte que a *dêixis* enunciativa não deve ser compreendida como as datas e os locais em que os enunciados efetivos foram produzidos, tampouco como a realidade biográfica das pessoas autoras. Ela deve ter vista como uma instância de enunciação legítima que “delimita a cena¹⁶ e a cronologia que o discurso constrói para autorizar sua própria enunciação” (ibidem, p. 89), conforme as restrições semânticas de onde se fala. Em outras palavras, os elementos dêiticos espaciais e temporais são signos cuja atualização e contextualização advêm da maneira como os discursos constroem esse conjunto de localizações no espaço e no tempo. Essa categoria pode fornecer direções “mais linguísticas” para analisar as posições de sujeitos em discursos de política externa através das dimensões espacial e temporal de Hansen. Por exemplo, no contexto relacional da América do Sul, os textos construíram uma *dêixis* spatiotemporal que, a partir de certas localizações no tempo (elementos dêiticos temporais, como *nos anos 2000*, *nos últimos anos*, *há dez anos*), produziram diferenciações entre um passado incompatível e um presente compatível com a integração regional.

Diante dessa descrição detalhada acerca da elaboração sistemática do dispositivo de análise do discurso, apresento abaixo uma representação desenvolvida especialmente para análise de identidades em discursos de política externa (Figura 7).

ancora na sua situação de enunciação. Dentre os embreantes, há aqueles de ordem temporal e espacial, geralmente denominados de dêiticos espaciais e dêiticos temporais. Os primeiros envolvem “grupos de palavras com valor temporal” (MAINGUENEAU, 2013, p. 130), por exemplo, semana passada, ontem, dentro de um ano, amanhã etc. Já os segundos envolvem os elementos distribuídos “a partir de um ponto de referência constituído pelo lugar onde se dá a enunciação” (2013, p. 130), por exemplo, aqui, lá, isto.

¹⁶ Utilizarei constantemente o termo “cena” durante a análise do discurso. Segundo Maingueneau (2015), a cena de enunciação, expressão emprestada do mundo teatral, consiste em um quadro pressuposto pelo discurso, definido pelas restrições do gênero discursivo e que também conduz esse quadro pela encenação da sua enunciação, como mobilizando papéis para que enunciador e coenunciador participem dele.

Figura 7 - Dispositivo analítico de identidades em discursos de política externa



Fonte: elaborado pelo autor.

Orientado por certos pressupostos ontológicos e epistemológicos e pela pergunta de pesquisa, espero ter demonstrado que os procedimentos e métodos de um estudo interpretativo não são gerados espontaneamente. Ao contrário, empreende-se um esforço explícito, lógico e consciente, comprometido com uma atitude científica para a criação e elucidação de significados e para a interpretação de sentidos, os quais nunca são autoevidentes (YANOW, 2006a; YANOW, 2006b; SCHWARTZ-SHEA; YANOW, 2006a; SCHWARTZ-SHEA; YANOW, 2006e). Todavia, isso não significa que toda essa engrenagem funciona para restringir o processo de interpretação, mas perfaz uma tentativa de direcionar o meu olhar interpretativo, facilitando a interação entre este pesquisador, o *corpus*, o manuseio do dispositivo de análise, os demais procedimentos e as evidências intertextualmente trazidas.

CAPÍTULO 3 - ANALISANDO A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: INTERPRETANDO DISCURSOS, TECENDO IDENTIDADES

Este capítulo, dividido em quatro partes, é dedicado à aplicação da análise do discurso, através do marcador discursivo da posicionalidade identificacional, apresentado no capítulo anterior, combinado com as lentes analíticas de Hansen e as categorias linguístico-discursivas de Maingueneau. A primeira seção envolve o Oriente Médio enquanto contexto relacional a partir do tema mobilizador da paz e segurança. O caso israelo-palestino na questão Palestina e o caso do programa nuclear iraniano foram os eventos importantes selecionados. A segunda seção se volta para a América do Sul como contexto relacional mediante o tema mobilizador da integração regional. Os eventos importantes selecionados perfazem os contextos do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), alterada para União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). Essas duas primeiras seções iniciam com uma contextualização dos casos, partindo-se, em seguida, para a análise dos textos. A terceira seção une os dois contextos relacionais, através do tema mobilizador das relações econômicas, a fim de identificar similaridades e diferenças nas representações. Finalmente, a quarta seção traz uma exploratória crítica das interpretações tecidas com a análise dos textos, expondo as identidades constituídas e representadas pela política externa.

3.1 Oriente Médio: promovendo a paz na região

3.1.1 Contextualização: o caso israelo-palestino na questão Palestina e o caso do programa nuclear iraniano

Os conflitos entre israelenses e palestinos ganharam novos contornos no início do século XXI, devido à articulação de grupos militares, como o Hamas (Movimento de Resistência Islâmica) e o Fatah (Movimento de Libertação Nacional), revelando que a Conferência de Madri de 1991 e os acordos de Oslo, que buscavam promover um processo de paz no caso árabe-israelense-palestino, não tiveram êxito (SILVA; PILLA, 2012; LOPES, 2006; NEVES, 2007). Diante disso, em abril de 2003, o Departamento de Estado americano, sob a sombra de um grupo de países e organizações conhecido como Quarteto para o Oriente Médio, composto pelo Secretariado das Nações Unidas, Estados Unidos,

Rússia e União Europeia (LOPES, 2006; NEVES, 2007), apresentou o *Road Map* (ou Mapa do Caminho, em tradução livre), uma proposta de conduzir a retomada do diálogo e a negociações entre Israel e Palestina, prevendo também a criação gradual de um Estado palestino em 2005. Ainda que a proposta tenha sido aceita pelo governo israelense e pela liderança palestina, ela não foi executada (LOPES, 2006).

Em janeiro de 2006, a região árabe sofreu uma mudança radical na política, pois o grupo Hamas venceu as eleições parlamentares na Palestina, substituindo o grupo Fatah que liderava há mais de 40 anos (SILVA, 2012; CHAMMA, 2013; AMORIM, 2015). No entanto, o Estado de Israel não reconheceu o resultado das eleições, já que o Hamas tem sido considerado uma organização “terrorista” pela imprensa mundial e “dominava a Faixa de Gaza, de onde partiam, com certa regularidade, ataques com mísseis ao território israelense” (AMORIM, 2015, p. 205). Desde 2005, a Palestina se encontrava sob um embargo econômico imposto por Israel, aplicado juntamente com os EUA (COLLARES, 2012), e, embora houvesse estabelecido entre os grupos um governo de coalizão entre fevereiro e março de 2007 por meio do Acordo de Mecca (SILVA, 2012), em junho, houve um rompimento político, a ponto do Hamas controlar a Faixa de Gaza (AMORIM, 2015).

De outra parte, em 2005, uma vez eleito o novo presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, o governo anunciou o desenvolvimento de seu programa nuclear, sob a alegação de que seu uso era para fins pacíficos, visando reativar um reator para pesquisa médica em Teerã. Nesse contexto, em 2006, surge um grupo denominado de P5+1, que abarca os cinco países membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas (EUA, China, Reino Unido, Rússia e França), mais a Alemanha, para conduzir negociações sobre o programa nuclear iraniano (AMORIM, 2015; RICUPERO, 2017). Após certos entraves nas negociações, são impostas algumas sanções ao Irã pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (doravante CSNU), sob o pretexto de que seu programa não se enquadrava nas normas da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA).

Em relação ao Brasil, em dezembro de 2003, o presidente Lula viajou ao Oriente Médio, visitando Síria, Líbano e Emirados Árabes Unidos, além de outros países árabes, como Egito e Líbia. Foi a primeira viagem de um estadista brasileiro naquela região desde a visita de D. Pedro II ao Oriente Próximo (GARCIA, 2017). A respeito dos casos, os posicionamentos da política externa brasileira nos governos Lula sempre foram no sentido da defesa de um Estado palestino independente coexistindo pacificamente com Israel (BRASIL; MRE, 2003e, 2006a, 2007a, 2007b) e do apoio das negociações e soluções

pacíficas diante da reivindicação do Irã quanto ao seu programa nuclear (BRASIL; MRE, 2006c), sendo que, a partir de 2009, o Brasil reconheceu o direito do Irã de desenvolver seu programa nuclear para fins pacíficos (BRASIL; MRE, 2009c).

Em novembro de 2007, o Brasil foi convidado pelo governo dos EUA para participar da Conferência de Paz sobre o Oriente Médio, realizada em Annapolis, EUA, na sede da Academia Naval estadunidense, para discutir propostas para o processo de paz no Oriente Médio, particularmente, com relação ao caso israelo-palestino (AMORIM, 2015). Entretanto, nenhum acordo foi construído e os confrontos entre Israel e Hamas não foram inibidos, de forma que o bloqueio israelense à Faixa de Gaza continuou ao final de 2007 (SILVA; PILLA, 2012). O Brasil foi o único país latino-americano a participar do citado evento.

Já em novembro de 2009, o Brasil recebeu as visitas de autoridades políticas do Oriente Médio, como o presidente de Israel, Shimon Peres; o presidente da Autoridade Nacional Palestina (ANP), Mahmoud Abbas; e o presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad (MRE; BRASIL, 2009a, 2009b, 2009c). Após a estadia do presidente iraniano no Brasil, a AIEA adotou um projeto de resolução que condenou o Irã por seu programa nuclear. Brasil e Turquia, membros rotativos do CSNU, posicionaram-se contrários às novas sanções (AMORIM, 2015).

No ano seguinte, em fevereiro, o Irã anunciou que o enriquecimento de urânio em 20% seria iniciado, contrariando o CSNU e a AIEA (AMORIM, 2015; RICUPERO, 2017). Em março de 2010, Lula viajou ao Oriente Médio pela segunda vez, visitando Israel, Jordânia e Cisjordânia (SILVA; PILLA, 2012), esta última controlada pela ANP. O presidente estabeleceu um diálogo com as respectivas autoridades, a fim de contribuir para um processo de paz entre israelenses e palestinos (AMORIM, 2015). Porém, nenhum mecanismo foi efetivamente conduzido até o fim do governo Lula.

A respeito do programa nuclear iraniano, o tema foi tratado novamente em abril de 2010, em Brasília, com o então ministro dos Negócios Estrangeiros da Turquia e, posteriormente, o chanceler Amorim discutiu a questão em Istambul, Moscou e Teerã (AMORIM, 2015; GARCIA, 2017). Ainda em abril, o presidente Lula recebeu uma carta do presidente estadunidense Barack Obama com pontos essenciais para um possível acordo com o Irã (AMORIM, 2015; GARCIA, 2017; RICUPERO, 2017).

Em 17 de maio de 2010, atendendo aos requisitos e medidas requeridas pela AIEA e pelo Grupo de Viena (EUA, França, Rússia e AIEA), Lula e o primeiro-ministro da

Turquia, Recep Erdogan, conseguiram com Ahmadinejad, presidente iraniano, a elaboração e assinatura de um acordo trilateral, na capital do Irã: a Declaração Conjunta de Irã, Turquia e Brasil, também conhecida como Declaração de Teerã (AMORIM, 2015; GARCIA, 2017; RICUPERO, 2017). Todavia, em junho, o P5+1 apresentou um projeto de resolução do Conselho de Segurança, o qual foi aprovado, de modo que novas sanções e embargos foram impostos ao Irã por meio da Resolução 1.929/2010 (SOUZA NETO, 2011; AMORIM, 2015; GARCIA, 2017; RICUPERO, 2017). Pela primeira vez, o voto do Brasil foi contrário a uma Resolução do CSNU. Em dezembro de 2010, último ano do segundo governo de Lula, o Brasil reconheceu oficialmente o Estado palestino como soberano nas fronteiras existentes desde 1967, em resposta a uma solicitação feita pela ANP (GARCIA, 2017; BRASIL; MRE, 2010b).

3.1.2 *Analisando discursos*

Ao iniciar a leitura do *corpus*, o que mais me chamou a atenção, em um primeiro momento, foi o esforço dos textos na tentativa de construir um elo entre o Brasil e a região do Oriente Médio por meio da aproximação de suas espacialidades. Explicarei. Há uma passagem recorrente em distintos textos que representa esse movimento.

No Brasil, há um renovado interesse pelo mundo árabe, inspirado por fortes laços históricos e culturais. [...] A prática efetiva da tolerância e do respeito ao outro, e a convivência harmoniosa das diversas comunidades constituem, talvez, a nossa vantagem comparativa (AMORIM, 2005 *in* CORRÊA, 2012a, grifo meu).

No Brasil, milhões de árabes e israelitas convivem de maneira harmônica e integrada (LULA, 2006 *in* CORRÊA, 2012b, grifo meu).

Em meu país, dez milhões de árabes e de seus descendentes convivem de forma harmoniosa com milhares de judeus (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2010e, grifo meu).

O Brasil, que tem cerca de dez milhões de descendentes de árabes e uma comunidade judaica convivendo em harmonia, não se furtará a dar sua contribuição para a Paz a que todos anseiam (AMORIM, 2010, *in* CORRÊA, 2012b, grifo meu)

A experiência brasileira de abrigar grandes comunidades árabe e judaica em convivência harmoniosa... (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2009e, grifo meu).

Nos exemplos acima, as expressões “*comunidade árabe e judaica*”, “*imigrantes árabes*”, “*milhões de árabes e israelitas*”, “*milhares de judeus*”, “*descendentes de árabes*”

delimitam nas espacialidades fronteiras interno/externo. Primeiro, é estabelecida uma delimitação espacial entre Brasil e Oriente Médio, de modo que este último, expresso por esses outros povos, demarca um espaço externo ao Brasil, através dos adjetivos *árabes* e *judaicas*, que se prendem aos substantivos *comunidades*, *imigrantes* e *descendentes*. No caso de descendentes, ainda que se refira a pessoas brasileiras, a adjetivação funciona não só para qualificar, mas também distinguir e referenciar culturas e povos distintos, remetendo a uma localização específica no globo e externamente ao Brasil. Em segundo lugar, essa construção de limites e delimitação espacial é inserida no interior do Brasil, dado que essas comunidades e esses milhões de indivíduos, que não são brasileiros, convivem em harmonia no país. Trata-se de uma aproximação de espacialidades, uma vez que o território brasileiro abriga culturas e povos distintos, inscrevendo a posição de país multicultural.

Essa aproximação de espacialidades não consiste em uma relação puramente idêntica, pois temos espacialidades diferenciadas. Com relação à posição do Brasil, há um conjunto de vocábulos que expressam qualidades atributivas a esse sujeito-EU e que são diferenciadas em relação ao Oriente Médio. Inicialmente, esse conjunto é formado pelos significados das palavras *paz*, *diálogo* e *direitos humanos*. Verificando como os verbos e adjetivos se conectaram a esses substantivos, é possível perceber que o vocabulário utilizado marca:

a) valores, capacidades e qualidades particulares: “a história do meu país é uma história de paz” (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2010e); “o convívio que existe no Brasil entre as várias comunidades, que se vê apenas com uma coexistência pacífica...” (BRASIL; MRE; AMORIM, 2009); “uma diplomacia inovadora, mas que não se afasta dos valores fundamentais da nação brasileira – a paz, o pluralismo, a tolerância e a solidariedade” (AMORIM, 2010 *in* CORRÊA, 2012b);

b) modos de agir e pensar: “Temos nos empenhado em favorecer as negociações de paz...” (BRASIL; MRE; LULA, 2010c); “Buscamos incessantemente a paz e, por essa razão, propugnamos a solução negociação de conflitos.” (BRASIL; PRESIDÊNCIA REPÚBLICA; LULA, 2010e); “Mantemos um diálogo aberto e franco com todos os países da região” (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2009f); “Advogamos o diálogo com todas as partes...” (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2009e); “O Brasil acredita no diálogo” (LULA, 2006 *in* CORRÊA, 2012b);

c) objeto de política e posicionamento político: “Temos um compromisso inabalável com a promoção dos Direitos Humanos.” (AMORIM, 2010 *in* CORRÊA, 2012b); “O Brasil apoiou plenamente a política de engajamento e diálogo com o Irã...” (RIBEIRO VIOTTI, 2010); “Defendemos os Direitos Humanos.” (BRASIL; PRESIDÊNCIA REPÚBLICA; LULA, 2010e).

Interessante notar que, em alguns momentos, esses vocábulos ligam-se a advérbios, como *incessantemente* e *plenamente*, e a adjetivos com função figurativa, como *inabalável*. Tais termos intensificam essas capacidades, modos de agir e pensar e posicionamento do Brasil. Retornando ao grupo de palavras que envolvem as qualidades atributivas da posição do Brasil, elas não são as únicas identificadas. É possível encontrar, naquela mesma relação, diversos predicados que propagam explicitamente significados de cooperação e solidariedade enquanto modo de agir, atribuindo ao Brasil as qualidades de país democrático e confiável.

Por outro lado, não é de se estranhar que um país que está se inserindo em discussões e temas acerca de processos de paz no Oriente Médio utilize um vocabulário com termos relativos a esse universo. O que quero destacar é como o signo de paz envolve abstratamente a delimitação espacial do Brasil, construindo o significado de um país pacífico. Em contraposição às qualidades atributivas do Brasil, algumas das palavras e dos signos que os rodeiam foram interligadas ao Oriente Médio não como significados refletidos ou cópias, mas invertidos e diferenciados. Dessa maneira, o vocabulário utilizado para identificar o Oriente Médio é marcado pelas seguintes palavras que expressam significados em torno de sua espacialidade:

a) conflito, ameaça e instabilidade: “O Brasil e a comunidade internacional não podem se conformar em viver sob a ameaça constante da instabilidade em região tão importante para o mundo” (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2010f); “A solução para a crise no Oriente Médio também nos interessa...” (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2009a); “Conflitos como o do Oriente Médio vêm desafiando as autoridades das Nações Unidas.” (LULA, 2006 *in* CORRÊA, 2012b); “O Oriente Médio vive, há décadas, dolorosos enfrentamentos que têm custado milhares de vítimas” e “Venho de um país que recebeu dezenas de milhares de imigrantes judeus, perseguidos em suas terras de origem pela intolerância étnica, cultural e religiosa” (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2010e);

b) perigoso, diante da existência de armas: “O Brasil sonha com um Oriente Médio livre de armas nucleares...” (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2009f); “Então, como é que nós podemos criar uma zona livre de armas de destruição em massa e também de armas químicas, de armas biológicas em todo o Oriente Médio?” (BRASIL; MRE; AMORIM, 2009);

c) fome e pobreza: “Particularmente na Faixa de Gaza, vemos privações, pobreza e frustração.” (BRASIL; MRE; LULA, 2010d); “O combate à fome e à pobreza, [...] e o impasse no Oriente Médio são temas interligados.” (LULA, 2006 *in* CORRÊA, 2012b); “a Palestina é muito pobre, não é? Muito pobre e muito sem perspectiva, nível de desemprego altíssimo...” (BRASIL; MRE; AMORIM, 2009).

Esse conjunto de significados se encontra posicionado diferencialmente ao conjunto ligado ao Brasil. Por exemplo, centralizando no significado em que os textos ligam o signo de paz à posição do Brasil, de modo que as relações textuais buscam construir o país como pacífico, temos um Oriente Médio espacialmente inscrito em uma cena específica envolvendo conflito, ameaça e instabilidade. Igualmente, enquanto o Oriente Médio é inscrito como perigoso, o Brasil é marcado como seguro, pois sua espacialidade encontra-se livre de armas nucleares, em virtude da proibição em sua Constituição Federal e de seu posicionamento contra a proliferação nuclear, como nos trechos abaixo.

(A1) [...] o caminho que o Brasil vem trilhando, em obediência à nossa Constituição, que proíbe a produção e a utilização de armas nucleares (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2009f, grifo meu).

(A2) Não-proliferação e desarmamento nuclear devem andar juntos. O Brasil sonha com um Oriente Médio livre de armas nucleares como ocorre em nossa querida América Latina (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2009f, grifo meu).

(A3) Temos orgulho de proclamar que a América Latina e o Caribe é uma zona livre de armas de destruição massiva. Em meu país há uma proibição constitucional de produção e utilização de armamento nuclear. Gostaríamos que o exemplo de nosso continente pudesse ser seguido em outras partes do mundo (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2010e, grifo meu).

(A4) O Brasil é, obviamente, contra a proliferação nuclear. Não faria sentido o País assinar o Tratado de Não-Proliferação, dizer na sua Constituição que as armas nucleares estão proscritas, e achar razoável que outros desenvolvam ou adquiram a bomba (BRASIL; MRE; AMORIM, 2010, grifo meu).

Por outro lado, esses signos justapostos ao Oriente Médio e diferenciados do Brasil não decorrem de simples correspondência com diferenças. Em primeiro lugar, o tema imposto é a questão da paz no Oriente Médio, particularmente pelos posicionamentos em

prol de um Estado Palestino independente e soberano e do direito ao desenvolvimento do programa nuclear para fins pacíficos. Esses temas impostos são compatíveis com todo o sistema das relações semânticas, convergindo com a própria posição do Brasil nos textos. Considerando que no conjunto de palavras que qualificam o Oriente Médio há uma representação da espacialidade dessa região por meio do perigo das armas nucleares – ou seja, o externo –, enquanto na posição do Brasil, sua espacialidade é inscrita como segura – isto é, o interno –, então, por que o Brasil apoiou o programa nuclear iraniano? A resposta está no fato de que os textos esforçam para identificar e qualificar a finalidade pacífica desse programa nuclear. Em outros termos, algo que pode ser identificado como perigoso é ligado ao signo de paz, que faz parte do conjunto de signos ligados à posição do Brasil. Assim, a partir da ressignificação, o modo de agir do sujeito-EU é justificado perante a comunidade internacional. De outra perspectiva, esse conjunto de significados se encontra articulado e construído por imbricações vocabulares que tecem uma imagem¹⁷ que desvaloriza o Oriente Médio, pois os discursos de política externa, ao inscreverem o Outro a partir de uma espacialidade diferente e inferior em relação ao Brasil, reduz a diversidade de povos étnico-culturais por meio de características desqualificadoras, inscrevendo toda uma região como perigosa, conflituosa, instável e ameaçadora. Assim, a hierarquização espacial entre o Brasil e o Oriente Médio pode ser vista como a articulação de etnias – comunidades árabes, judaicas, israelitas – definidas com base em diferenças culturais.

Em segundo lugar, há a construção de uma força moral particular que vincula ambos, conferindo uma responsabilidade ao próprio país em relação à região do Oriente Médio. Com um olhar sobre as construções discursivas de ética, moralidade e responsabilidade, encontrei as seguintes relações que legitimam e justificam o modo de agir do Brasil em relação ao Oriente Médio: a) relações textuais e intertextuais que constroem afinidades que entrelaçam o espaço-tempo; b) universalização de tema; e c) atribuição de responsabilidade conferida ao sujeito-EU para com o Outro.

No tocante ao primeiro ponto, além da convivência harmônica entre povos árabes, judeus e israelenses que os textos inscrevem na espacialidade do Brasil, uma afinidade quase intrínseca é construída no tempo para instituir vinculações e mobilizar afetos. Por exemplo, os enunciadores trazem que “há um renovado interesse pelo mundo árabe,

¹⁷ Estou entendendo por imagens simplesmente como fragmentos de sentidos e significados que envolvem nossos modos de percepção do mundo e, por efeito, acabaram consolidando e recriando imaginários (MENDONÇA, 2006) a partir de um enquadramento de um objeto. Em outros termos, imagens constituídas nos discursos que instigam um objeto enquadrado ou emoldurado pelo nosso imaginário.

inspirado por laços históricos e culturais” (AMORIM, 2005 *in* CORRÊA, 2012a) e que “a identidade árabe está inscrita em nosso DNA” (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2009d). Nessas expressões, a enunciação produz localizações no tempo em que o agora é pautado e transportado para um momento no passado, ativado por elementos dêiticos temporais – como *laços históricos e culturais* e *inscritos em nosso DNA* – que envolvem a cena de que a própria formação do Brasil, enquanto comunidade nacional, depende de um vínculo com o Outro.

O termo *descendente* para se referir às pessoas brasileiras descendentes de árabes também é uma marca textual, um ponto de referência que constitui um lugar no tempo e que vincula o sujeito-EU e o destinatário. Considero isso um primeiro plano do assentamento de uma força moral que está sendo construída. De outro prisma, a constante menção sobre a convivência pacífica entre os povos e culturas árabes e judaicas no Brasil reforça a construção, do que Abdias Nascimento (2016, p. 105) denomina, de uma “imagem racial internacional do Brasil”. Essa imagem se ancora no mito da democracia racial, uma ideologia que difunde um imaginário social acerca de uma união harmoniosa entre pessoas brancas e negras as quais gozam de iguais oportunidades, resultando em um Brasil – ou melhor, na posição de um país – multirracial e mestiço, mas que oculta opressões e desigualdades nas relações raciais no Brasil (DOMINGUES, 2003/2004; 2005; NASCIMENTO, 2016). Aqui, tal imagem é reformulada mediante a noção de etnia¹⁸, inscrevendo que a fusão de grupos étnico-culturais contribuiu para uma comunidade brasileira exemplar.

Ainda com relação a esse primeiro ponto, os textos constroem cenas específicas localizadas também em termos temporais, porém, através de nomes próprios e relações intertextuais. Isso se dá, majoritariamente, em torno do caso israelo-palestino.

(B1) Também mantemos boas relações com Israel, cujo nascimento, como Estado, ocorreu quando um brasileiro, Oswaldo Aranha, presidia a Assembléia Geral (LULA, 2006 *in* CORRÊA, 2012b, grifo meu).

(B2) Falo na condição de dirigente de um país que acompanhou o nascimento de Israel. Como esquecer que a sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas que aprovou a criação do Estado, em 1948, foi presidida por um brasileiro, Oswaldo Aranha (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2010e, grifo meu).

¹⁸ Segundo Kabengele Munanga (2004), a etnia é entendida como o conjunto de pessoas que, historicamente, possuem ancestral e língua em comum, além de uma mesma cultura, uma mesma religião ou cosmovisão, e permanecem habitando geograficamente em um mesmo território, sendo que algumas etnias constituíram nações.

(B3) Recordo e homenageio a coragem pessoal do embaixador Souza Dantas, em Paris, e de dona Aracy, em Hamburgo, que ajudaram a salvar as vidas de centenas de judeus na Europa, durante a Segunda Guerra Mundial (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2009d, grifo meu).

(B4) Venho de um país que recebeu dezenas de milhares de imigrantes judeus, perseguidos em suas terras de origem pela intolerância étnica, cultural e religiosa. Muitos deles puderam chegar ao Brasil graças a dois funcionários humanistas que honram a diplomacia brasileira: dona Aracy, do Consulado de Hamburgo, e o embaixador Souza Dantas, de nossa legação em Paris (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2010e, grifo meu).

Nos exemplos B1 e B2, a enunciação traz um nome próprio, Oswaldo Aranha, juntamente com uma descrição temporal, o momento da criação do Estado de Israel em 1948. Em B3 e B4, outros nomes próprios são trazidos, como Souza Dantas e dona Aracy, funcionando como referentes na cena específica evocada acerca do nazismo e da perseguição aos judeus durante a 2ª Guerra Mundial. De acordo com Maingueneau (2013), a utilização de nomes próprios envolve seres que, ao serem evocados com frequência, possuem certa inscrição na enunciação relativamente estável no espaço e no tempo. Esses seres evocados precisam apresentar certa relevância social ou afetiva, a fim de que o referente possa ser identificado e compartilhado com o coenunciador. Certamente, os nomes próprios mencionados constituem referentes históricos no campo político e diplomático e mobilizam afetividades para com Israel, como pela criação do Estado e a contribuição da diplomacia brasileira em conceder visto aos judeus perseguidos no passado. A brasileira Aracy Guimarães Rosa é conhecida como “o anjo de Hamburgo”. Sua história ficou famosa com o filme “A Lista de Schindler”, de Steven Spielberg (VEIGA, 2019). Oswaldo Aranha, por sua vez, foi presidente da primeira sessão especial da Assembleia Geral das Nações Unidas, inaugurando uma tradição que se mantém até hoje de o Brasil ser o primeiro a proferir o discurso. Aliás, por meio da Lei nº 13.991/2020, sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro, o diplomata e político brasileiro em questão teve seu nome reconhecido como herói da pátria (BRASIL; SENADO FEDERAL, 2020).

Essa escolha textual adotada para se referir à origem de um Estado decorre do uso da palavra *nascimento* (B1 e B2), o que contribui para mobilizar com mais intensidade a afetividade entre os sujeitos, tendo em vista que nascimento está ligado ao sentido de vida. Além das figuras evocadas, que mobilizam uma afetividade envolvendo o tempo, esses quatro exemplos ainda apresentam outros pontos em comum: a) eles legitimam a posição atual do Brasil diante de ações e posicionamentos a serem adotados com o Outro; b) uma

posição temporal distintamente superior é concebida para o sujeito-EU em relação ao Outro, dado que o primeiro esteve presente em momentos cruciais da existência deste Outro; e c) essas cenas e seres atuantes evocados se dão a partir de relações de intertextualidade interna, pois se encontram no mesmo campo discursivo: político e diplomático. Em B3 e B4, inclusive, são acionados discursos proferidos durante a presidência de Oswaldo Aranha na Assembleia Geral das Nações Unidas.

Outros exemplos de relações intertextuais são os fragmentos abaixo, que tratam de uma intertextualidade externa, já que os nomes próprios evocados e/ou cenas envolvidas não convergem para o mesmo campo discursivo.

(C1) A contribuição que esses imigrantes e seus descendentes deram e continuam dando ao Brasil é extraordinária. Ela está em nossa literatura, com Clarice Lispector e Moacir Scliar; em nossas artes visuais, com Lasar Segall e Carlos Scliar; em nosso cinema, com Leon Hirszman. Ela é ainda mais visível no mundo da ciência e da cultura, na atividade empresarial e na atividade política (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2010e, grifo meu).

(C2) A experiência brasileira de abrigar grandes comunidades árabe e judaica em convivência harmoniosa desmente as teses sobre a inevitabilidade do choque de civilizações. O Oriente Médio não está fadado a ser fonte de conflito e de sofrimento (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2009c, grifo meu).

No exemplo C1, os nomes próprios e suas descrições identificam o Brasil a partir do campo cultural (música, artes visuais, cinema), mantendo uma relação intertextual que atribui uma filiação desses distintos campos com o passado a partir de referentes: combinação de nomes próprios com cenas temporais. Em convergência com as afinidades construídas entre o Brasil e o Oriente Médio por meio das afirmações do enunciador de que árabes, judeus e israelenses contribuíram e compõem a formação social e cultural do país, é possível compreender que essas relações intertextuais e a temporalidade construída pelos referentes temporais legitimam o agora. Ademais, esse trecho possui uma similaridade de ordem intertextual com os fragmentos anteriormente analisados (B1, B2, B3 e B4). Embora C1 envolva uma intertextualidade externa e B1, B2, B3 e B4 tragam relações intertextuais em um plano interno, todos esses enunciados possuem em comum uma atribuição de filiação com discursos de outros tempos, o que não ocorre com a menção da tese do choque de civilizações no exemplo C2.

Também constituindo uma intertextualidade externa, o fragmento C2 evoca um discurso teórico. O cientista político estadunidense Samuel P. Huntington (1997) elaborou

uma teoria denominada de Choque de Civilizações, na qual divide o mundo em nove civilizações e aponta que identidades culturais e religiosas dos povos constituirão as principais razões de conflito no século XXI. Dentre essas civilizações e culturas, Huntington (1997) aponta que a civilização e a cultura islâmica representam uma ameaça à civilização ocidental, sendo inevitável o choque entre elas. Dessa maneira, ao ser evocada a tese do choque de civilizações pelo enunciador, a relação textual define uma recusa e um repúdio a essa filiação discursiva de natureza teórica, de origem estadunidense.

O segundo ponto na construção da força moral consiste na universalização de tema. O substantivo *interesse* mostra-se recorrente para demonstrar a importância e opinião geral do Brasil ao relacionar seu modo de agir e pensar em relação ao Oriente Médio.

- (D1) O interesse do Brasil no Oriente Médio reflete assim uma realidade social objetiva e profunda no nosso País (LULA, 2006 in CORRÊA, 2012b, grifo meu).
- (D2) No Brasil, há um renovado interesse pelo mundo árabe, inspirado por fortes laços históricos e culturais (AMORIM, 2005 in CORRÊA, 2012a, grifo meu).
- (D3) Respaldamos com contribuições concretas nosso interesse em participar mais ativamente das discussões para a estabilidade do Oriente Médio (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2009e, grifo meu).

Considerando as afetividades tecidas pela temporalidade e os nomes próprios apresentados, os discursos colocam o interesse do Brasil como uma ocorrência natural (exemplos D1 e D2). Além disso, considerando que o sujeito desses discursos é um Estado, o interesse do Brasil nos assuntos de outra região equivale um interesse nacional. Todavia, o interesse particular do Brasil é lançado como preocupação da humanidade, signo esse ativado pelo verbo transitivo indireto *interessar*.

- (E1) [...] o que ocorre no Oriente Médio, embora envolva essencialmente árabes, palestinos e israelenses, na realidade, interessa a toda a humanidade, porque ali está em jogo não apenas o destino de dois povos ou dos povos que estão circundando essa região, mas, em grande medida, está também sendo jogada a sorte da paz no mundo. Se há uma região no mundo em que isso ocorre de maneira mais evidente, é, sem dúvida alguma, o Oriente Médio (BRASIL; MRE; AMORIM, 2009, grifo meu).
- (E2) A solução para a crise no Oriente Médio também nos interessa, porque interessa à Humanidade. E nada que interesse à Humanidade pode nos ser alheio (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2009c, grifo meu).
- (E3) Estados convivendo pacificamente e em segurança é o melhor caminho para a paz no Oriente Médio, objetivo que interessa a toda a humanidade. O Brasil estará sempre pronto a ajudar no que for necessário (BRASIL; MRE, 2010c, grifo meu).

(E4) A paz e a estabilidade no Oriente Médio interessam a Humanidade. E tudo que interessa a Humanidade não nos é alheio (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2009e, grifo meu).

A recorrência de “*interessa a toda humanidade*” (exemplos E1, E2, E3 e E4), institui a universalização de um tema e que evidencia uma preocupação e pauta de relevância do sujeito-EU, que não só é imposta e atribuída como necessária, mas justifica e autoriza toda e qualquer ação e posicionamento que o país possa conduzir. Com efeito, o terceiro ponto, a atribuição de responsabilidade conferida ao sujeito-EU para com o Outro, nada mais é do que a confluência dos dois primeiros pontos: os textos constroem uma afinidade do sujeito-EU para com o Outro, razão pela qual motiva seu interesse pela região e lança a preocupação para toda a humanidade. Uma vez imposto um tema no horizonte do Brasil, convergindo com todo o conjunto semântico de signos construídos a partir da sua posição, a responsabilidade para agir é conferida para si mesmo. Afinal, “*o Brasil estará sempre pronto a ajudar no que for necessário*” (E3) e “*tudo que interessa a humanidade não nos é alheio*” (E4). Percebe-se que o sujeito-EU se desloca de sua posição espacial para outra em razão de preocupações morais e do estabelecimento de afetividades construídas discursivamente e que buscam aprovação ética do destinatário.

A última análise que trago nesta seção envolve os estatutos do Brasil enquanto pacífico, solidário, confiável e de caráter forte. Esses estatutos correspondem a posições de poder, uma vez que o sujeito-EU interpela o Outro para que tais posições sejam reconhecidas, ao passo que comportamentos e políticas são justificadas. Os significados e as relações textuais em torno do signo de paz configuram componentes que envolvem o estatuto do Brasil como país pacífico. Quando, por exemplo, os textos conferem enunciados “*a história do meu país é uma história de paz*” (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA; 2010e) e chamam a atenção para o fato de que comunidades de povos e culturas distintas convivem em harmonia no país, a posição do Estado é investida institucionalmente de uma pacificidade que se apresenta como natural. Ademais, ao integrar o destinatário na espacialidade do Brasil através da qualificação de comunidades, imigrantes e descendentes no Brasil, confere-se a esses povos a capacidade de reconhecer e aceitar a pacificidade do Brasil. Intertextualmente, os campos dos saberes jurídicos, como o direito internacional e os direitos humanos, são evocados diversas vezes para legitimar esse estatuto, como nas passagens abaixo:

A ordem mundial que nos cabe construir, deve basear-se no critério de justiça e respeito ao direito internacional. Só assim poderá haver paz... (LULA, 2006 *in* CORRÊA, 2012b, grifo meu).

[...] é preciso banir, de uma vez por todas, o uso da força sem amparo no Direito Internacional. Mais do que isso: é fundamental valorizar o diálogo e as soluções pacíficas para as controvérsias (AMORIM, 2010 *in* CORRÊA, 2012b, grifo meu).

Defendemos os Direitos Humanos. [...] Buscamos incessantemente a paz e, por essa razão, propugnamos a solução negociada dos conflitos (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2010e, grifo meu).

O Brasil [...] não se furtará a dar sua contribuição para a Paz a que todos anseia. Temos um compromisso inabalável com a promoção dos Direitos Humanos (AMORIM, 2010, *in* CORRÊA, 2012b, grifo meu).

Outro exemplo desse estatuto consiste na qualificação do programa nuclear iraniano com destinação para fins pacíficos, atrelando a reivindicação do Irã (destinatário) ao signo de paz da posição do Brasil. Isso confere ao destinatário a necessidade de (re)conhecimento e adesão ao apoio do Brasil a partir do sentido de pacífico, bem como a necessidade de reconhecer e aceitar que o estatuto do Brasil é compatível com o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, posicionamento adotado pela política externa brasileira. A menção da tese do choque de civilizações é outro componente intertextual que sustenta o estatuto do país como pacífico, mas aqui é de natureza teórica, já que o enunciador repudia essa filiação discursiva, cabendo ao destinatário reconhecer que o Brasil não considera a civilização e cultura islâmica como uma ameaça.

O estatuto de país solidário é caracterizado pelo desejo de estar junto e unir-se ao Outro em situações em que esse se encontra ameaçado. Conforme Charaudeau (2018), a solidariedade, no domínio político, advém da construção de uma “relação de reciprocidade entre atos e declarações” (2018, p. 163). Ora, o Brasil adota o posicionamento em prol de um Estado Palestino independente e soberano e do direito do desenvolvimento do programa nuclear para fins pacíficos. Recorrendo às restrições semânticas, o signo de solidariedade é acoplado à posição do Brasil quando os textos trazem que a solidariedade é um dos “valores fundamentais da nação brasileira” e que o “Brasil moveu-se na cena internacional impulsionado pelo sentido de solidariedade” (AMORIM, 2010 *in* CORRÊA, 2012b) e que a “solidariedade inspira a participação do Brasil nos esforços de paz” (AMORIM, 2005 *in* CORRÊA, 2012a). Para além desses componentes textuais de ordem institucional, os enunciadores evocam temporalidades e nomes próprios a partir de relações intertextuais, ativando cenas que envolvem a criação do Estado de Israel e a contribuição

ao conceder visto aos judeus perseguidos durante a 2ª Guerra Mundial. Esses fragmentos constituem o estatuto do Brasil pelo plano intertextual, permitindo ao destinatário que reconheça essas ações no passado para com ele mesmo. A mobilização da afetividade nessas relações intertextuais é de suma importância para legitimar o estatuto do Brasil, haja vista que essas cenas se mostram cruciais para a existência de um povo. Além disso, a menção de que as comunidades de povos e culturas distintas convivem e integram o Brasil costura um quadro comum entre o sujeito-EU e os destinatários, no caso os países do Oriente Médio, mobilizando identificações e afetividades entre si.

A respeito do estatuto confiável, o que mais me chamou a atenção foi a utilização de cenas específicas com referentes de autoridades políticas – “*lideranças israelenses e palestinas*” (F1), “*Presidentes de Israel e da Autoridade Palestina*” (F2) e “*Presidente Bashar Al-Assad*” (F3) –, que agem como fiadoras para atestar que o enunciador é confiável. Esses referentes são mencionados a partir de acontecimentos anteriores, marcados por verbos de ação no passado (“*tive a oportunidade de conversar*”, “*recebi, nos últimos dias*” e “*fui recebido*”) e temporalmente próximos ao ato da enunciação.

- (F1) Durante diversas viagens ao Oriente Médio, tive a oportunidade de conversar com uma variedade de interlocutores, incluindo as lideranças israelenses e palestinas. Essas lideranças estão cientes da disposição brasileira de apoiar o trabalho do Quarteto, como parceiro para a paz (AMORIM, 2005 in CORRÊA, 2012a, grifo meu).
- (F2) Mantemos um diálogo aberto e franco com todos os países da região. Com esse espírito, recebi, nos últimos dias, os Presidentes de Israel e da Autoridade Palestina. A Shimon Peres e a Mahmoud Abbas reiterei a posição brasileira sobre o conflito no Oriente Médio (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2009e, grifo meu).
- (F3) Nessa ocasião fui recebido também, como sempre, por todos os principais interlocutores dos dois lados e me aconteceu até uma coisa curiosa, para demonstrar como um país como o Brasil, que tem a confiança dos dois, pode ajudar. E eu acho que hoje eu posso dizer isso porque, aliás, creio até que já disse isso publicamente - na época não poderia ter dito - mas eu cheguei a ser portador de uma mensagem do Presidente Bashar Al-Assad para o Primeiro-Ministro Olmert (BRASIL; MRE; AMORIM, 2009, grifo meu).

Ao invés de evocar cenas muito distantes, tal como ocorre no estatuto de solidário que recorre a uma temporalidade longínqua (a criação do Estado de Israel e período do nazismo), a proximidade temporal da situação específica possibilita uma maior identificação com os destinatários diante da legitimidade do estatuto do sujeito-EU. Assim, o enunciador “passa” certas instruções necessárias ao destinatário para que esse identifique

e confirme os contextos (MAINGUENEAU, 2013). Além disso, existem alguns elementos textuais que ativam o significado de país confiável à medida que trata a posição do Brasil, nessas situações, como algo consolidado e não questionado, como ao mencionar expressões como “*lideranças estão cientes*” (F1), “*fui recebido*”, “*como sempre*” – destaque para o advérbio *sempre* que consolida o significado de continuidade no tempo – e “*eu cheguei a ser portador de uma mensagem*” (F3). Dessa forma, se o enunciador nos textos é representado como um ator que é chamado por outros e recebido por outros, além de portar a mensagem de outros, essa vinculação com o Outro pressupõe que o país seja confiável.

Nesse sentido, há outras relações textuais que, embora não possuam referentes, nem evocação de situações específicas com temporalidades próximas – como “o Brasil é um interlocutor respeitado e confiado pelos dois lados” e “frequentemente, nós somos chamados a atuar, a opinar e a agir em temas que dizem respeito à paz...” (BRASIL; MRE; AMORIM, 2009) –, também são articuladas textualmente como algo já consolidado e não questionado. Todas essas relações discutidas vieram do nível institucional; porém, intertextualmente, as evocações do direito internacional e dos direitos humanos também podem ser vistas como garantias de confiança, como ocorre quando o Brasil se coloca em posição obediência à Constituição Federal e ao Tratado de Não Proliferação Nuclear no contexto do programa nuclear iraniano (A1, A3 e A4), cabendo ao destinatário reconhecer e depositar a confiança.

Por fim, o estatuto de caráter forte, recorrendo a Charaudeau (2018), envolve demonstração de energia e determinação inabalável ao apresentar uma atitude que reivindica ação efetiva. No caso dos discursos analisados, tal reivindicação se instalou através da articulação de ressentimentos de Outros-do-outro evocados nos textos, identificados sob a forma de polêmica, que consiste “em uma situação conflituosa [de] uns em relação aos outros, cada qual negando os argumentos de seu oponente” (CHARAUDEAU, 2018, p. 142).

(G1) O Brasil é um firme defensor das organizações multilaterais como espaço de cooperação e diálogo. [...] Conflitos como o do Oriente Médio vêm desafiando as autoridades das Nações Unidas [...] A eficácia das Nações Unidas tem sido seriamente questionada. O Conselho de Segurança é acusado de morosidade, incapacitado de agir com a rapidez requerida.

[...]

O interesse do Brasil no Oriente Médio reflete assim uma realidade social objetiva e profunda no nosso País. O tema do Oriente Médio sempre foi tratado com exclusividade, além dos diretamente envolvidos pelas grandes potências.

Até hoje não chegaram a uma solução (LULA, 2006 in CORRÊA, 2012b, grifo meu).

- (G2) Na realidade, se há algo que nós sentimos de limitado no processo de paz, no Mapa do Caminho, no que tem sido discutido até hoje, não são tanto as propostas, mas o fato de que os interlocutores são sempre os mesmos. Falta um arejamento nessas discussões e é isso que nós interpretamos que pode ser um dos papéis que o Brasil.

[...]

O Brasil, como um dos maiores países do mundo, uma das grandes economias, um país que participa ativamente, por exemplo, do Conselho de Segurança, independentemente de o CS ser reformado ou não - esperamos que o seja -, o Brasil, juntamente com o Japão, é o país que mais vezes participou do CS como Membro Não Permanente. Então, frequentemente, nós somos chamados a atuar, a opinar e a agir em temas que dizem respeito à paz e à segurança no mundo e, certamente, a situação do Oriente Médio é uma das mais importantes (BRASIL; MRE; AMORIM, 2009, grifo meu).

- (G3) A única recompensa que esperamos ter aqui é a felicidade de israelenses e de palestinos.

[...]

O impasse que vive o Oriente Médio mostra as enormes dificuldades que enfrenta hoje a governança global, em particular as Nações Unidas. Em 1948, como lembrei, o surgimento do Estado de Israel teve o patrocínio das Nações Unidas. Não será o caso de que as Nações Unidas, renovadas e com maior legitimidade, assumam agora um papel mais ativo na busca da paz? (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, LULA, 2010e, grifo meu).

- (G4) [...] quando se trata de assuntos da guerra e da paz, as potências tradicionais relutam em compartilhar o poder. O Conselho de Segurança deve ser reformado, de modo a incluir maior participação dos países em desenvolvimento, inclusive entre seus membros permanentes.

[...]

O Brasil tem procurado corresponder ao que se espera de um membro do Conselho de Segurança, mesmo não permanente, que é contribuir para a paz (AMORIM, 2010, in CORRÊA, 2012b, grifo meu).

Na primeira parte do exemplo G1, discurso proferido na 61ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, o enunciador confere ao Brasil a posição de defensor das organizações multilaterais e, em seguida, coloca em dúvida a capacidade da organização e seu conselho (“*a eficácia [...] tem sido seriamente questionada e incapacitado de agir com rapidez requerida*”). Na segunda parte, o enunciador exprime seu interesse em se envolver com seu destinatário, questiona a postura das grandes potências (“*sempre foi tratado com exclusividade*”) e encerra colocando em dúvida novamente a capacidade dessas potências (“*não chegaram a uma solução*”).

Na primeira parte do exemplo G2, o Brasil questiona o Mapa do Caminho, processo de paz conduzido por grupo de potências mais as Nações Unidas (“*sentimos de limitado no processo [...] pelo fato de que os interlocutores são sempre os mesmos*”) e conclui conferindo a si um papel de interlocutor. Na segunda parte desse mesmo fragmento,

qualidades de grandeza são atribuídas ao Brasil, sendo uma delas a sua participação no CSNU. Além disso, o enunciador expressa o desejo na reforma do Conselho (“*esperamos que o seja*”).

Esse movimento discursivo que, de um lado, confere credibilidade ao enunciador em sua atuação e, de outro, coloca em questão a moralidade e a capacidade de Outros externos ao Brasil e ao Oriente Médio, persiste nos exemplos G3 e G4: questiona-se o papel das Nações Unidas e de seu Conselho no tema, reivindica-se reforma e destaca-se a posição do Brasil em contribuir. Portanto, o estatuto de caráter forte do país é constituído à medida que aspectos negativos de Outros-do-outro são julgados pela polêmica, articulando ressentimentos e impondo um tema, a debilidade das potências e instituições. Esse tema é integrado ao contexto de processos de paz no Oriente Médio, mas não converge com o estatuto do Brasil, porque o país anseia se tornar interlocutor nesses processos de paz, enquanto as grandes potências, as Nações Unidas e seu Conselho, são representadas através de suas debilidades. O caráter forte consolida-se nesse movimento pela própria demonstração de energia em reivindicar ações efetivas diante de sua determinação inabalável de se tornar parte do CSNU.

3.2 América do Sul: rumo à integração regional

3.2.1 Contextualização: MERCOSUL e UNASUL

No início do governo Lula, em 2003, o corpo diplomático e o presidente enfatizaram que a prioridade da política externa seria a construção e a integração da América do Sul enquanto espaço político, social e economicamente próspero e estável, bem como a necessidade de revitalizar o MERCOSUL (BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, LULA, 2003a; BRASIL, MRE, AMORIM, 2003). No primeiro ano de governo, o presidente Lula se encontrou com o presidente da Argentina, Néstor Kirchner, em Brasília e ambos firmaram uma aliança estratégica para relançar o MERCOSUL e impulsionar o processo de integração. Posteriormente, em junho do mesmo ano, foi realizada uma Cúpula do MERCOSUL na Argentina, na qual o Brasil apresentou o Programa para a Consolidação da União Aduaneira, “que marcou formalmente o começo do processo de aprofundamento” (RUIZ; VAZQUEZ, 2009).

Em 8 de dezembro de 2004, através de um projeto do Brasil para a integração política da América do Sul, durante a III Reunião de Presidentes da América do Sul, no Peru, foi criada a Comunidade Sul-Americana de Nações, conhecida popularmente como CASA, por meio da Declaração de Cuzco (ALMEIDA, 2014; SIERRA, 2012; OLIVEIRA; CADONÁ, 2020). Compreendendo 12 países, a CASA visa fortalecer o diálogo político e a integração econômica e de infraestrutura na região sul-americana (CERVO, 2015; GARCIA, 2017), sem substituir o MERCOSUL (SIERRA, 2012).

Em junho de 2005, foi criado o Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL, durante a Cúpula do MERCOSUL, na Argentina, que visava reduzir as assimetrias entre os países do bloco mediante o desenvolvimento de projetos de integração produtiva (GARCIA, 2017) e o incentivo aos investimentos e políticas de crescimento econômico através da redistribuição das contribuições dos Estados-membros (PECEQUILO; CARMO, 2015). Em setembro do mesmo ano, em Brasília, ocorreu a I Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações, através da qual se estabeleceram a Agenda Prioritária e o Programa de Ação da CASA. Também foi apresentado um conjunto de princípios e condições institucionais que estruturam o bloco (SIERRA, 2012; OLIVEIRA; CADONÁ, 2020), além de estabelecer oito metas: diálogo político, integração física, meio ambiente, integração energética, mecanismos financeiros sul-americanos, assimetrias, promoção da coesão social, da inclusão social e da justiça social, e telecomunicações (BRASIL, MRE, 2005).

Posteriormente, em julho de 2006, em Caracas, foi assinado o Protocolo de Adesão da Venezuela ao MERCOSUL, mas a incorporação do país com membro ocorreu somente em 2012. Em dezembro de 2006, foi criada a Comissão de Altos Funcionários, durante a II Reunião de Chefes de Estado da CASA, na Bolívia, que visava fortalecer institucionalmente esse bloco político (GARCIA, 2017; OLIVEIRA; CADONÁ, 2020). Ainda no mesmo mês, foi realizada uma cerimônia em Brasília para a constituição do Parlamento do MERCOSUL; tendo sua sede definida em Montevidéu, Uruguai. Com função legislativa, o Parlamento é um “órgão unicameral e de representação cidadã que incorpora a perspectiva parlamentar ao processo de integração” (MERCOSUR, [20--]). Sua composição, por outro lado, foi definida em outubro de 2010.

Já em 17 de abril de 2007, ocorreu a primeira Cúpula Energética da Comunidade Sul-Americana de Nações, realizada na Venezuela, onde os presidentes decidiram “renomear a Comunidade, que passou a se chamar a União de Nações Sul-Americanas”

(GARCIA, 2017, p. 375), ou simplesmente UNASUL. Em maio de 2008, em Brasília, foi finalmente apresentado o Tratado Constitutivo da UNASUL, assinado pelos presidentes sul-americanos mediante uma reunião extraordinária. O documento entrou em vigor em 2011. Foi conferida, assim, a personalidade jurídica internacional e instituído o Conselho de Chefes de Estado e de Governo, o Conselho de Ministros de Relações Exteriores, o Conselho de Delegados, uma Secretaria Geral em Quito, na Bolívia (GARCIA, 2017; CERVO, 2015) e um Parlamento Sul-Americano com sede em Cochabamba, também na Bolívia (GARCIA, 2017). Além disso, o Brasil propôs a criação de um Conselho de Defesa Sul-Americano, operando no âmbito da UNASUL, sendo instalado em março de 2009, com o propósito de solucionar conflitos regionais que pudessem surgir ao se estabelecer uma zona de paz e de negociação (CERVO, 2015).

Na esfera da UNASUL, cúpulas e reuniões extraordinárias foram realizadas para discutir certas tensões políticas e questões de paz na região. Dentre elas, cito o encontro realizado em agosto de 2009 para debater a “presença de militares estrangeiros em bases na Colômbia” (GARCIA, 2017, p. 386), devido a um acordo militar firmado entre EUA e Colômbia (SOUZA NETO, 2011; GOMES, 2013); e a reunião realizada em outubro de 2010, que condenou a tentativa de realização de golpe de Estado no Equador (GARCIA, 2017). Igualmente, no âmbito do MERCOSUL, foram estabelecidas iniciativas de cooperação, acordos de comércio preferencial e união aduaneira, cúpulas e reuniões com parceiros extrarregionais – por exemplo, com blocos, como África Austral, União Europeia, Associação de Nações do Sudeste Asiático, e países, como Austrália, Israel, Emirados Árabes Unidos, Palestina, Síria, Turquia, Rússia etc. (GARCIA, 2017).

3.2.2 Analisando discursos

No contexto relacional da América do Sul como contexto relacional, os textos inscrevem a posição do Brasil no interior da espacialidade da América do Sul, o que fica evidente em expressões como “precisamos caminhar rumo a uma cidadania sul-americana” (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2006), “devemos continuar construindo uma identidade sul-americana” (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2007) e “é chegada a hora de aprofundarmos nossa identidade sul-americana” (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2008a). É importante destacar que os verbos no presente, conjugados na primeira pessoa do plural, caracterizam um “eu

expandido para além da pessoa estrita, ao mesmo tempo aumentado e com contornos vagos” (MAINGUENEAU, 2013, p. 152). Ainda que o pronome da primeira pessoa do plural, *nós*, esteja oculto, os textos buscam mobilizar a atenção dos demais países para o ser sul-americano. “*Devemos continuar*” e “*precisamos caminhar*” expressam condições em ações em direção ao ser sul-americano. A expressão “*é chegada a hora*” ativa um sentido de imediatismo, de modo que o enunciador que se coloca na posição de convocar os demais.

A ênfase a partir da qual os textos inscrevem o país na espacialidade dessa região é tão forte, que a expressão *América do Sul*, recorrentemente, vem antes de *América Latina*: “estamos vivendo esta nova fase da América do Sul e da América Latina” (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, LULA, 2003b), “com o espírito de construir uma coisa na América do Sul e na América Latina” (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, LULA, 2005e) e “sonho de integração do Mercosul, da América do Sul e da América Latina” (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, LULA, 2005b). Por mais trivial que isso possa parecer, a recorrência desse estilo textual aponta para uma ordem de preferência, tal como ocorre nos textos analisados acerca do contexto do Oriente Médio em que o vocábulo *paz* é trazido em primeiro para identificar a posição do Brasil.

Outra relação de identificação da posição do Brasil nessa região decorre de ações positivas que expressam modos de agir. Por exemplo: “[...] o Brasil investiu pesadamente numa nova concepção da integração regional.” (BRASIL; MRE, 2010a); “O Brasil está empenhado em aumentar suas importações da América do Sul.” (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2006); “o Brasil já está tomando medidas para estimular parcerias no Mercosul.” (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2003b); “O Brasil está empenhado na construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida.” (LULA, 2006 *in* CORRÊA, 2012b); e “Nos últimos anos, o governo brasileiro investiu muito na integração e na paz da América do Sul.” (AMORIM, 2010 *in* CORRÊA, 2012b).

Esses modos de agir são representados, através de verbos, por ações concluídas, em andamento ou intenções de ações, direcionados positivamente em relação à região e às instituições – MERCOSUL e UNASUL –, destacando-se o tema da integração regional. Considerando que os casos analisados envolvem o tema da integração regional a partir dessas duas instituições, não é de se estranhar que tema imposto fosse compatível com todo o sistema semântico. O que quero destacar, no entanto, é que o tema imposto trazido é

ligado à posição do Brasil de assumir responsabilidade na integração regional. Desse modo, o enunciador se esforça para, não só aproximar as espacialidades, mas integrá-las.

A integração da posição do país à região é justificada pelo enunciador através da invocação de uma força moral particular, representada pelo signo de destino. É o que se observa, por exemplo, em “[...] queremos associar o destino do Brasil ao de nosso Continente.” (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2007), “O Brasil quer associar seu presente e seu futuro ao destino da América do Sul.” (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2008a; 2010d) e “o Brasil decidiu associar o seu destino ao futuro e ao destino da América do Sul.” (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2005e).

Esse componente textual, de ordem moral, age para construir o elo, não só de espacialidades, mas também de preocupações morais particulares em inscrever a posição do Brasil no interior do espaço da América do Sul. Nos trechos citados, as expressões “*queremos associar*”, “*quer associar*” e “*decidiu associar*”, que expressam intenções, não possuem aqui contornos vagos para convocar outros na relação; eles estão ligados unicamente ao enunciador pela demarcação espacial do Brasil nos textos, tendo como fundamento o destino.

A posição do Brasil também é identificada espacialmente por relações textuais que destacam ideias de tamanho e grandeza, como através do uso dos adjetivos *gigante* e *grande*: “grande país produtor” (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2010g), “gigante solitário nas relações internacionais” e “mesmo um país como o Brasil que é grande” (BRASIL; MRE; AMORIM, 2006), e “o Brasil somente não tem fronteira com dois países” (BRASIL; MRE; AMORIM, 2006), expressando a ideia de uma grande dimensão espacial. Ainda, há uma recorrência nos termos de trazer os modos de agir e pensar do país nesse patamar de grandeza, também mobilizados pelos adjetivos *enormes* e *grande*, como por exemplo: “temos [...] enormes responsabilidades” (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2003b); “no Brasil nós aprovamos uma grande política de inovação tecnológica” (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2010c); e “temos o compromisso de realizar uma grande reforma social no país” (LULA, 2003 *in* CORRÊA, 2012a) etc. A mesma relação textual de adjetivos que expressam grandezas é utilizada para qualificar a América do Sul: “a América do Sul junta-se às demais grandes unidades geográficas do mundo” (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2005e); “a América do Sul é hoje uma grande área de livre

comércio” (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2006); e “é um continente que tem a possibilidade de uma enorme projeção no cenário internacional” (BRASIL; MRE; AMORIM, 2006).

A América do Sul, por sua vez, é representada através de um conjunto de signos que a valorizam. Em primeiro lugar, o signo de paz é mobilizado demasiadamente nos textos a partir de palavras que transmitem esse sentido semântico, como por exemplo: “em nossa região [...] predomina uma cultura de paz” (LULA, 2004 *in* CORRÊA, 2012c), “somos e queremos ser uma zona de paz” (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, LULA, 2006b); “a América do Sul e o Mercosul hoje são exemplos de como o mundo poderia viver em paz”; “se alguém quiser saber um lugar tranquilo no Planeta, olhe para a América do Sul” (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2010c); a “América do Sul é hoje uma região de paz” (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2008a); e “vivemos em uma das regiões mais pacíficas e desarmadas do mundo” (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2010d). Assim, a região é valorizada por seus atributos pacíficos, sendo um estado consolidado no agora, pois os verbos utilizados estão conjugados no presente, constituindo marcas indicadoras de tempo que instituem localizações no agora – assim como o uso do advérbio *hoje* (elemento dêitico temporal).

Além disso, os discursos singularizam a região também pela ausência de armas e bombas. Observe os fragmentos textuais abaixo.

- (H1) Acho que a América do Sul e o Mercosul hoje são exemplos de como o mundo poderia viver em paz, de como o mundo poderia viver sem armas nucleares, de como o mundo poderia viver sem guerra, de como o mundo poderia viver de forma muito mais harmônica. Eles poderiam aprender conosco (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2010c, grifo meu)
- (H2) Constituímos um amplo espaço livre de armas de destruição, reconhecemos a urgência de encontrar respostas para as assimetrias que limitam a capacidade de nossos parceiros menores de tirar pleno benefício de nossa integração (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2006b, grifo meu)
- (H3) [...] a paz neste continente não tem preço e que a gente fará qualquer coisa para que a paz permeie a ação de todos nós. Aqui, aqui não falamos em bomba nuclear, aqui não falamos em guerra (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2010g, grifo meu).
- (H4) Vivemos em uma das regiões mais pacíficas e desarmadas do mundo (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2010d, grifo meu)

Os textos diferenciam a região, delimitando o espaço entre um interno pacífico e seguro e um externo não muito bem identificado, mas que não se iguala à região. No exemplo H1, as expressões “*são exemplos de como o mundo poderia viver*” e “*poderiam aprender conosco*” buscam ativar um sentimento de que a região deva ser desejada pelo mundo diante da sua qualidade. Além disso, a região é um exemplo a ser seguido, pressupõe-se que o mundo ou certas partes do mundo ainda não atingiram esse estado, haja vista que o verbo *poderia* marca uma condição a ser realizada. Em H3, a expressão “*a paz neste continente não tem preço*” traz uma espacialidade bem marcada por “*neste continente*” e sugere o pressuposto¹⁹ de que essa qualidade valorativa do continente não pode nem sequer ser objeto de negociação com outros externos. No exemplo H4, em “*vivemos em uma das regiões mais pacífica*”, a junção de *das* e *mais* mobiliza uma comparação da região e de seu espaço com outras regiões. Essa espacialidade da América do Sul como livre de armas se deu principalmente em discursos pronunciados no âmbito do MERCOSUL.

Outro valor atribuído à região envolve o signo de união, como nas passagens “queremos uma América do Sul mais unida politicamente...” (BRASIL; MRE; AMORIM, 2006); “estamos decididos a concretizar um sonho de integração e unidade...” (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2005e); e “uma América do Sul unida mexerá com o tabuleiro do poder no mundo” (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2008a). Diferentemente do signo de paz, o de união não se refere a um estado totalmente consolidado no presente. “*Queremos e estamos decididos a concretizar um sonho*” expressa intenções e desejos; “*está empenhado na construção*” sinaliza que o projeto de uma América do Sul unida ainda está em construção; e o verbo *mexer*, conjugado no futuro (*mexerá*), sinaliza uma condição projetada no futuro.

Desse modo, as encenações tecidas pelo enunciador diante da representação de um movimento progressivo da integração regional envolvem e atribuem conteúdo semântico ao contexto da expansão do MERCOSUL e o surgimento de um novo bloco regional, a UNASUL, durante os governos Lula. Esse movimento progressivo que advém das relações textuais decorre de uma temporalidade que institui diferentes concepções de tempo associadas à espacialidade da região.

¹⁹ Estou entendendo por pressuposto em sentido amplo como elemento implícito no discurso.

- (11) Agora, se nós olharmos no tempo em que começamos a trabalhar, efetivamente, com o espírito de construir uma coisa na América do Sul e na América Latina, nós vamos perceber, e eu concordo contigo, Duhalde, nós avançamos de forma extraordinária (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2005e, grifo meu)
- (12) Às vezes me pergunto porque (sic) demoramos tanto para transformar a integração em realidade. Por que, em dois séculos de vida independente, somente nos últimos anos os chefes de Estado sul-americanos começaram a se reunir, tendo a integração como preocupação central (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2006, grifo meu)
- (13) Quando lançamos em Cuzco, em dezembro de 2004, os fundamentos deste empreendimento, poucos imaginavam que quatro anos mais tarde teríamos constituído uma verdadeira união sul-americana. A América do Sul renova a confiança na capacidade de seus povos de construir um destino comum de desenvolvimento, justiça social, democracia e paz (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2008a, grifo meu)
- (14) [...] se a gente pegasse uma fotografia do que era a América do Sul nos anos 2000, tirasse uma fotografia e comparasse com a fotografia que nós temos hoje, nós iríamos perceber o avanço que aconteceu, de pessoas eleitas com o compromisso de fazer política social (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2010d, grifo meu)

No exemplo I1, a expressão “*se nós olharmos no tempo*” liga os destinatários, por meio do pronome pessoal *nós*, a uma inscrição temporal; o advérbio *efetivamente* atribui uma força semântica na cena temporal, constituindo um marco de ruptura, já que pressupõe que anteriormente não ocorria algo; e a expressão “*nós avançamos de forma extraordinária*” confere uma progressão temporal, de modo que o momento atual é temporalmente superior ao passado.

Em I2, há uma inscrição temporal mais específica com relação ao primeiro exemplo (“*nos últimos anos*”), sendo que o sentido de integração é marcado nessa cronologia a partir desse elemento dêitico temporal. O advérbio *somente*, assim como no exemplo anterior, também traz uma força semântica e constitui um marco de ruptura, pressupondo que no passado também não se dava a integração sul-americana.

O exemplo I3, por sua vez, traz referentes bem mais delimitados, como “*Cuzco*” e “*dezembro de 2004*”, elementos dêiticos espacial e temporal, respectivamente. Tais referentes agem como marcos na cronologia para contrapor que “*uma verdadeira união sul-americana*” ocorreu “*quatro anos mais tarde*” (esse discurso foi pronunciado em 2008).

No exemplo I4, o elemento dêitico temporal “*nos anos 2000*” consiste em um divisor cronológico e comparativo entre uma situação passada e o avanço que ocorreu na região. Todos esses elementos textuais constroem uma cena em que a temporalidade

atravessa a espacialidade da América do Sul, diferenciando-a. A partir de um momento de ruptura, ora delimitado ora não, a integração sul-americana é estabelecida como um tema temporal, um movimento de desenvolvimento, que ocorreu em um contexto próximo aos atos de enunciação do enunciador.

Ainda a respeito da dimensão temporal, o enunciador evoca um Outro externo à região.

- (J1) [...] eu quero terminar dizendo a todos vocês, do fundo do meu coração: obrigado por acreditarem, como eu acredito, querendo mais ou querendo menos, mas obrigado por acreditarem, como eu acredito, que não haverá outro caminho para nós fora da nossa integração. Individualmente, cada um de nós pode pensar que tem solução. Aliás, no século XX inteiro, cada país tentou encontrar a solução sozinho. Cada um achava que poderia ser mais amigo de uma grande potência. Cada um achava que tinha que ser mais amigo ou da União Européia, ou do Japão, ou dos Estados Unidos, porque a partir dessa amizade teria solucionado os seus problemas.
Os indicadores mostram que não houve evolução. E como já foi dito aqui, quem era rico ficou mais rico e quem era pobre ficou mais pobre. Se essa lição valer para o nosso comportamento daqui para a frente, que quero terminar dizendo aos companheiros presidentes, chanceleres, embaixadores, altos funcionários dos países da América do Sul: não haverá saída individual para nenhum país (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2005e, grifo meu).
- (J2) Muita gente entendia, nos nossos países, que era mais fácil voltar à velha tradição de privilegiar a relação com os Estados Unidos e com a União Européia e virar as costas a nós mesmos (BRASIL; MRE, 2006b, grifo meu).
- (J3) A lógica que predominava aqui na América do Sul era a lógica de quem era mais amigo da Europa ou de quem era mais amigos dos Estados Unidos. Eu me lembro que a Argentina tinha um presidente, e o Brasil tinha outro, que ficavam disputando quem conversava mais com os governantes da Europa e dos Estados Unidos. Nós não precisamos disso (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2008b, grifo meu).
- (J4) A gente precisa ter compreensão do que era a nossa América do Sul há dez anos. Há dez anos, os presidentes dos nossos países disputavam apenas o direito de ver quem era mais amigo dos presidentes dos Estados Unidos. E que o Mercosul tinha sido jogado na lata do lixo e que a proposta da Alca se apresentava como a salvação da América do Sul, porque iríamos ter por detrás uma potência como os Estados Unidos para comprar os produtos produzidos aqui na nossa querida América do Sul. O acordo era com o Brasil, que era um grande país produtor, o que tinha a maior tecnologia. E quando a gente perguntava: os Estados Unidos vão fazer com a América do Sul o que a União Europeia fez com os países pobres como Grécia, Espanha e Portugal? Eles vão conseguir dinheiro para alavancar o desenvolvimento de infraestrutura? Ele vai ajudar no desenvolvimento tecnológico? Ele vai colocar dinheiro para tornar os países mais iguais? Não (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2010g, grifo meu).

A partir do elemento dêitico temporal “há dez anos” (J4) e de outras marcas ou expressões indicadoras de tempo, como “no século XX inteiro” (J1), “velha tradição” (J2),

“a lógica que predominava” e “era” (J3), uma cronologia é delimitada e, no conjunto de localizações no tempo, o passado é visto como incompatível com a integração, ao passo que o presente é definido como compatível. Segundo os textos, os países da região agiam sozinhos no passado, o que colocado em igualdade com o comportamento de disputar a amizade com sujeitos externos à região – *grande potência, União Europeia, Estados Unidos*, entre outros. Por outro lado, tais comportamentos são inscritos como contrários à região, diante de uma diferenciação negativa. Expressões como “*não haverá saída individual para nenhum país*” (J1), “*os indicadores mostram que houve evolução*” (J1), “*virar as costas a nós mesmos*” (J2), “*nós não precisamos disso*” (J3) e a série de perguntas que apontam limites e negações dos EUA para com as necessidades da região (K4) reforçam e legitimam a construção de uma temporalidade que diferencia o passado e o presente, uma temporalidade atravessada pela evocação destes Outros externos. Os EUA ocupam uma posição recorrente nesse espaço discursivo na forma de polêmica, tendo em vista a repetição do posicionamento discursivo em traduzi-lo como corpo negativo.

Por efeito, toda a mobilização dos elementos dêiticos temporais e das outras marcas ou expressões indicadoras de tempo contribui para ativar a memória de um tempo associado em torno de Outros externos à região para que sejam rejeitados pelos destinatários através da articulação de ressentimentos. Mais adiante, utilizarei mais elementos para discutir a evocação desse Outro externo à América do Sul. Por enquanto, destaco que essa relação, pautada na polêmica, é colocada inversamente à integração, sendo esta última desejada. Ainda, a instauração da polêmica, juntamente à temporalidade, institui a verificação do que é moralmente necessário e politicamente viável: agir sozinho e buscar manter relações com Outros externos não atendem a esses dois pontos. Por outro lado, seguir com a integração sul-americana e a união entre os países-sul-americanos parece viável e necessário do ponto de vista moral e político.

Uma vez que a temporalidade pressupõe uma mudança no tema da integração e uma mudança no comportamento dos sujeitos, as relações textuais agem para cristalizar o sentido de união e a posição do Brasil enquanto país fraterno. Por exemplo, o vocabulário mobilizado pelo enunciador apresenta palavras específicas que, junto do sistema de restrições semânticas, busca estabelecer vínculos e afetividades para com os destinatários. Um desses vínculos consiste na escolha textual de se referir ao coenunciador por meio do vocábulo *irmãos*, como em “quero, inicialmente, felicitar nossos irmãos paraguaios pela condução da presidência Pró-Tempore do Mercosul” (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA

REPÚBLICA; LULA, 2005c), “nós, antes de tudo, descobrimos que somos mais irmãos” (BRASIL; MRE; 2006b), “prova condicional dos laços de fraternidade com os nossos vizinhos e irmãos” e “que sejam bem-vindos os irmãos bolivianos” (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2007).

A respeito do sentido de união que as relações textuais se esforçam para cristalizar, identifiquei um movimento textual direcionado à atribuição de sociabilidade ao tema. Nos discursos proferidos no âmbito do MERCOSUL, por exemplo, há um conjunto de palavras com conotação figurativa que atribuem as propriedades anatômicas do corpo humano à região e às instituições.

(K1) A expansão de nosso bloco até o Caribe reforçará a percepção de que o Mercosul é uma realidade continental, ajudará a visualizar o Mercosul como a espinha dorsal da integração da América do Sul ((BRASIL; MRE, 2006b, grifo meu)

(K2) Estamos empenhados, de forma crescente e decidida, no esforço imprescindível de construir, em toda a América do Sul, uma infra-estrutura física capaz de dar carne e osso à nossa Integração (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2003b, grifo meu)

(K3) Como Estado Parte, a Venezuela dará uma vértebra à integração sul-americana... (BRASIL; MRE, 2010a, grifo meu)

No exemplo K1, o MERCOSUL é figurativamente representado como a “*espinha dorsal*”, aquilo que sustenta o corpo, aqui figurado como a integração da América do Sul. Em K2, o enunciador inscreve sua posição em forma de ação (“*estamos empenhados*”) direcionada para fornecer uma infraestrutura ao projeto de integração da região, sendo essa novamente representada pelo corpo, já que a infraestrutura é associada à “*carne e osso*”. Em K3, o enunciador faz menção à Venezuela, país que na época estava em processo de adesão como membro-parte do MERCOSUL, designando-a como uma “*vértebra*”, ou seja, um osso que compõe a coluna vertebral de um corpo, aqui entendido como a integração sul-americana. Esse vocabulário mobilizado específico, com menções figurativas de partes do corpo humano, se mostra compatível e convergente com o tema imposto pelos discursos. Ao ser representado como um corpo humano, o tema da integração regional da América do Sul é socializado, tendo em vista que os componentes que integram esse corpo, instituições e países, precisam estar unidos para dar a sustentação ao projeto. Igualmente, tal representação possui uma força moral embutida, haja vista que essas encenações instituídas pelo enunciador produzem vínculos e mobilizam sentidos de união para com o coenunciador/destinatário, os países integrantes do MERCOSUL e/ou UNASUL. Se a

região é um corpo e os países são membros, é necessária a devida preocupação em construí-la e sustentá-la.

Outra forma de identificação da região é a sua representação enquanto ator global. Essa construção discursiva se deu principalmente em discursos pronunciados no âmbito da UNASUL, envolvendo a menção específica da expressão *ator global*, assim como outras que marcam o significado de uma atuação internacional da região, por exemplo: “a América do Sul pode – e deve – afirmar sua presença no plano internacional...” (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2010d); “devemos, também, consolidar a atuação internacional da América do Sul” (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2006); “Com este Tratado Constitutivo [da UNASUL], a América do Sul ganha estatuto de ator global” (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2008a); e “Com a Unasul, a América do Sul deixa de ser apenas um conceito geográfico. Passa a ser ator global” (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2010d). A imagem de ator global da região também é manifestada pelo papel de interlocutora entre regiões e povos, pois, em diversos discursos, o enunciador menciona e valoriza encontros, reuniões e outros eventos realizados com atores externos, como com os países árabes e africanos.

Outro aspecto importante acerca da temporalidade que os textos produzem consiste na atualização do tema específico da independência. Esse tema específico aparece com mais predominância nos discursos pronunciados no âmbito da UNASUL – e, antes da CASA –, mas não deixam de aparecer também no MERCOSUL, embora não sejam tão recorrentes.

- (L1) Estamos decididos a concretizar um sonho de integração e unidade que animou os próceres de nossa independência (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2005d, grifo meu).
- (L2) Por que, em dois séculos de vida independente, somente nos últimos anos os chefes de Estado sul-americanos começaram a se reunir, tendo a integração como preocupação central (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2006, grifo meu).
- (L3) Estamos superando a inércia e as resistências que, ao longo de 200 anos de vida política independente, impediram que trilhássemos juntos o caminho da unidade. Ao darmos institucionalidade à nossa União, estamos transformando em realidade o sonho integrador de nossos próceres e libertadores (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2008a, grifo meu).
- (L4) Estamos materializando o sonho de nossos próceres e libertadores. Estamos superando a inércia e as resistências que, ao longo de duzentos anos de vida política independente, impediram que trilhássemos juntos os caminhos da unidade (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2010d, grifo meu).

Através de certas relações textuais e intertextuais, uma encenação singular foi construída. Em primeiro lugar, as expressões temporais constituem referentes, delimitando uma cronologia, como “*em dois séculos*” (L2) e “*ao longo de 200 anos*” (L3), que operam como localizações no tempo para a evocação da cena da independência desses países, que antes eram colônias das potências europeias. Em segundo, os textos trazem referentes históricos evocados por meio de figuras heroínas, como “*próceres de nossa independência*” (L1) e “*nossos próceres e libertadores*” (L3 e L4). Mas quem seriam elas?

Nesse caso, o apagamento das pessoas contribui para transmitir o sentido de que essas figuras ocupam um lugar no espaço discursivo que independe do processo de enunciação (MAINGUENEAU, 2013). É como se existissem em algum lugar no tempo, desde o momento da independência dos países, até o presente – o ato da enunciação – e continuarão existindo no futuro –, pois a concretização do *sonho* das figuras heroínas está em andamento. Caso houvesse uma identificação específica dessas figuras, mediante a citação de nomes próprios, poderíamos localizar um momento específico no tempo a partir da nossa memória. Mas, como há esse apagamento das pessoas, a enunciação as situa como um ponto absoluto no tempo. Além disso, o apagamento implica adotar uma maior vinculação com os coenunciadores, mobilizando afetividades, à medida que essas figuras heroínas não identificadas podem ser relacionadas a todos os países da região. Considerando o tema da integração, a afetividade mobilizada apela para a unidade diante do processo em comum que todos os demais países passaram: a independência. Em terceiro lugar, a relação intertextual externa do campo histórico contribui para legitimar a enunciação. Enfim, a cena final é a atualização do tema específico da independência, de modo que promover a integração é uma continuidade do processo da independência.

Essa relação entre independência e integração também envolve a mobilização de ressentimentos através da evocação de um Outro da América do Sul.

(M1) O Mercosul é o projeto político de maior envergadura da história da nossa região. Os desafios que temos diante de nós são proporcionais às nossas ambições. Temos um forte compromisso com a democracia e com os preceitos de pluralismo político, respeitamos os processos de cada país. É por isso que também temos o direito de exigir que não haja ingerência de nenhum tipo em nossa região (BRASIL; MRE, 2006b, grifo meu).

(M2) A UNASUL já demonstrou seu valor na promoção do entendimento e da solução pacífica de conflitos entre países sul-americanos e no interior desses países. A UNASUL tornou ainda menos justificável qualquer tipo de ingerência externa (AMORIM, 2010 in CORRÊA, 2012b, grifo meu).

No exemplo M1, a expressão “*maior envergadura da história da nossa região*” enaltece o MERCOSUL dentro da cronologia e da espacialidade. E, em razão dos valores abraçados pelos países que compõem essa instituição, como o “*compromisso com democracia*”, é declarado o direito de não haver ingerência externa à região. A palavra *ingerência* aparece novamente no fragmento M2 – discurso pronunciado no âmbito da 65ª Assembleia Geral das Nações Unidas –, logo após a UNASUL ser enaltificada por um valor comum à instituição e aos países membros. Esses dois exemplos instituem uma preocupação moral sobre a espacialidade da região, que pressupõe que atores externos à região são vistos como moralmente necessários e politicamente viáveis. Embora não haja identificação desse Outro externo, a preocupação ética conferida pelo enunciador liga-se à espacialidade da região, construindo limites entre o interno e o externo.

(N1) Os países ricos fazem discursos de bonzinhos, mas querem que nós submetamos o nosso desenvolvimento para cuidar de coisas que eles não cuidaram.

[...] Nós nunca fizemos nenhuma crítica a quem quisesse fazer acordo, com quem quisesse. Era um direito soberano de cada país fazer acordo com os Estados Unidos, fazer acordo com a Europa, fazer acordo com o Japão. Mas o que nós queríamos era fortalecer o potencial de similaridade que nós tínhamos e que não era explorado (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2010c, grifo meu).

(N2) Nós precisamos analisar as nossas conquistas no tempo da história. E oito ou dez anos do que aconteceu na América do Sul é quase nada, se nós imaginarmos que há 200 anos quase todos os países da América do Sul conquistaram a sua independência, uma parte da Espanha e nós, brasileiros, de Portugal, e que mesmo conquistando a independência nós não éramos independentes, hora ficamos subordinados aos Estados Unidos, hora ficamos subordinados aos interesses ingleses, hora ficamos subordinados a interesses comerciais com os países ricos (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2010g, grifo meu).

Por outro lado, nos fragmentos acima, há menções a certos sujeitos: países ricos, Estados Unidos, Europa, Japão, entre outros. No exemplo N1, na primeira parte, a conjunção *mas* traz uma oposição em relação à informação anterior e indica uma imposição que dos países ricos aos países sul-americanos, pressuposto²⁰ esse derivado do verbo *submetamos*. Na segunda parte, o fortalecimento da integração é colocado em relação de igualdade com a condição de não ser explorado. O motivo de a intenção constar no passado, (“*nós queríamos*” e “*nós tínhamos*”) decorre do contexto enunciativo. Pouco

²⁰ Estou entendendo por pressuposto em sentido amplo como elemento implícito no discurso.

antes desse trecho, o enunciador traz o debate da proposta dos EUA acerca Área de Livre-Comércio das Américas (ALCA).

Em N2, na primeira parte, após mobilizar a cena que remete ao processo de independência dos países, é posto que os países sul-americanos continuaram dependentes e subordinados aos EUA, aos ingleses, aos países ricos. Na segunda parte, a posição dos EUA é inscrita em um polo de negação para com as demandas da região, embora o enunciador institua que o acordo ocorreria com o Brasil. Aqui, o contexto do ato de enunciação é novamente o debate da ALCA. Na sequência, há uma série de perguntas já discutidas. O que quero destacar, no momento, é que existem outros discursos similares a esses em que o enunciador se esforça para convencer os interlocutores de que os EUA e outros países ricos não teriam interesse na integração da região.

Finalmente, o último aspecto que apresento são os estatutos conferidos ao Brasil como solidário, líder e competente. Tais estatutos podem ser considerados posições de poder, pois o sujeito-EU busca não só ser reconhecido, como também justificar comportamentos e políticas a partir dessas posições. No tocante ao estatuto de país solidário, Charaudeau (2018, p. 164) aponta que “todo movimento de solidariedade passa por um processo de identificação de um grupo por meio de uma ideia, um valor”. Há diversas articulações textuais que conferem à posição do Brasil identificações quanto a ideias e valores comuns compartilhados entre aqueles que se encontram na região. Por exemplo, a defesa da América do Sul enquanto zona de paz; a vinculação das intenções e desejos com todos os países sul-americanos em direção à união e integração; a escolha textual de se referir aos coenunciadores por meio do vocábulo *irmãos*; a construção de uma temporalidade em torno do tema específico da independência que constitui um passado comum (dimensão intertextual externa); a evocação de figuras heroínas, *próceres* e *libertadores*, situadas como ponto absoluto no campo discurso, mobilizando afetividades (dimensão intertextual externa); e a construção de uma preocupação ética e política quanto a Outros externos à região que inviabilizam a união e integração. Tais elementos investem de poder a política externa brasileira e buscam cristalizar a unidade do grupo de países pertencentes à América do Sul, como se todos fossem Estados irmãos, cuja união é fortemente declarada e almejada nos discursos de política externa brasileira.

O sentido de liderança vai sendo costurado nos textos por meio de um conjunto de “ingredientes” que, por diversas relações textuais, dão forma ao estatuto. Em primeiro lugar, um líder precisa abraçar um projeto político que integra seu grupo, conduzindo todos

os membros na mesma direção. Ora, a posição do país é inscrita pelo fato de o Brasil estar realizando ou ao já ter realizado ações positivas para com a região, bem como pelas intenções a ela direcionadas, como em “está empenhado em aumentar suas importações da América do Sul” (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2006); “está tomando medidas para estimular parcerias no Mercosul” (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA 2003b); “investiu pesadamente numa nova concepção da integração regional” (BRASIL; MRE, 2010a); e “investiu muito na integração e na paz da América do Sul” (AMORIM, 2010 *in* CORRÊA, 2012b) etc. Essa demonstração discursiva pelo enunciador institui que o país abraça um projeto político que envolve diversos países da região. Não se trata de assegurar benefícios para o Brasil, mas de um esforço político em prol da integração, da paz e de parcerias. Além disso, o enunciador convoca os demais países em direção à integração e ao ser sul-americano, o que pode ser evidenciado pelo uso do pronome “nós”, ainda que oculto na flexão verbal, expressando uma condição de ações direcionadas à integração.

Em segundo lugar, um líder deve encarnar valores comuns ao seu grupo. Nos textos, o Brasil assume uma posição de fiador dos valores da região, o que pode ser observado em “o Brasil decidiu associar o seu destino ao futuro e ao destino da América do Sul” (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2005e). Como já mencionado, o signo de destino está atrelado às intenções do país (“*queremos associar*”, “*quer associar*” e “*decidiu associar*”), de modo que não se trata de algo natural, mas de uma preocupação ética elaborada, estabelecida e relacionada especificamente à posição do Brasil. O falar para/pelo grupo para expressar desejo e intenção do Brasil em construir uma América do Sul unida é outro exemplo do estabelecimento de um valor comum ao grupo, como em “queremos uma América do Sul mais unida politicamente...” (BRASIL; MRE; AMORIM, 2006) e “estamos decididos a concretizar um sonho de integração e unidade...” (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2005e). Outro exemplo é a mobilização de símbolos comuns, como no caso da evocação das figuras heroínas que legitimam o projeto político da integração.

Em terceiro lugar, o líder deve buscar valorizar e elevar o grupo, demonstrando os avanços que estão sendo conquistados, além de prestar contas sobre as estratégias adotadas. Nesse âmbito, com a atualização do tema específico da independência, a integração é valorizada, uma vez que é encenada como uma continuidade do processo de independência. Esse movimento de desenvolvimento do projeto pela progressão no tempo

também é percebido quando o enunciador institui contraposições entre um passado incompatível e um presente compatível com a promoção da integração e união dos países. O reforço da região enquanto zona de paz também é uma forma de valorizar a região. A confluência dessas relações textuais embasa e justifica, como uma prestação de contas, os motivos pelos quais a união e a integração são mais importantes do que conduzir relações preferenciais com as potências externas: no passado não havia união; os países disputavam amizade com potências externas e essas não contribuíram para a América do Sul.

Desse modo, a posição do Brasil é investida de atividade e poder para compor o estatuto de líder. Para assegurar esse estatuto, um conjunto de características que demonstram competência precisam ser adquiridas, de modo a assegurar a legitimidade e a autoridade do Brasil diante dos demais integrantes da região.

- (O1) A verdadeira integração se faz por meio das pessoas, e vai além dos esforços de abertura de nossos mercados. Implica na criação de uma identidade cultural e a valorização de nossa herança comum. O Brasil tomou uma medida pioneira nessa direção, ao aprovar a lei que torna obrigatório o ensino do espanhol em nossas escolas. As gerações futuras de brasileiros terão o espanhol como segunda língua, assim como terão a América do Sul como nossa segunda pátria. Esperamos que, crescentemente, o português também venha a ser lecionado nos outros países sul-americanos. Estamos prontos a contribuir para que isso ocorra (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, LULA, 2005e, grifo meu).
- (O2) O principal déficit de integração em nossa região ainda é na área de infraestrutura de transportes e comunicações. A América do Sul é um continente que ainda não se comunica de forma satisfatória. O Brasil tem procurado dar a sua contribuição. Com recursos do Banco do Brasil e do BNDES, financiamos dezenas de projetos de infra-estrutura nos países vizinhos nos últimos anos, totalizando mais de 4,2 bilhões de dólares (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2006, grifo meu).
- (O3) [...] estamos desenvolvendo mecanismos que facilitem o acesso das exportações, das economias menores aos mercados dos demais sócios. No caso do Brasil, desenvolvemos um programa de substituição competitiva de importações. Contemplamos flexibilidades nas regras comerciais, de modo a incentivar novos investimentos produtivos. Assim, asseguraremos que os benefícios de nossa união sejam distribuídos de forma equilibrada (BRASIL; MRE, 2006b, grifo meu).
- (O4) É com grande prazer que participo da Cúpula Social do Mercosul, em sua décima edição. Coube ao Brasil a honra de lançar esta iniciativa, em 2006. [...] Eu tenho certeza que nós não sentimos saudades do comércio de trás, porque um país como o Brasil tem que assumir a responsabilidade, como economia maior deste continente, de criar as condições de os países menores economicamente se sentirem confortáveis na relação com o Brasil (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, LULA, 2010g, grifo meu).

Nos fragmentos acima, o enunciador confere, institucionalmente, um conjunto de políticas e medidas adotadas em direção à integração sul-americana, como a questão da

inclusão da língua espanhola nas escolas brasileiras (O1), o financiamento de projetos de infraestrutura (O2), as políticas econômicas (O3) e o lançamento da Cúpula Social no MERCOSUL (O4). No exemplo O1, a medida adotada é atrelada como “*verdadeira integração*”, o que a torna legítima diante dos destinatários. Além disso, o país se coloca à disposição para que o mesmo possa ocorrer com os demais, buscando construir uma relação de reciprocidade. Em O2, o país identifica na integração uma insuficiência que impacta a região e realiza medidas para saná-la. Através da dimensão intertextual, a mobilização de dados (“*totalizando mais de 4,2 bilhões de dólares*”), que constitui discurso de outro campo de saber, investe de poder a capacidade do Brasil. O mesmo ocorre no exemplo anterior, que incorpora o campo discursivo jurídico, quando é dito sobre a “*lei que torna obrigatório o ensino do espanhol*” (O1).

Já nos exemplos O1 e O4, a inclusão da língua espanhola e a Cúpula Social do MERCOSUL são mencionadas como *pioneira* e *iniciativa*, respectivamente, o que inscreve a posição do Brasil em um marco inicial na cronologia da cena, sendo o primeiro a realizar tais ações. Em O4, o enunciador atribui à posição do Brasil um parâmetro de grandeza (“*maior economia deste continente*”), que expressa capacidade e relaciona-se à responsabilidade do país. Tais elementos textuais conferem ao Brasil um estatuto de país competente, que funciona para garantir o estatuto de país líder. Em contrapartida, confere aos destinatários a necessidade de reconhecimento e adesão das características, atividades e poder desempenhados pelo Brasil.

Outra competência do país construída nos discursos apoia-se em um papel discursivo: o interlocutor. Ao conferir uma atividade de palavra a si, o enunciador menciona encontros, reuniões e viagens no âmbito da integração regional, como busca de apoio e parcerias.

- (P1) Antes do fim de agosto, terei tido o privilégio de haver realizado proveitosas reuniões de trabalho com todos os Presidentes da América do Sul. Todos esses encontros permitiram conversas fraternas sobre os problemas comuns que afetam nossas respectivas economias e sociedades (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2003b, grifo meu).
- (P2) Com sua experiência e sabedoria política, o presidente Duhalde trará novas ideias para este Foro. Encaminhará, com equilíbrio e visão, as grandes questões que estaremos tratando nos próximos dois anos. Por isso, convidei-o a participar da visita que fiz a cinco países árabes (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2003d, grifo meu).
- (P3) Às vezes fico pensando se não seria melhor eu ficar no Brasil resolvendo os meus problemas do que fazer uma viagem. Entretanto, como eu acredito que a arte da

política é a arte do diálogo, é a arte da conversa, é a arte da convivência, é o olhar, é o pegar na mão, é a divergência, é a convergência, eu, mesmo contrariado, tenho feito muitas viagens. E podem ficar certos que, até o final do meu mandato, vou fazer tantas quantas viagens eu entender que podem ajudar na construção da unidade Sul-Sul, da unidade da América do Sul, da unidade da América do Sul a América Latina, da unidade da América do Sul e África, porque eu acho que nós já fizemos coisas que muitos estudiosos não acreditavam que pudessem ser feitas, muitos ((BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2005e, grifo meu).

No exemplo P1, “*reuniões de trabalho*” e “*encontros*” pressupõem interlocução e conversas – destaque aos adjetivos qualificadores “*proveitosas*” e “*fraternas*” –, no caso, com todos os presidentes da região. Em P2, “*convite*” e “*visita*” também pressupõem diálogo, no caso, entre MERCOSUL e países árabes. No exemplo P3, “*diálogo*” e “*conversa*” são iguados à política no sentido de governança e “*viagens*” – destaque para o advérbio “*muitas*” – pressupõe novamente interlocução e conversa, pois sugere-se que as viagens são uma forma de contribuir para a integração da América do Sul. Todos esses exemplos envolvem interlocução inter/intrarregional, de forma que o Brasil exerce esse papel valorizado. Essa capacidade é um elemento que se liga aos estatutos de competente e de líder, uma vez que constitui tanto uma capacidade do Brasil em exercer o papel de interlocutor, quanto um aspecto de liderança em assumir o papel de representante da América do Sul. A intertextualidade contribui para consolidar tais estatutos, haja vista que recorrentemente são evocadas conversas, ações e contextos de outros eventos discursivos.

3.3 Relações econômicas: similaridades e diferenças entre os contextos relacionais da América do Sul e do Oriente Médio

Dentro do escopo da política externa brasileira adotada nos governos Lula está a seara econômica. Nesse período, o Brasil intensificou os intercâmbios e parcerias comerciais na região sul-americana e para além do Atlântico. Em dezembro de 2003 e em março de 2010, o presidente Lula realizou giros comerciais no Oriente Médio, acompanhado de comitivas de empresários. Além disso, diversos seminários empresariais foram realizados pelo Brasil com países da América do Sul e do Oriente Médio, a fim de estreitar relações econômicas bilaterais e acordos de cooperação econômica, visando impactar distintos segmentos da sociedade (financeiro, tecnológico, ambiental etc.). Por iniciativa brasileira, também foram realizadas coalizões interregionais, como as Cúpulas

América do Sul-Países Árabes (ASPA), em 2006 e 2009 (AMORIM, 2015; CERVO, 2015).

Diante disso, nesta seção, atendo-me exclusivamente à apresentação das similaridades e diferenças nas representações e seus sentidos construídos nos discursos de política externa entre os dois contextos relacionais, tendo como recorte temático os discursos proferidos nesses encontros bilaterais e seminários empresariais, além das Cúpulas ASPA. Embora tais Cúpulas tratem da cooperação econômica com países árabes, ainda que nem todos os países árabes pertençam ao Oriente Médio, nesses discursos há explícitas menções ao Oriente Médio.

Uma importante similaridade envolve a articulação do tema *desenvolvimento* que congrega significados específicos, os quais motivam os contatos inter/intrarregionais e fundamentam os intercâmbios econômicos por meio das seguintes relações: a) a evocação de uma temporalidade que distingue presente e passado; b) a evocação de outros externos às regiões, como os países ricos, destacando-se os EUA; e c) a construção discursiva de uma preocupação moral.

- (Q1) Eu, presidente Chávez, tenho dito todo santo dia: o século XIX, uma parte do século XX foi europeu, uma outra parte do século XX, a grande parte, foi dos Estados Unidos. Eu penso que se nós tivermos consciência e agirmos com ousadia, nós teremos condições de transformar o século XXI no século do Venezuela, no século do Brasil, no século da América do Sul, no século da América Latina (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2005a, grifo meu).
- (Q2) Nós temos toda uma história para analisar o que aconteceu em cada um dos nossos países. Eu miro muito no meu país, no século XX. E é por mirar o século XX que eu desejo, ardentemente, construir um século XXI diferente do que foi o século XX. É possível construir um mundo sem guerras, é possível construir um mundo sem muros e sem fronteiras ideológicas, racistas, preconceituosas, econômicas e culturais. Esse mundo depende mais da nossa cabeça e das nossas atitudes do que das atitudes dos outros.
Esta reunião tem para mim o início de um novo momento histórico nas nossas relações; ela é para mim o início de uma nova era na relação América do Sul, Mundo Árabe; Mundo Árabe, América do Sul... (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, LULA, 2005b, grifo meu).
- (Q3) Durante todo o século XX nós olhamos para a Europa, para os Estados Unidos, para o Japão e, em muitos casos, os nossos presidentes disputavam quem era mais amigo dos Estados Unidos ou da Europa. Tem um presidente de um país vizinho que um dia me procurou e disse: “Lula, eu estou há 50 anos achando que os Estados Unidos iam nos ajudar, e continuo tão miserável como 50 anos atrás. Agora, eu quero procurar novas oportunidades”.
[...] Vamos fazer do século XXI o século que nos tiraram no século XX (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2008c, grifo meu).

(Q4) [...] quero dizer aos companheiros árabes que durante mais de um século a cabeça brasileira esteve voltada apenas para os Estados Unidos e para a Europa e que a gente não enxergava o Oriente Médio como oportunidade.

Aliás, a gente não enxergava a América do Sul como oportunidade, a gente não enxergava a África como oportunidade, era tudo os Estados Unidos e a União Européia. Mas exatamente pelo fato desses países serem muito desenvolvidos e todo mundo querer ter relações com eles, fica cada vez mais difícil que um país como a Arábia Saudita ou como o Brasil, coloquem seus produtos industrializados nestes países, porque eles são mais competitivos do que nós, porque eles detêm mais conhecimento tecnológico do que nós (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2009a, grifo meu).

Nos exemplos Q1, Q2 e Q3, o “*século XX*” (e XIX, no caso de Q1) é ligado a Outros externos aos países da América do Sul e/ou do Oriente Médio, como EUA e Europa. Em Q2, após trazer o seu desejo de “*construir um século XXI diferente do que foi o século XX*” – destaque para o advérbio “*ardentemente*”, intensificando o sentido da palavra *desejo* –, o enunciador relaciona esse século passado com guerras, fronteiras ideológicas, muros etc. Na sequência, a menção à Cúpula ASPA é inserida na cronologia como um marco de mudanças para ambas as regiões.

Em Q3, o enunciador introduz um discurso direto (a citação entre aspas da fala de outro presidente), o que contribui para criar autenticidade à enunciação, já que o discurso citado relembra que não houve ajuda por parte dos EUA. Na segunda parte, destaco o trecho “*que nos tiraram o século XX*”, salientando que o verbo *tirar* age nessa frase com sentido figurativo, como se o tempo fosse confiscado por alguém. Nesse contexto enunciativo, o tempo excluído se refere ao fracasso do desenvolvimento. Quando o enunciador declara “*vamos fazer...*”, tal expressão funciona como um chamado aos demais para seguirem na construção do século XXI de forma diferente do século anterior, repudiando o passado ligado aos países ricos.

O exemplo Q4 também traz outra relação de temporalidade, “*por mais de um século*”, mas essa relação se refere exclusivamente à posição do Brasil para diferenciá-lo temporalmente, pois, no passado, sua atenção era para com os EUA e a Europa, demarcando um Brasil politicamente inviável. Esses outros externos também são identificados em trechos como “*serem muito desenvolvidos*”, “*mais competitivos do que nós*” e “*detêm mais conhecimento tecnológico do que nós*”. É importante observar ainda que a destinatária, a Arábia Saudita, é descrita como ocupando a mesma posição do Brasil.

Assim, os textos constroem uma temporalidade acionada na enunciação, através da palavra *século*, instituindo localizações no tempo para diferenciar um passado incompatível de um presente compatível com os intercâmbios inter/intrarregionais e o

desenvolvimento de ambas as regiões e de seus países. Igualmente, essa temporalidade, à medida que é diferenciada, evoca Outros externos às regiões, que impediram o desenvolvimento no passado. Tais relações decorrem em um campo de ressentimentos em relação a eles. Os Outros externos também são evocados para justificar a invocação de uma força moral compartilhada.

- (R1) Está na hora de mudarmos a geografia comercial do mundo. Se, sozinhos, nenhum de nós pode competir com os países ricos, juntos nós teremos muita força para competir com igualdade e fazer com que os países ricos flexibilizem suas regras, para que nós possamos competir em igualdade de condições (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2003c, grifo meu).
- (R2) É preciso que haja uma ação conjunta de um grupo de países que demonstre aos países ricos que, embora queiramos continuar fazendo as melhores relações comerciais com eles, nós temos outros parceiros que pensam igual a nós e, portanto, poderemos construir uma nova força econômica no mundo, e poderemos, inclusive, criar uma nova geografia comercial no mundo (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2004, grifo meu).
- (R3) Eu tenho dito, sempre, que nós podemos mudar a geografia comercial do mundo, restabelecer uma política de complementaridade se acreditarmos mais em nós mesmos, na criatividade do nosso povo, na capacidade de produção do nosso povo, no conhecimento do nosso povo. Isso não depende de nenhum presidente de outro país, isso depende única e exclusivamente da nossa disposição (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2005a, grifo meu).
- (R4) O que precisamos começar a enxergar é que juntos poderemos disputar o comércio dos países mais ricos e atender países que até agora não foram atendidos por ninguém (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2008c, grifo meu).
- (R5) Não é possível que nosso desenvolvimento tecnológico fique sempre dependente daquilo que recebemos dos Estados Unidos, da Europa ou de quem for. Podemos continuar recebendo, mas acho que podemos fazer mais entre nós – e essa é uma área que realmente mereceria atenção especial de todos os nossos companheiros árabes e sul-americanos (BRASIL; MRE; AMORIM, 2008, grifo meu).

Observa-se a construção de uma relação entre adversários: de um lado, o Brasil convoca os destinatários para disputar o comércio – “*está na hora de mudarmos*”, “*juntos nós teremos muita força*” (R1), “*é preciso que haja uma ação conjunta*” (R2), “*nós podemos mudar*” (R3), “*juntos poderemos disputar*” (R4) – e, de outro, os países ricos encontram-se em posição oposta.

Essa relação adversarial é pautada pela construção discursiva de assimetrias nas relações econômicas, tendo em vista a necessidade do Brasil e os destinatários se unirem para competir com os países ricos. Há diversos elementos textuais que inscrevem essas assimetrias. Por exemplo, em R1, o termo “*igualdade*”, ligado ao verbo “*competir*”,

pressupõe que a competição com os países é desigual. Em R2, o enunciador institui a necessidade de “*ação conjunta*” para construir uma força que seja demonstrada aos países ricos. Em R4, “*disputar o comércio com os países mais ricos*” é igualado na mesma relação com “*atender países que até agora não foram atendidos*”, pressupondo novamente que a competição é desigual. Com relação a esse último exemplo, merece destaque a locução adverbial “*até agora*”, elemento dêitico temporal que inscreve uma localização no tempo com intensidade. Em R5, o vocábulo “*dependente*” é articulado textualmente como indesejado e inviável.

O sentido de assimetria ou desigualdade das relações econômicas motiva o chamado à ação que constitui os sujeitos para se unirem em prol do desenvolvimento, da “*competição econômica*” (R1 e R4), da criação de uma “*geografia comercial*” do mundo (R1, R2 e R3). Portanto, o significado de geografia comercial do mundo e o sentido das relações desiguais constituem uma preocupação moral, que suscita apoio dos destinatários para políticas econômicas diante de uma relação adversarial com Outros externos evocados, que são desvalorizados. A responsabilidade pelas mudanças, por sua vez, é compartilhada entre o Brasil e destinatários, pois a força moral e o chamado à ação vinculam os países da América do Sul e do Oriente Médio a agirem em conjunto.

Outra similaridade envolve a mobilização das capacidades do Brasil através do enunciado, citando ações, políticas e experiências dentro da seara econômica. Os verbos como *ter* e *ser* desempenham a função de ligar as capacidades à posição do país, bem como sinalizar sua grandeza, como em “o Brasil tem grande programa de infraestrutura” (BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2009a), “O Brasil tem tecnologia, o Brasil tem empresas [...] o Brasil tem experiência de como fazer uma economia crescer” (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2010a), “nós temos o carnaval [...] mas nós temos empresas competitivas como qualquer país do mundo” (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2004), “O Brasil é um país que oferece oportunidades” (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2010a) e “O Brasil é o maior exportador de carne do mundo, é o maior exportador de suco de laranja do mundo...” (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2009b). Essas capacidades articuladas nos textos diferenciam o Brasil dos demais países, pois, embora as capacidades dos outros países sejam mencionadas algumas vezes, elas não são as mesmas.

(S1) Nós temos aqui a Camargo Correa, nós temos aqui a Odebrecht, nós temos aqui outras empresas brasileiras. Daqui a alguns anos estarão mostrando que é

possível contribuir para fazer coisas que dêem ao Equador maior capacidade de desenvolvimento com a infra-estrutura de que este país necessita. E o Brasil pode contribuir.

Está aqui o BNDES, está aqui a Petrobrás, ou seja, o BNDES já veio aqui, em toda a carretera Quito-Guaiaquil (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2004, grifo meu).

- (S2) O setor privado brasileiro dispõe de conhecimentos técnicos que podem ajudar o Peru a replicar o sucesso dos biocombustíveis no Brasil. Essas novas fontes, limpas e renováveis, foram determinantes para que o Brasil alcançasse a auto-suficiência energética, e também geram empregos e renda, sobretudo no campo, para as populações mais pobres, sem comprometer a segurança alimentar (BRASIL; MRE, 2008, grifo meu).
- (S3) Podemos iniciar uma relação de novo tipo, que inclua a efetiva transferência tecnológica para a modernização da indústria local. A firma brasileira Biom realizará investimentos na Arábia Saudita para a implantação de fábrica de insulina humana, para atender a Arábia Saudita e todo o Oriente Médio. Temos grande expectativa de receber investimentos sauditas no setor do agronegócio. O Brasil já é um importante fornecedor de alimentos e matérias-primas para a Arábia Saudita, mas pode se tornar também um parceiro estratégico para a segurança alimentar deste país (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2009a, grifo meu).
- (S4) A modernização da agricultura brasileira tem muito a ver com outra revolução que a Jordânia quer liderar no Oriente Médio – a das energias renováveis. A diversificação de sua matriz abre oportunidades para compartilharmos a experiência do Brasil com os biocombustíveis. Podemos ajudar a Jordânia a encontrar soluções tecnológicas limpas e sustentáveis, ao mesmo tempo em que o país reduz a dependência da importação de combustíveis fósseis (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2010a, grifo meu).
- (S5) Com apoio da Embrapa à efetiva transferência tecnológica, queremos ajudar o Irã a aumentar sua independência alimentar. Irã e Brasil são potências petrolíferas, mas as fontes renováveis de energia são o caminho do futuro. O Irã já entrou na revolução dos biocombustíveis, ao aprovar a legislação que prevê a adição de 5% de etanol à gasolina. Convido missão técnica a ir ao Brasil conhecer nossa experiência com os motores flex-fuel. Transferência de tecnologia e cooperação técnica são palavras-chaves para nossa parceria em programa de desenvolvimento industrial do Irã (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2010b, grifo meu).

Muitas das capacidades do Brasil são articuladas nos textos com o sentido de contribuir para o desenvolvimento dos países receptores. No exemplo S1, os elementos temporais “*daqui a alguns anos*” (dêitico) e “*estarão mostrando*” (gerundismo, com marca de futuro), instituem que o futuro do Equador está ligado às capacidades estruturais (*Odebrecht, Petrobrás, BNDES, empresas brasileiras*) do Brasil. Ainda, a expressão “*nós temos aqui*” junto da indicação das empresas, embora direcione a uma localização espacial, é também um referente das capacidades estruturais presentes ao ato de enunciação.

Em S2, “*determinasse*” (atenção ao pretérito imperfeito do subjuntivo) institui o passado através de uma cena em que o Brasil obteve autossuficiência energética e, no

presente, dispõe de capacidades (“*conhecimentos técnicos*”) para ajudar o Peru. Merece destaque o vocábulo “*sucesso*” que aciona, dentro dessa temporalidade, um desenvolvimento positivo e válido. Em S3, a posição do Brasil é inscrita temporalmente como superior à da Arábia Saudita em virtude de suas capacidades (“*recursos tecnológicos*”) e, diante disso, o Brasil se coloca como capaz de contribuir para a modernização da indústria local. De maneira similar, em S4, o Brasil tem sua posição inscrita como detentor de uma “*modernização da agricultura*”, sugerindo que sua experiência pode contribuir para o desenvolvimento da Jordânia.

Por fim, em S5, embora Irã e Brasil sejam igualados enquanto potências petrolíferas, o enunciador institui que “*as fontes renováveis de energia são o caminho do futuro*” e inscreve a posição do Brasil como temporalmente superior devido a suas capacidades (“*experiência e tecnologia*”) na área. Percebe-se que as capacidades mobilizadas e ligadas ao Brasil são articuladas nos textos com uma temporalidade mais desenvolvida do que em relação aos países da América do Sul ou do Oriente Médio.

Ainda nas representações similares, o Brasil tem seus estatutos conferidos enquanto país solidário, competente e líder. Solidário, porque a posição do Brasil é inscrita na ação de convocar os demais países de ambas as regiões a se unirem em favor de políticas econômicas compatíveis com um desenvolvimento pautado em valores e ideias que o enunciador estabelece para serem compartilhadas, além da competição do comércio em igualdade de condições com os países ricos, o fim das assimetrias ou desigualdades nas relações econômicas e a criação de nova geografia comercial. Além disso, o Brasil se coloca à disposição para contribuir com o desenvolvimento dos demais países, compartilhando experiências. Competente, porque a demonstração das capacidades do país – ligada à diferenciação temporal entre o sujeito-EU e os demais países – constrói o sentido de que o Brasil é capaz de proporcionar desenvolvimento e modernização aos demais em razão da sua competência e experiência. E líder, porque valoriza a união entre esses países em favor de um projeto político que busca que os demais abracem, ao passo que os conduz a uma única direção: um desenvolvimento mais justo e menos desigual. Todas essas posições são de poder do sujeito-EU, haja vista que o Brasil visa reconfigurar o sistema internacional ao interpelar e convencer os destinatários.

De modo geral, os sentidos e representações construídos nesses textos envolvem muito mais similaridades do que diferenças. Nesta seção, foquei em outros signos, pois muitos identificados e apresentados nas seções anteriores também se repetem aqui, como a

similar inscrição da posição do Brasil integrada à espacialidade da América do Sul e o esforço das relações textuais em mobilizar afetividades. Além disso, há também diferentes representações sobre as regiões, sendo que a América do Sul tem sua imagem relacionada ao signo de paz, ao passo que o Oriente Médio é diferenciado pelo signo de conflito.

3.4 Exploratória crítica da interpretação

3.4.1 Entre contextos, acontecimentos e memórias

As posições de sujeito inscritas pelos discursos devem ser compreendidas em contextos específicos permeados por um conjunto de representações, sentidos, significados e práticas constituídas nos/pelos discursos. O início do século XXI foi marcado por grandes mudanças e temores no sistema internacional. Devido aos atentados de 11 de setembro nos EUA – ataques sofridos às Torres Gêmeas e ao Pentágono –, a política externa estadunidense adotou a postura unilateral de invadir o Afeganistão, em 2001, e o Iraque, em 2003, contrariando o CSNU. Esses fatos históricos podem gerar múltiplas discursividades e interpretações, uma vez que novas formas de enunciar sentidos e representar o mundo emergem diante de relações de tensão e estranhamento com novos saberes oriundos de outros lugares provocados pelos acontecimentos (CAZARIN; RASIA, 2014).

Assim, partindo do entendimento de que as posições e as representações se inscrevem em contextos específicos e que acontecimentos históricos podem, de certa maneira, influenciar os discursos, visto que a interpretação da realidade é permeada por um processo que origina novos sentidos, é possível compreender que os discursos de política externa se esforçaram para inscrever a posição do Brasil integrada à espacialidade da região da América do Sul, mobilizaram distintas concepções de tempo entre um passado inviável e um presente viável à integração regional e, ao articularem uma dimensão ética, mobilizaram afetos em prol da união, além de construir preocupações morais diante da diferenciação com Outros externos à região – países ricos, como os EUA – vistos como indesejáveis.

Não é de se estranhar que a América do Sul reconsiderasse suas alternativas internas e externas. Embora a região recebesse uma prioridade estratégica dos EUA (PECEQUILO; CARMO, 2015) desde 1989/1991, quando o MERCOSUL e a região em si

seguiram uma postura de alinhamento em relação aos EUA, a partir dos eventos de 11/09, a América do Sul “se tornou cada vez menos relevante, em razão dos atentados e do início da Guerra Global contra o Terror em 2001” (PECEQUILO; CARMO, 2015, p. 61). Isso pode ser explicado pelo fato de que os investimentos do seu principal parceiro comercial, os EUA, foram direcionados para as operações militares no Oriente Médio.

Contudo, assim como o discurso é influenciado pelo contexto, ele também transforma esse mesmo contexto, à medida que identifica um conjunto de representações discursivas e as encaixa nos conjuntos do mundo físico e social (MAINGUENEAU, 2008). Logo, o discurso não é inerte, nem totalmente condicionado pelo contexto, mas uma forma de ação que visa alterar uma situação (MAINGUENEAU, 2013; 2015), à medida que torna inteligíveis as formas de estar e agir em relação ao mundo (MILLIKEN, 1999). Em outras palavras, ao tomar um contexto específico, o discurso delinea os termos de inteligibilidade pelos quais a realidade pode ser conhecida e posta em prática, fornecendo os espaços discursivos, como conceitos e categorias em que os significados são construídos (DOTY, 1993). Assim, ao evocarem a cena histórica em comum dos países sul-americanos (a independência), os discursos de política externa atualizaram o tema da integração regional e transformaram o contexto para que fosse operado na mesma filiação discursiva e na mesma rede de saberes oriundos do acontecimento histórico. Uma vez redefinidos pelos discursos, os contextos identificaram o conjunto de representações em que os discursos histórica e espacialmente localizados tornam conhecidas todas as práticas sociais (TORFIN, 2005) e políticas.

Além disso, ao reorganizar os saberes, o acontecimento histórico “marca a instituição de uma nova posição-sujeito” (CAZARIN; RASIA, 2014, p. 195). Diante disso, o Brasil enquanto sujeito passa a enunciar e (re)significar o seu dizer. Quando os discursos de política externa priorizam a integração regional na América do Sul, representando-a metaforicamente como um corpo humano, está se produzindo um conhecimento e operando um sistema de significação que interpela a realidade para promover a integração regional.

Dessa forma, o que justifica, dentro dessa relação entre contexto e discurso, acontecimento e interdiscurso, o Brasil adentrar em questões cruciais no Oriente Médio? Tendo em vista que os investimentos estadunidenses se concentraram nas operações militares no Oriente Médio e esse era o principal parceiro econômico do Brasil, era necessário obter outros parceiros e atrair investimentos de outros lugares. De fato, a

literatura sobre a política externa brasileira nos governos Lula destaca a diversificação de parcerias, especialmente nas relações Sul-Sul (CERVO, 2015; LIMA, 2005; LIMA; HIRST, 2009; HIRST; LIMA; PINHEIRO, 2010; VIGEVANI; CEPALUNI, 2011).

Por outro lado, a maneira como o sujeito-EU se enxergava enquanto os discursos o inscreviam como pacífico, solidário, competente e líder possibilitava que políticas fossem traçadas para operar naquelas posições no contexto do sistema internacional, ou seja, no contexto do Oriente Médio. A inserção do Brasil em temas de paz e segurança no Oriente Médio, bem como a proposta da criação das Cúpulas ASPA para promover intercâmbios econômicos entre as regiões justificam-se porque suas posições, construídas pelos discursos, possibilitaram que a política externa se lançasse a novas regiões e conduzisse novos temas, dado o contexto absorvido pelos discursos.

A representação do Oriente Médio através de uma imagem permeada por signos de conflito e pobreza e associação das grandes potências e do CSNU a figuras debilitadas que atrapalham o desenvolvimento dos países permitem a legitimação de políticas diante das posições ocupadas pelo Brasil como interlocutor. Portanto, as representações não correspondem a molduras da realidade, pois, ao categorizar regiões e povos, os discursos buscam que as representações sejam legitimamente aceitas como verdades, impactando a própria realidade e a política em si (DOTY, 1996).

Outro ponto interessante, relacionado ao contexto e ao acontecimento, é a questão da memória. Para a linguista Eni P. Orlandi, a memória discursiva consiste no “saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído” (2015, p. 29). Já Freda Indurky (2003), inspirada por Pêcheux, aponta que a memória deve ser entendida como um tecido social em que os sentidos se entrecruzam, possibilitando o deslocamento, a transformação e a resignificação dos sentidos. Posto isso, os discursos de política externa remeteram a certos enunciados inscritos na história, como a independência dos países da América do Sul diante das metrópoles europeias, a criação do Estado de Israel e a contribuição do Brasil ao conceder o visto aos judeus perseguidos durante a 2ª Guerra Mundial. A retomada de um elemento pré-construído aciona uma memória permeada por significados inscritos no interdiscurso para significar o dizer atual. No caso da retomada do exemplo no contexto da América do Sul, os discursos de política externa brasileira nos governos Lula encenam para a integração regional como uma continuidade da independência, enquanto nos demais exemplos a retomada justifica que o

Brasil se torne um interlocutor no caso israelo-palestino na questão Palestina, perante a produção de afetividades para com o Outro.

Glaucia Muniz Proença Lara (2006), inspirada em Orlandi (2015), afirma que: “a memória faz parte da produção do discurso na medida em que faz valer as condições de produção, tomadas tanto em sentido estrito (as circunstâncias de enunciação; o contexto imediato) quanto em sentido amplo (o contexto sócio-histórico, ideológico)”. Igualmente o sujeito é determinado pela memória do dizer, pois, “para que suas palavras tenham sentido, é preciso que já tenham sentido” (LARA, 2006, p. 125). Em vista disso, a memória constitui o saber discursivo que retorna por meio de repetições, reformulações, paráfrases do já dito, ou seja, a memória faz circular formulações enunciadas anteriormente (LARA, 2006). Assim, o processo discursivo permitiu que o passado fosse reatualizado e a posição do Brasil no presente fosse justificada e autorizada a desenvolver políticas econômicas, parcerias e intercâmbios inter/intrarregionais.

Por exemplo, a partir do tema mobilizador das relações econômicas, os discursos de política externa evocaram uma temporalidade para encenar os séculos XX e XXI, cenas essas cujos sentidos estão encobertos. Através de cada retorno e repetição de palavras, expressões e encenações, um saber era ressignificado, como existência de assimetrias, desigualdades entre os países, necessidade de alterar a geografia comercial etc., possibilitando que a própria memória fosse conduzida ao silenciamento, ao passo que era preenchida com novos sentidos. Vários discursos também retomaram cenas que mostram que o Brasil contribuiu para a existência do povo judeu perseguido durante a 2ª Guerra Mundial e para criação do Estado de Israel. Nesse contexto, vale lembrar que nomes próprios são citados, como de Oswaldo Aranha. Contudo, através de documentos diplomáticos compilados, a professora Maria Luiza Tucci Carneiro, em entrevista à BBC News Brasil, afirmou que o Brasil rejeitou pelo menos 16 mil pedidos de visto realizados por judeus durante o período do Holocausto e ao menos 26 circulares secretas foram emitidas pelo Ministério das Relações Exteriores com o intuito de impor barreiras étnicas a partir de 1937. Ainda de acordo com Carneiro, até o próprio chanceler Oswaldo Aranha expôs ideias antissemitas e aprovou ordens secretas para barrar o ingresso de judeus no Brasil (FELLETT, 2019).

3.4.2 *Das posições do Brasil às suas identidades internacionais*

A análise dos textos conduzida nesta pesquisa possibilitou identificar inúmeras posições do Brasil, localizáveis em termos espaciais, temporais e éticos. Apenas para citar algumas, temos as posições de país seguro, pacífico, multicultural, competente, solidário, confiável, fraterno, líder, defensor das organizações multilaterais, interlocutor, temporalmente superior, entre outras. Conforme os textos inscreviam as posições do Brasil, campos de afetividade e ressentimentos²¹ eram mobilizados para constituir fronteiras de distintas naturezas, bem como nomear e articular objetos e sujeitos a partir de uma série contínua de efeitos pelo o qual o Estado é constituído. Segundo Mendonça (2006), não basta o sujeito ser interpelado pelo discurso, é preciso que ele se esforce para que haja uma efetiva articulação entre ele e a posição.

De fato, diante das distintas posições do Brasil, identifiquei nas relações textuais certos esforços do sujeito-EU que, embora possuíssem significados distintos para cada contexto relacional, seguiam o padrão de mobilizar afetos e ressentimentos. A respeito das afetividades, os textos se esforçaram para construir elos entre o Brasil e o Oriente Médio através da aproximação de suas espacialidades, mediante a inscrição de outros povos e culturas daquela região no interior do espaço do Brasil, assim como pela evocação temporalidades, através das quais as relações intertextuais ressignificaram conhecimentos e saberes passados, como os discursos políticos do momento da criação do Estado de Israel.

No caso da América do Sul, os textos reforçaram a costura da unidade na região ao mobilizarem figuras heroicas e um passado em comum (a independência) e ao empregarem o vocábulo *irmãos*, além da representação metafórica dos países e instituições como partes do corpo humano. Já no campo dos ressentimentos, Outros externos às regiões foram evocados, de modo que o sujeito-EU buscou conduzir seus destinatários a considerarem aqueles ora como portadores de debilidades, ora como interlocutores inadequados ou desinteressados em relação às demandas dos demais países, entre outros sentidos. Esses esforços na construção/interação de afetos-ressentimentos nos discursos também são atravessados pelos contextos, acontecimentos e memórias.

Essas relações textuais que mobilizam afetos e ressentimentos sugerem que o Estado deve ser pensado, tal como Campbell (1990; 1992) defende, como constituído performativamente pela Política Externa, pois a presença soberana do Brasil no sistema internacional dependeu de práticas performáticas; por exemplo, todo o sistema de

²¹ Embora o ressentimento também seja um afeto, proponho situar o ressentimento como desfeita ou rancor e o afeto como vínculos de apego com carga valorativa.

significação em torno do signo *união* para mobilizar uma fraternidade entre os membros, tecendo uma imagem de Estado fraterno ou reafirmando constantemente que a convivência pacífica entre povos e culturas do Oriente Médio em território brasileiro, o que sugere uma imagem de Estado solidário, pacífico e multicultural. Esses modos particulares de subjetividades são centrais porque um Estado e a sua política externa são operados pelos nomes que ele opera. Logo, os Estados não são sujeitos pré-determinados, mas “sujeitos em processo, [...] efeitos ontológicos de práticas executadas de forma performática” (WEBER, 1998, p. 78).

Outro ponto importante é que as posições espaciais, temporais e éticas devem ser pensadas em relação a seus aspectos relacional e diferencial. A partir de subjetividades operadas nos discursos, a política externa brasileira desenvolvida durante os governos Lula produziu diferenciações que envolvem as posições do sujeito-EU em relação a outros corpos, regiões e sujeitos. Por exemplo, ainda que os discursos inscrevam na espacialidade do Brasil a convivência pacífica com povos e culturas do Oriente Médio, a posição espacial do Brasil como pacífico só pode ser compreendida em razão da demarcação de um interno pacífico e seguro em oposição a um externo conflituoso, ameaçador e perigoso.

Por mais que os discursos liguem o Brasil à região da América do Sul, o país é diferenciado dos demais por suas capacidades e competências, inscrevendo um interno com posições do Brasil como solidário e líder, responsável por conduzir a integração, e um externo ausente de liderança capaz de retornar ao estado do passado, quando predominavam a desunião e a disputa. Além disso, houve certo padrão de reprodução e contestação no estabelecimento de certa estabilidade na qual o Estado se apoiou, mobilizando afetos e ressentimentos. Portanto, por mais que tais posições possam ser identificadas mediante categorias linguístico-discursivas, o aspecto relacional é indispensável, uma vez que o sujeito-EU se desloca no espaço discursivo, diferenciando-se, contrapondo-se e até assimilando o Outro.

Aqui, é necessário abrir um parêntese. Como apresentei na análise dos textos, as representações do Oriente Médio como uma região conflituosa e instável acabam por desvalorizá-lo, criando imagens de natureza racista. De acordo com Munanga (2004, p. 29), o racismo contemporâneo “se reformula com base nos conceitos de etnia, diferença cultural ou identidade cultural”, mantendo-se a ideologia de superioridade e de essencialização em termos histórico-culturais e não mais biológicos para decretar diferenças. Por certo, os discursos de política externa brasileira inscreveram o Oriente

Médio a partir de uma espacialidade fundamentalmente diferente e inferior em relação ao Brasil, reduzindo toda uma multiplicidade de experiências de povos e culturas por meio de características desqualificadoras, transmitindo significados e sentidos que aludem a uma região conflituosa, instável, pobre e em constante perigo de armas nucleares. Tais representações e imagens envolvem relações de poder, de modo que, ao reforçar um imaginário social ocidental e etnocêntrico sobre o Oriente Médio através de meras simplificações, justificam-se não apenas a superioridade do Brasil como algo “natural”, mas políticas consideradas como de proteção e salvação em relação ao Outro diferente e inferiorizado. Logo, as posições conferidas ao sujeito-EU como pacífico, solidário e interlocutor apoiam-se, de um lado, na superioridade do Brasil e, de outro, em políticas e discursos de poder que apelam para que o Outro se torne como o sujeito-EU, necessitando deste para transformar sua situação. As relações textuais e intertextuais, ao entrelaçarem o espaço-tempo para mobilizar afetividades entre o sujeito-EU e o Outro, reforçam um imaginário social estereotipado e essencialista de um Brasil multirracial, mestiço, em cujo espaço distintos povos e culturas convivem pacificamente, reforçando o mito da democracia racial, agora operado em termos étnico-culturais.

Não preconizo que a política externa brasileira durante nos governos Lula foi racista, uma vez que esta pesquisa não utilizou a análise do discurso para discutir a “realidade” dessa imagem. O que quero apontar é que as representações discursivas que envolvem o Oriente Médio enquanto contexto relacional dialogaram com o “mundo real” e, através do processo discursivo, uma imagem estereotipada e racista foi constituída, o que se mostra paradoxal, visto que a política externa brasileira, ao construir a imagem positiva de um país que busca desempenhar um papel de pacífico, solidário e interlocutor, reivindicou diferenciações para estabelecer hierarquias entre o Brasil e os demais povos étnico-culturais. Assim, a mesma bandeira de uma política multicultural é também a das representações racistas.

Encerrado o parêntese, os aspectos relacional e diferencial não seguem uma via unidirecional. O que identifiquei na análise do *corpus* é que as posições, os sujeitos e as regiões, enquanto contextos relacionais, são atravessados por distintos cruzamentos de diferenças e ligações relacionais. Por exemplo, enquanto o Brasil tem sua posição espacial inscrita na região da América do Sul, tornando-a um Nós, o país se coloca como qualitativamente superior, visando construir seu estatuto de líder. O Brasil também se diferencia do Oriente Médio a partir da espacialidade: a posição e o estatuto do sujeito-EU

são descritos através de atributos como pacífico, enquanto o Outro é visto através de conflitos, ameaças e instabilidades. Em outro exemplo, o Brasil se diferencia de seu EU do passado, considerado um Outro. Cabem aqui as nomenclaturas criadas por Ribeiro e Lara (2016): o “eu-que-sou” e o “eu-que-fui”. Os governos Lula (“eu-que-sou”) são inscritos como moralmente necessários e politicamente viáveis ao promover os intercâmbios econômicos entre as regiões, em contraposição aos governos anteriores (“eu-que-fui”), representados como inviáveis. A diferenciação do sujeito-EU através dessa temporalidade também é relacionada pela evocação de Outros externos diferenciados das regiões, pois, no passado, os governos disputavam as relações de amizade com as potências.

Igualmente, o deslocamento das posições de sujeito advém dos cruzamentos de sentidos decorrentes da interação e ligação das regiões. Por exemplo, a inscrição da posição do Brasil dentro da espacialidade da América do Sul endossa a representação desta como pacífica, diferenciada do Oriente Médio. Ainda, o estatuto de líder conferido ao Brasil no contexto da integração regional reafirma a interlocução que ele conduz entre as regiões da América do Sul e do Oriente Médio. Ademais, a distinção entre a posição do Brasil envolvendo o tempo, o “eu-que-fui” e o “eu-que-sou”, endossa o posicionamento da política externa brasileira em prol de uma integração regional que prioriza políticas entre os países sul-americanos, além do desenvolvimento de políticas e intercâmbios econômicos com os países do Oriente Médio.

Ainda sobre os aspectos relacional e diferencial, a diferença não necessariamente se converte em alteridade, considerando o Outro como ameaça ou inimigo, como defende Connolly (1991). No contexto relacional do Oriente Médio, nos discursos envolvendo os temas da paz e segurança e das relações econômicas, por mais que a região e seus países (os Outros) tenham sido representados qualitativamente como inferiores ao Brasil, em nenhum momento essas diferenças foram convertidas em alteridades. Houve também muitas relações de aproximação e mobilização de afetividades. Por outro lado, como as relações de diferença não seguem uma via unidirecional para inscrever as posições do sujeito-EU, Outros-do-outro foram evocados, como os EUA, as Nações Unidas e seu Conselho, para disciplinar ameaças e perigos ao Estado, assegurando sua própria existência.

Assim, no contexto relacional do Oriente Médio, através de limites nítidos entre o EU-Outro e os Outros-dos-outros, que beiram preocupações morais e éticas, a política externa brasileira considerou esses corpos externos à região como negativos, debilitados e

até como ameaças ao Brasil por prejudicarem o desenvolvimento e não conseguirem promover a paz na região. Já no contexto relacional da América do Sul, as grandes potências, como os EUA, também foram evocadas, mas figuraram como Outros, tendo em vista que a América do Sul se tornou um Nós. E esses Outros foram dissociados do sujeito-EU, constituindo uma ameaça à integração regional da região da América do Sul. Contudo, é importante ressaltar que a tentação em sucumbir a alteridade (CAMPBELL, 1992) não deriva de uma relação de diferenciação unidimensional.

Esses ressentimentos para com as grandes potências, Nações Unidas e seu Conselho podem ser compreendidos pela ótica agonística de Mouffe (2013), segundo a qual o antagonismo está sempre presente em virtude do jogo conflituoso entre projetos hegemônicos opostos que nunca podem ser reconciliados. No contexto das relações econômicas, os EUA e outros países ricos foram representados a partir de um terreno adversarial, em razão da construção discursiva da existência de assimetrias e desigualdades nas relações econômicas, o que motiva uma política externa que segue com um projeto político de cooperação econômica, visando a união de certos países para competir com aqueles. Dessa forma, não se trata de considerá-los como inimigos, mas adversários, cujas ideias podem ser combatidas e questionadas (MOUFFE, 2013). Afinal, o Brasil deu continuidade às relações com os países desenvolvidos, firmando acordos bilaterais e participando de foros e reuniões com as grandes potências, ainda que tenha havido discordâncias com os EUA e a União Europeia em certos temas.

A esse respeito, ao analisar o primeiro governo Lula, Pecequilo (2008a) afirma que as relações com os EUA se mostraram crescentes. Em outro estudo, a autora aponta que o Brasil e os EUA realizaram reuniões de alto nível, contando com viagens do presidente Lula, do chanceler Celso Amorim e do secretário de Relações Exteriores, Samuel Guimarães ao país (PECEQUILO, 2008b). Em 2007, ambos os países desenvolveram uma cooperação em biocombustíveis, buscando estabelecer um mercado global de etanol e trocas tecnológicas para a proteção do meio ambiente (PECEQUILO, 2013). Em 2008, foi assinado um plano de ação conjunta pelos dois países contra a discriminação racial. Outro exemplo é o Acordo de Defesa sobre cooperação na área militar, celebrado em 2009 por Brasil e EUA (GARCIA, 2017). Logo, quando os discursos de política externa brasileira questionam, por meio da instauração da polêmica, os EUA e as Nações Unidas e seu Conselho sobre a capacidade de conduzir a paz naquela região, ocorre um embate de

projetos, uma vez que o Brasil busca se tornar interlocutor, sem falar na reivindicação da reforma do CSNU.

A partir das variadas posições do Brasil analisadas, muitas de poder, defendo, em primeiro lugar, que as identidades internacionais do Brasil durante os governos Lula são sul-americana, de líder regional e de interlocutor entre povos. Apresentarei a seguir cada uma delas mais adiante. Em segundo lugar, tais identidades foram constituídas nos/pelos discursos de política externa à medida que o sujeito-EU se deslocava no espaço discursivo por suas posições espaciais, temporais e éticas, interligando regiões e cruzando sentidos. Essa compreensão impacta diretamente no conceito de identidade internacional que, como já foi mencionado no início desta dissertação, foi construído de baixo para cima nesta pesquisa, ao longo da análise do discurso. Assim, proponho o seguinte: a) a identidade internacional é uma dimensão que se constitui discursivamente e que garante a existência e sustentação do Estado (ou outro corpo político) enquanto sujeito internacional, inserindo-o em uma construção particular de ordem internacional; e b) a identidade internacional constitui-se em relação a várias posições do sujeito-EU localizáveis em termos espaciais, temporais e éticos e de outrem, que são posicionadas no sistema internacional para operar sistemas de significação representacionais e para justificar e legitimar posicionamentos e políticas que possam empreender, defender, apoiar ou se abster diante do sistema internacional.

Retomando a discussão sobre as três identidades internacionais do Brasil, quais sejam, sul-americana, de líder regional e de interlocutor entre povos, temos que, com relação à identidade sul-americana, os discursos não só inscreveram a posição do país no interior dessa identidade, como também, através do tema da integração, traçaram estratégias e políticas, discursivamente anunciadas, em prol da união sul-americana e na defesa prioritária dos interesses daqueles países integrantes à região. Nesse sentido, no primeiro ano de governo, em junho de 2003, é criada a Subsecretaria-Geral da América do Sul no Itamaraty e no período “entre janeiro e agosto todos os presidentes sul-americanos visitam o Brasil” (GARCIA, 2017, p. 347).

A ligação do sujeito-EU com os demais países da região para constituir um Nós pressupõe que a cristalização e a sustentação da identidade sul-americana pelo Brasil dependem de que ela seja compartilhada pelos demais países. Para isso, o Nós, enquanto identidade coletiva, deve ser constituído a partir do sentimento de que os sujeitos compartilhem da mesma categorização social, através do estabelecimento de elementos

passados e da criação de um projeto político de futuro (RODRIGUES; PRADO, 2010). Por esse motivo, os discursos se esforçaram para mobilizar afetos, seja pela evocação de figuras heroicas ou de um passado comum, seja pela nomeação dos demais países como irmãos, mobilizando sentidos de fraternidade e união, ou ainda pela atribuição de características comuns, como pacíficos e sul-americanos etc. Trata-se de relações de identificações positivas entre os países da região, ainda que haja diferenças entre eles, tendo em vista que o Brasil se coloca como qualitativamente superior, já que é ele quem conduz e lidera a integração regional.

De outra parte, a mobilização de ressentimentos é crucial para legitimar as políticas e as identidades, devido à ressignificação da integração regional como continuidade do processo de independência, no qual os Outros externos são vistos negativamente por figurarem um corpo que explora e que provoca animosidade. Portanto, a identidade sul-americana apresenta-se como exclusiva em relação às grandes potências, já que essas não possuem os traços inerentes ao Brasil e aos demais países sul-americanos, como a pacificidade e a solidariedade.

O signo de paz também se manifesta como indispensável para entender a constituição da identidade sul-americana, pois a representação do Brasil como país pacífico e a sua projeção para a América do Sul enquanto espaço de paz se ancoram na identidade sul-americana: se a) o Brasil é pacífico; e b) a América do Sul é pacífica; logo somos sul-americanos. Essa relação causal é uma produção discursiva que gera efeitos na condução da própria política externa. Ao ser envolvido pelos discursos, o tema da integração regional produziu novos significados para que as políticas adotadas se ajustassem à identidade, pois o centro de atividade da política de integração regional depende de uma identidade sul-americana que abraça, convoque e direcione os demais países à união. De outra perspectiva, a inscrição da região como pacífica ocorre de forma relacional e diferenciada dos Outros, como o passado da própria região, com outras regiões, como Oriente Médio, e os países ricos, como os EUA. Aliás, o vocábulo paz, nos discursos de política externa brasileira durante os governos Lula, constitui um importante ponto de cristalização semântica em que emergem sentidos e inscrevem a posição do Brasil como país pacífico em relação à América do Sul e ao Oriente Médio.

Entretanto, a constituição da identidade sul-americana também depende do contexto relacional do Oriente Médio. A compreensão de Rumelili (2004; 2007) acerca da distância social e de identidades inclusivas e exclusivas lança luz a esse assunto. Embora tenha

havido diferenciações, os discursos permitiram uma associação entre o Brasil e o Oriente Médio. A representação do Brasil como pacífico revela um traço adquirido a ser projetado ao Outro para que esse reconheça e deseje adquirir as mesmas características. Com efeito, a identidade internacional sul-americana se mostra inclusiva para com o Oriente Médio, devido a uma redução da distância social entre eles. Esse sistema de identificação positiva, que congrega simultaneamente diferenças, possibilitou que a política externa brasileira se inserisse em questões cruciais envolvendo a paz e segurança naquela região e realizasse uma convergência de interesses em prol do desenvolvimento, ainda que se tratasse de sujeitos diferenciados.

Percebe-se que a identidade sul-americana não remete a uma simples localização geográfica. O Brasil também pode ser localizado na América Latina e meu entendimento é de que não houve, nesses governos, um esforço para fazer emergir uma identidade latino-americana do Brasil pela política externa brasileira. Há um trecho interessante que evidencia isso, em que o enunciador inscreve as pessoas brasileiras como diferentes das latino-americanas, sendo o fator diferencial a língua:

Eu sempre tenho uma preocupação quando fazemos um encontro entre brasileiros e latino-americanos, porque nem sempre os latino-americanos entendem português e nem sempre os brasileiros entendem os latino-americanos. (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2006)

A meu ver, a identidade internacional de líder regional é derivada da identidade sul-americana. Por exemplo, o país tem seu estatuto de líder conferido diante do fomento da integração regional na América do Sul, assim como no contexto das relações econômicas inter/intrarregionais. Ademais, as demonstrações de capacidades e competências e as distinções temporais que inscrevem o Brasil como qualitativamente superior aos demais possibilitam que a identidade seja lançada no sistema internacional para estabelecer posições de poder, a fim de que seja reconhecida e aceita pelos outros atores, visando assumir uma posição de igualdade em relação às grandes potências.

A identidade internacional de líder regional também se mostra inclusiva em relação aos demais países da América do Sul e do Oriente Médio, uma vez que há uma associação entre o Brasil e esses países, de modo que as competências e capacidades do sujeito-EU, como sua posição temporal superior, revelam um traço adquirido do Brasil que induz aos demais o reconhecimento e o desejo de se tornarem como o sujeito-EU. No contexto das Cúpulas ASPA, ainda que haja diferenciações entre as temporalidades acerca do

desenvolvimento e modernização em relação aos países do Oriente Médio, assimilações são estabelecidas entorno de identificações positivas incorporadas e ancoradas pela identidade de líder regional.

Apoiado nessa identidade representada pelos discursos, o Brasil desenvolveu uma política externa com forte atuação em foros e blocos multilaterais na região. Exemplos disso são a proposta da criação da CASA e a defesa do aprofundamento e da expansão do MERCOSUL (PECEQUILO; CARMO, 2015). Entre 2003 e 2004, distintos acordos de associação foram assinados com países da Comunidade Andina, e, com exceção de Guiana e Suriname, todos os países sul-americanos tornaram-se membros associados do MERCOSUL (RUIZ; VAZQUEZ, 2009). Em 2008, em Salvador-BA, foi realizada a I Cúpula da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC). Criada pelo Brasil, a CALC constitui a primeira cúpula que, pela primeira vez em 200 anos (ALMEIDA, 2014), conseguiu reunir todos os 33 países latino-americanos e caribenhos para debater os mecanismos regionais e sub-regionais de integração, sem a presença dos EUA e das potências europeias (GARCIA, 2017). Durante a II CALC, em fevereiro de 2010, em Cancun, foi criada a Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC) (GARCIA, 2017), também voltada para o desenvolvimento e concertação política, sem a influência das grandes potências.

Outro exemplo de atuação em foros e blocos multilaterais foi a formação do G-20 comercial, em setembro de 2003, em Cancun, México, durante a V Conferência Ministerial da OMC, na Rodada Doha (GARCIA, 2017). Tendo o Brasil liderado a sua formação, o grupo congregava 20 países em diferentes graus de desenvolvimento e tinha o objetivo de contestar e impedir decisões predeterminadas pelas potências, particularmente os EUA e a União Europeia, nas negociações multilaterais do comércio (LIMA, 2005; HIRST; LIMA; PINHEIRO, 2010; ALMEIDA, 2014). Em decorrência da crise financeira mundial desencadeada nos EUA em 2008, outro grupo ganha mais notoriedade: o G-20 financeiro. Como presidente desse grupo em 2008, o Brasil participou da Cúpula sobre Mercados Financeiros e Economia Global, em Washington, onde foram aprovadas novas medidas, buscando estabelecer um novo regime financeiro internacional (GARCIA, 2017). A partir disso, os países em desenvolvimento começaram a desempenhar um papel mais destacado dentro do sistema financeiro internacional – como no Fundo Monetário Internacional (SOUZA NETO, 2011) –, visando erradicar os efeitos da crise financeira que avançava.

Além disso, em 2007, a partir de uma iniciativa do Brasil em criar um bloco político de países emergentes, é institucionalizado o chamado BRIC, coalizão entre Brasil, Rússia, Índia e China. Os esforços do Brasil representaram a formação de uma coalizão diplomática inédita com tais países. Conforme Garcia (2017), a soma das economias dos países integrantes representa o equivalente a 15% do PIB mundial, além do grupo envolver quase metade da população mundial. O intuito do BRIC era impulsionar tanto a “promoção de negócios entre seus membros quanto [...] articular suas diplomacias e tomar posições conjuntas em temas que lhes [conviessem] nas negociações internacionais” (CERVO, 2015, p. 544). Em 2009, ocorreu a I Cúpula do BRIC, que enfatizou o papel central do G-20 na reforma das instituições financeiras internacionais (GARCIA, 2017). Em 2010, a África do Sul se juntou ao grupo, que passou a ser conhecido como BRICS (ALMEIDA, 2014).

Outro exemplo foi a reivindicação do Brasil por um assento permanente no CSNU. Em setembro de 2004, o país chegou “a estabelecer o G-4, uma iniciativa de cooperação que inclui Brasil, Alemanha, Índia e Japão” (SOUZA NETO, 2011, p. 105). Uma proposta de reforma foi apresentada em julho de 2005 para incluir 25 novos membros permanentes e não permanentes (CERVO, 2015; SOUZA NETO, 2011; GARCIA, 2017); contudo, a reivindicação não foi bem-sucedida.

Já na América do Sul, a política externa brasileira também se envolveu com temas de paz e segurança. Em abril de 2002, com as eleições da Venezuela, emergem tensões políticas entre o governo e a oposição diante das acusações realizadas pelo presidente Hugo Chávez acerca da participação dos EUA em um golpe contra o presidente venezuelano (AMORIM; 2013; CARMO; PECEQUILO, 2016). Uma vez que o conflito se acirrara no final daquele ano, o Brasil propôs, em janeiro de 2003, o Grupo de Amigos do Secretário-geral da Organização dos Estados Americanos para a Venezuela, visando promover o diálogo e a reconciliação entre o governo e a oposição (AMORIM; 2013; CARMO; PECEQUILO, 2016). Tal grupo era formado por Brasil, Chile, México, EUA, Portugal e Espanha. Conforme Amorim (2013), a oposição aceitou um acordo de referendo revocatório e o Brasil foi escolhido pela Organização dos Estados Americanos para chefiar a missão de votação do referendo para que esse fosse reconhecido. Então, o Brasil proclamou a manutenção do mandato de Chávez.

Portanto, a identidade internacional de líder regional influenciou e sustentou as políticas adotadas pelo país; simultaneamente, a política externa brasileira nesses governos

reforçou as identidades, através dos discursos. Por exemplo, o reconhecimento formal do Estado palestino por parte do Brasil, em dezembro de 2010, implicou em uma repercussão internacional, influenciando a mesma decisão por parte de outras chancelarias sul-americanas, o que ilustra o papel de liderança do Brasil na América do Sul. Até março de 2011, 11 de 12 países sul-americanas reconheceram formalmente a Palestina com *status* de Estado (AMORIM, 2015; FÁVERO; PINHEIRO, 2016; NOTARI, 2017).

Por outro lado, como toda identidade é relacionalmente diferenciada, as grandes potências são constantemente evocadas nos discursos para ocuparem a figura do Outro desvalorizado e desinteressado – ou o Outro-do-outro, como visto na análise dos textos. Isso denota a exclusividade da identidade internacional de líder regional do Brasil em relação às grandes potências, já que desempenhar o papel de líder é, de um lado, se posicionar muitas vezes contrariamente aos desígnios dessas potências e, de outro, inscrevê-las em um campo de ressentimentos, como não capazes de promover o desenvolvimento igualitário ou a paz na região do Oriente Médio. Ademais, constituída por essa identidade, a política externa brasileira acabou se esbarrando com as grandes potências. Por exemplo, no caso do programa nuclear iraniano, os EUA e seus aliados aprovaram a Resolução 1.929/2010 no CSNU, não reconhecendo a legitimidade do Irã em relação à demanda sobre o enriquecimento do urânio e negando a Declaração de Teerã, impondo a esse país embargos econômicos e diversas outras sanções (SOUZA NETO, 2011; AMORIM, 2015; GARCIA, 2017; RICUPERO, 2017). A recusa dessa Declaração implica ao não reconhecimento do Brasil e da Turquia, países envolvidos na obtenção do acordo.

De um modo geral, a identidade internacional de interlocutor de povos também deriva da identidade sul-americana e se liga à identidade de líder regional. O Brasil formou coalizões inter-regionais com o continente africano a partir das Cúpulas África-América do Sul (ASA) em 2005 e 2009, além das Cúpulas América do Sul-Países Árabes (ASPA) em 2006 e 2009 (AMORIM, 2015; CERVO, 2015), que foram estudadas no âmbito da análise do discurso. Tais coalizões ancoram-se na posição do Brasil como país solidário, que deseja estar junto dos demais e que os convoca a traçar políticas econômicas que favoreçam o desenvolvimento. A posição de líder do Brasil também ecoa nessas coalizões, uma vez que o país propôs a criação das Cúpulas, sendo esse tema trazido pelo enunciador em diversos discursos proferidos no âmbito do MERCOSUL no contexto da integração regional da América do Sul. Segundo Notari (2017), os desdobramentos das Cúpulas

ASPA resultaram no crescimento do comércio entre os países árabes e sul-americanos em 170%.

A demonstração de caráter forte e de país confiável também contribuiu para legitimar a identidade internacional de interlocutor entre povos, como pela encenação de que o Brasil é constantemente chamado por outros atores para agir em grandes questões da política internacional. A confiabilidade do país também foi reafirmada pela instauração, por parte do Brasil, da polêmica que problematiza e desvaloriza as políticas e posicionamentos das grandes potências e das Nações Unidas e seu Conselho. Ainda, o sentido de confiança também se dá pelas menções aos encontros, reuniões e viagens com distintos parceiros e lideranças políticas para angariar apoio e investimento para a integração regional sul-americana. A esse respeito, o discurso de posse do ex-chanceler Celso Amorim, em 2 janeiro de 2003, anunciou: “Nossa política externa não pode estar confinada a uma única região, nem pode ficar restrita a uma única dimensão” (BRASIL; MRE, AMORIM, 2003). Além disso, logo no primeiro ano de governo, o presidente Lula realizou a inédita visita ao Oriente Médio, a primeira de um estadista brasileiro desde a passagem de D. Pedro II pelo Oriente Próximo (GARCIA, 2017).

Através de ações externas, o Brasil ampliou, em 2006, o número de diplomatas brasileiros, gerando 400 novas vagas (GARCIA, 2017), e aumentou em 40% o número de representações diplomáticas pelo mundo (STÄHELIN, 2010), como embaixadas, repartições consulares e escritórios, nas regiões da América do Sul, Ásia, África, Caribe, Oceania, Oriente Médio, entre outras regiões. Em abril de 2010, o Brasil somava 216 novos postos no exterior, dos quais 132 eram embaixadas (GARCIA, 2017).

O presidente também realizou um maior número de viagens internacionais. Segundo Sousa (2013), durante o primeiro mandato, 111 viagens foram realizadas ao exterior, cobrindo todas as regiões do globo, com exceção da Antártida, enquanto no segundo mandato, esse número saltou para 160, incluindo agora a Antártida. Trata-se de uma atividade elevada quando comparada ao presidente anterior e à sua sucessora no cargo.

Ademais, a convite das Organizações das Nações Unidas (ONU), o Brasil liderou a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), em 2003. Em abril de 2004, uma tropa brasileira de 1.200 militares foi enviada para estabelecer a paz por meio de ações ofensivas, assistência humanitária, manutenção da paz e outras formas de estabilização (LIMA, 2005; SOUZA NETO, 2011; HIRST; LIMA; PINHEIRO, 2010;

VIGEUVANI; CEPALUNI, 2011). Em 2005, foi criado o Centro de Instrução de Operações de Paz pelo Exército brasileiro, sendo renomeado como Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil, em 2010, com o propósito de treinar civis e militares para atuarem em missões de manutenção da paz da ONU (AGUILAR, 2012; GARCIA, 2017).

Partindo para outra discussão, a estabilidade discursiva entre as identidades internacionais do Brasil (sul-americana, de líder regional e de interlocutor entre povos), e a política externa brasileira não é completamente estável. Por mais que os discursos inscreveram a região da América do Sul como pacífica, conflitos se instalaram, provocando tensões na região. Em razão do narcotráfico e de conflitos entre o governo de Bogotá e os líderes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), uma guerra civil emergiu na Colômbia (ALMEIDA, 2014), provocando relações amistosas com seus vizinhos, Equador, em 2008, e Venezuela, em 2010 (BORGES, 2012; RICUPERO, 2017). O Brasil tentou contribuir para um processo de paz, mais de uma vez, mas não conseguiu. Em outra situação, em fevereiro de 2009, o Brasil se envolveu com as iniciativas de libertação de seis de reféns das FARC, ocasião em que o exército brasileiro prestou assistência (SOUZA NETO, 2011; BORGES, 2012; GARCIA, 2017). Ainda, o Brasil realizou críticas sobre o acordo militar, o Plano Colômbia, firmado entre EUA e Colômbia, em outubro de 2009, e o estabelecimento de sete bases norte-americanas em território colombiano (SOUZA NETO, 2011; GOMES, 2013). Em reunião da UNASUL, o Brasil alegou que a instalação de tais bases desestabilizaria o equilíbrio da região (GOMES, 2013). Outros exemplos foram os cenários das eleições da Venezuela em 2002, em que emergiram tensões políticas entre o governo e a oposição diante das acusações realizadas por Hugo Chávez acerca da participação dos EUA em um golpe contra o presidente venezuelano; e a crise política e diplomática em Honduras, em 2009, em que o presidente José Manuel Zelaya foi deposto e obrigado a deixar o país (GARCIA, 2009/2010). Assim, as práticas discursivas e representacionais mobilizadas pelos discursos de política externa, como repetições, reformulações e paráfrases constantes, ressignificações de sentidos por meio da memória discursiva e encenações, mobilização de afetos e ressentimentos, entre outras que se fizeram presentes nos textos, contribuem para manter os elos estáveis entre a representação das identidades e a política externa.

Por fim, retorno às minhas hipóteses preliminares apresentadas no início desta dissertação quando justifiquei a escolha das duas regiões como contextos relacionais. A hipótese de que a América do Sul havia ocupado um espaço muito importante para o Brasil

foi confirmada em razão das diversas posições do sujeito-EU inscritas nos discursos de política externa, que refletiram uma identidade internacional específica, impulsionando as ações e posicionamentos adotados pela política externa nos governos Lula. Todavia, ao observar esse deslocamento do sujeito-EU por suas posições espaciais, temporais e éticas que interligaram regiões e cruzaram sentidos, entendo que a identidade sul-americana – por maior que haja identificação com a região, constituindo um Nós – depende de um sistema de signos e sentidos diferenciados e relacionados a posições desse mesmo sujeito-EU em outros contextos e regiões. Isso significa que posicionamentos da política externa brasileira sobre temas distintos em outras regiões também precisam ser garantidos por essa identidade sul-americana. Como ela é lançada e representada no plano internacional, a posição do país no sistema internacional precisa estar garantida e condizente com a identidade – aliás, como apresentei durante a análise dos textos, a América do Sul também é representada como ator global.

Minha outra hipótese, sobre o Oriente Médio, também merece certa adequação. Minha intuição inicial era que os discursos de política externa capturaram ondas de debate que circulavam nas pautas discursivas do sistema internacional, como a questão da paz e segurança no Oriente Médio, de maneira que tais discursos articularam posições do Brasil que projetaram uma identidade internacional específica ao se inserir naquela região. Entretanto, as identidades internacionais sobre as quais discorri não são específicas para determinada região. A identidade internacional sul-americana, assim como as demais, constituiu-se devido à interação e deslocamento do sujeito-EU no espaço discursivo, que congregou e fez com que as regiões interagissem entre si. Assim, quando o Brasil se inseriu nos temas de paz e segurança no Oriente Médio, durante o governo Lula, não foi em virtude de uma captura de debates que circulavam no sistema internacional, mas através de uma projeção das próprias identidades do Brasil que se constituíram.

Exemplificando, os posicionamentos do Brasil sobre o caso israelo-palestino sempre foram no sentido da defesa de um Estado palestino independente coexistindo pacificamente com Israel (BRASIL; MRE, 2003e, 2006a, 2007a, 2007b). No caso do programa nuclear iraniano, o Brasil apoiou as negociações e soluções pacíficas em relação à demanda iraniana (BRASIL; MRE, 2006c) e, a partir do ano 2009, reconheceu, em declaração à imprensa, “o direito do Irã de desenvolver seu programa nuclear para fins pacíficos” (BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA, 2009f). Tais posicionamentos não estão desvinculados da identidade sul-americana, pois a política

externa brasileira teve, no seu centro, o signo de paz ligado à identidade sul-americana, atribuindo maior sentido para esses posicionamentos, inclusive para a comunidade internacional. Ou seja, se fazer parte da América do Sul significa ser pacífico, essa condição precisa ser refletida na incursão do Brasil nos casos do Oriente Médio. Logo, os posicionamentos e as ações adotados pela política externa brasileira só podem ser compreendidos se considerarmos que são apoiados em identidades internacionais. E, ao passo que a política externa vai ganhando espaço no sistema internacional, ela contribui para cristalizar as identidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Centrar a análise nas posições do sujeito-EU, por meio do dispositivo de análise utilizado, permitiu-me compreender diversas representações e sentidos construídos nos/pelos discursos. Nesse sentido, no contexto relacional do Oriente Médio, identifiquei que os discursos de política externa brasileira construíram relações de diferença entre o Brasil e o Oriente Médio através de espacialidades qualitativamente diferenciadas, definindo um sujeito-EU pacífico e seguro em oposição a um Outro permeado por imagens estereotipadas de conflito, instabilidade e perigo de armas nucleares. Tais imagens, como argumentei, são de natureza racista, já que desqualificam o Oriente Médio mediante meras simplificações da realidade, operadas em termos étnico-culturais, mas, paradoxalmente, criam assimilações com o Outro, através de um reforço do imaginário social do Brasil como um país multicultural e mestiço.

Por meio da representação de temporalidades diferentes, os discursos de política externa brasileira inscreveram o Brasil em uma posição cronológica anterior, a ponto de contribuir para a existência do Outro. Nesse mesmo quadro, os textos evocaram os Outros-dos-outros para mobilizar ressentimentos, construindo mais nuances de diferenças, à medida que a posição do Brasil era legitimada diante da sua incursão em promover a paz no Oriente Médio, como no caso israelo-palestino na questão Palestina e no caso do programa nuclear iraniano.

De outra parte, no contexto relacional da América do Sul, o Brasil tem sua posição integrada espacialmente àquela região, constituindo os países sul-americanos mais um Nós do que o Outro. Através da articulação de afetividades, como a atualização do tema específico da independência e o estilo textual de nomear os demais países sul-americanos como irmãos e representá-los como partes do corpo humano, diversas relações textuais e intertextuais buscaram cristalizar a união e justificar políticas de integração. Contudo, a temporalidade evocada construiu relações de diferença no interior da América do Sul que, juntamente com preocupações discursivas de ética e moralidade, conferiram ao Brasil uma posição superior e um estatuto de líder, competente e capaz de convocar os demais países sul-americanos em direção à integração regional. Por meio das relações de espacialidade, temporalidade e ética, um Outro externo à região foi evocado pelos discursos, a partir da mobilização de ressentimentos, justificando os chamados à ação do Brasil ante os demais

países sul-americanos para a expansão e o aprofundamento das instituições, como MERCOSUL e UNASUL, no quadro da integração regional.

Já no contexto relacional comum a ambas as regiões (o tema das relações econômicas), os discursos de política externa brasileira construíram muito mais similaridades do que diferenças. Ao articularem o tema do desenvolvimento, os discursos produziram relações de temporalidades distintas entre o Brasil e os demais países, a fim de conferir, por exemplo, maiores capacidades e competências ao sujeito-EU. Porém, ao mesmo tempo, a demonstração de capacidades e competências do Brasil, diante de sua temporalidade qualitativamente superior, contribuiu para costurar e justificar o papel do país como interlocutor e líder ao conduzir os países da América do Sul e do Oriente Médio em um sistema internacional caracterizado por assimetrias e relações desiguais com os países desenvolvidos. Assim, Outros externos às duas regiões foram evocados para marcar diferenças mais radicais, ao passo que ressentimentos foram trazidos, justificando políticas econômicas e de intercâmbio inter/intrarregionais, a partir de uma construção discursiva de preocupação moral compartilhada, como a mudança da geografia comercial.

Observadas tais relações textuais, apresentei na exploratória crítica que as identidades internacionais do Brasil constituídas nos/pelos discursos de política externa brasileira, durante os governos Lula, foram: sul-americana, de líder regional e de interlocutor entre povos. Essas identidades não podem ser pensadas sem se considerar as relações de diferenças; muito menos devem ser pensadas como identidades específicas de uma ou outra região. Elas se encontram emaranhadas e foram constituídas a partir do cruzamento e interação entre as regiões, à medida que o sujeito-EU se deslocava no espaço discursivo. Ademais, o papel da memória discursiva revelou-se crucial, pois, ao mesmo tempo em que era conduzida ao silenciamento, era também preenchida com novos sentidos, atualizando os contextos do presente e autorizando posições de poder do Brasil perante suas políticas adotadas.

Posto isso, minha pergunta de pesquisa, *De que maneira os discursos realizaram as representações da(s) identidade(s) internacional(is) do Brasil na política externa brasileira nos governos Lula (2003-2010)?*, pode ser respondida da seguinte forma: os discursos de política externa construíram as representações das identidades internacionais por meio da operação de um complexo sistema de significação que, ao deslocaram textualmente as posições do Estado no espaço discursivo, produziram relações de identificação e diferenciação com outros corpos, objetos e sujeitos. Ao passo que as

identidades internacionais eram representadas pela política externa, o próprio Estado emergia nos/pelos discursos com sua existência alicerçada por suas posições inscritas nos discursos para serem operadas no sistema internacional.

Esse complexo sistema de operações congregou no seu centro de atividade distintas práticas representacionais, como a demarcação de fronteiras entre EU-Outro em termos espaciais, temporais e éticos, a mobilização de afetos e ressentimentos, a utilização de repetições, paráfrases e reformulações, o estabelecimento de ligações intertextuais com cenas temporais, a construção de imagens estereotipadas, a instauração de polêmica, entre outros. Em suma, entre cenas, afetos e ressentimentos, a política externa era conduzida pelos discursos e a identidade, simultaneamente, se constituía e legitimava as políticas e as posições de poder de Estado.

Diante desses “achados”, anuncio que este trabalho é uma contribuição modesta e interdisciplinar para os estudos de Ciência Política, Análises do Discurso e áreas afins, pois seu objeto de pesquisa permanece aberto para novas investigações. Uma primeira possibilidade de pesquisa consiste em ampliar e descer o nível de análise para incorporar outras vozes. O trabalho que conduzi seguiu um desenho de pesquisa centrado no modelo intertextual tipo 1 de Lene Hansen (2006), caracterizado por trabalhar com discursos oficiais da política externa e equivalentes. Entretanto, a autora possui outros modelos intertextuais (tipos 2, 3A e 3B), também destinados à análise da política externa, mas de outras formas, com discursos antagônicos. O modelo intertextual tipo 2 trabalha com o debate de política externa mais amplo, incorporando a oposição política, a mídia corporativa e as instituições. O modelo intertextual tipo 3A analisa representações culturais, incorporando discursos da cultura popular alta, enquanto o 3B foca nos discursos políticos marginais para analisar resistências políticas, como discursos de movimentos sociais, associações ilegais, organizações não governamentais e acadêmicos.

Outra possibilidade seria aplicar o modelo intertextual tipo 1, mas ampliar alguma das outras três dimensões: número de “Eus”, perspectiva temporal e número de eventos. Gostaria de tecer alguns apontamentos para as duas primeiras dimensões. É possível expandir o número de “Eus”, construindo um projeto de pesquisa comparativa para analisar as “respostas dos Eus diferentes para um mesmo evento ou questão política” (HANSEN, 2006, p. 67), analisando também a interação entre eles. Acerca da perspectiva temporal, uma possibilidade é estender o percurso histórico da análise, voltando-se para representações ulteriores, a fim de identificar reproduções e transformações em identidades

e sentidos que possuem a aparência de naturais ou permanentes. Por exemplo, identifiquei nos discursos de política externa brasileira durante os governos Lula a reprodução do mito da democracia racial e da convivência pacífica de povos no Brasil. Com uma análise de discurso genealógica, pode-se conduzir uma pesquisa que busque localizar esses discursos em diferentes tempos, sentidos e identidades, com a finalidade de contestá-las e desconstruí-las.

Qualquer uma dessas possibilidades enseja tempo considerável de pesquisa e de investimento, porquanto ao ampliar o escopo do desenho de pesquisa, maior será o volume de materiais a serem analisados pela análise do discurso. Há que se considerar ainda a limitação de acesso a esses materiais, discursos de outros gêneros.

Por ora, concludo defendendo que os discursos, a interpretação e os significados constituídos são imprescindíveis para a existência da ação política e estatal e das identidades. Consequentemente, os discursos de política externa ligam a interpretação às questões de conhecimento e poder na tentativa de desconstrução do que está imposto no sistema internacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUILAR, Sérgio. Uma cultura brasileira de missões de paz. *In*: BRIGAGÃO, Clóvis; FERNANDES, Fernanda. (Orgs.). **Diplomacia para a paz**. Brasília: FUNAG, 2012, p. 215-241
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. Pensamento e ação da diplomacia de Lula: uma visão crítica. **Revista Política Externa**, v. 19, n. 2, set./nov. 2010, p. 27-40.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. A diplomacia da era Lula: balanço e avaliação. **Revista Política Externa**, v. 20, n. 3, 2012, p. 95-114.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Nunca antes na diplomacia...** A política externa brasileira em tempos não convencionais. 1. ed. Curitiba: Appris, 2014.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Prefácio da edição brasileira**. *In*: Armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje. São Paulo: Veneta, 2019, p. 7-19.
- AMORIM, Celso. **Breves narrativas diplomáticas**. São Paulo: Benvirá, 2013.
- AMORIM, Celso. **Teerã, Ramalá e Doha**: memórias da política externa ativa e altaiva. São Paulo: Benvirá, 2015.
- AYDIN-DÜZGİT, Senem. **Constructions of European identity: debates and discourses on Turkey and the EU**. New York: Palgrave Macmillan, 2012.
- AYDIN-DÜZGİT, Senem. *European security and the accession of Turkey: identity and foreign policy in the European Commission*. **Cooperation and Conflict**, v. 48, n. 2, 2013, p. 522-541. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0010836713482821> . Acesso em: 2 jun. 2019.
- AYDIN-DÜZGİT, Senem. *Critical discourse analysis in analysing European Union foreign policy: prospects and challenges*. **Cooperation and Conflict**, v. 49, n. 3, 2014, p. 354-367. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0010836713494999> . Acesso em: 2 jun. 2019.
- BRASIL. SENADO FEDERAL. Oswaldo Aranha é o novo herói da pátria. 20 abr. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/04/20/oswaldo-aranha-e-o-novo-heroi-da-patria-1> . Acesso em: 06 mar. 2021.
- BORGES, Fábio. As relações do Brasil com a Colômbia (1995-2010): aproximações e divergências. *In*: OLIVEIRA, Renata Peixoto de; NOGUEIRA, Silvia Garcia; MELO, Felipe Reis. (Orgs.) **América Andina**: integração regional, segurança e outros olhares [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2012. p. 275-299. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788578791858> . Acesso em: 13 nov. 2020.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. *Bodies that matter: on the discursive limites of “sex”*. London and New York: Routledge Class, 2011.

BUTLER, Judith. Fundações contingentes: feminismo e a questão do “pós-modernismo”. In: BENHABIB, Seyla; BUTLER, Judith; CORNELL, Drucilla; FRASER, Nancy. **Debates feministas: um intercâmbio filosófico**. São Paulo: Editora UNESP, 2018a.

BUTLER, Judith. Por uma leitura cuidadosa. In: BENHABIB, Seyla; BUTLER, Judith; CORNELL, Drucilla; FRASER, Nancy. **Debates feministas: um intercâmbio filosófico**. São Paulo: Editora UNESP, 2018b.

CAMPBELL, David. *Global Inscription: How foreign policy constitutes the United States. Alternatives*, v. 15, n. 3, 1990, p. 263-286. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/030437549001500302> . Acesso em: 2 jun. 2019.

CAMPBELL, David. *Writing Security: United States foreign policy and the politics of identity*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992.

CAMPBELL, David. *Poststructuralism*. In: DUNNE, Tim; KURKI, Milja; SMITH, Steve. *International Relations Theories: Discipline and Diversity*. 3. ed. United Kingdom: Oxford University Press, 2013, p. 223-246.

CAMPBELL, David; GEORGE, Jim. *Patterns of dissent and the celebration of difference: Critical Social Theory and International Relations. International Studies Quarterly*, v. 34, n. 3, Special Issue: Speaking the Language of Exile: Dissidence in International Studies, 1990, p. 269-293. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2600570> . Acesso em: 10 jun. 2019.

CARMO, Corival Alves do; PECEQUILO, Cristina Soreanu. Venezuela-Brasil-EUA: uma visão retrospectiva da dinâmica regional (2003/2013). *Oikos*. v. 15, n. 2, 2016, p. 36-60. Disponível em: <http://www.revistaokos.org/seer/index.php/oikos/article/viewArticle/419> . Acesso em: 13 nov. 2020.

CAZARIN, Ercília Ana; RASIA, Gesualda dos Santos. As noções de acontecimento enunciativo e de acontecimento discursivo: um olhar sobre o discurso político. *Letras, Santa Maria*, v. 24, n. 48, p. 193-210, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2176148514432>. Acesso em 05 mar. 2021.

CESÁRIO, Ana Cleide Chiarotti. A Análise de Discurso como teoria e método para a compreensão da política. *Anais do 6º Encontro Celsul*, Círculo de Estudos Linguísticos do Sul. Florianópolis, Santa Catarina, 2004, p. 1-8. Disponível em: http://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Anais/CELSUL_VI/index.htm . Acesso em: 5 ago. 2019.

CERVO, Amado Luiz. A política exterior: de Cardoso a Lula. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 46, n. 1, 2003, p. 5-11. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292003000100001> . Acesso em: 10 out. 2020.

CERVO, Amado Luiz. *Brazil's rise on the international scene: Brazil and the world*. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 53, n. special edition, 2010, p. 7-32. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292010000300002> . Acesso em: 03 jan. 2020.

CERVO, Amado Luiz. Inserção global no século XXI: a estratégia do Estado logístico. *In*: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 5. ed. rev. ampl. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015, p. 525-569.

CHAMMA, Vanessa Miguel. A política externa do Hamas. **Fronteira**, v. 12, n. 23, 2013, p. 44-68. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/view/12249>. Acesso em: 02 fev. 2021.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

COLLARES, Valdeli Coelho. **Ascensão do Hamas na Palestina: pobreza e assistência social (1987-2006)**. Dissertação de Mestrado (Desenvolvimento Social). Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). 2012. 140f. Disponível em: <https://www.posgraduacao.unimontes.br/uploads/sites/20/2019/06/disserta%C3%A7%C3%A3o-valdeli.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2021.

CONNOLLY, William E. *Identity / Difference: Democratic negotiations of political paradox*. Expanded ed. Ithaca: Cornell University Press, 1991.

COOPER, Frederick. *Colonialism in Question: theory, knowledge, History*. Berkeley and Los Angeles, and England: University of California, 2005.

DER DERIAN, James. *The boundaries of knowledge and power in International Relations*. *In*: DER DERIAN, James; SHAPIRO, Michael. (eds.). **International/Intertextual Relations: postmodern readings of World Politics**. New York: Lexington Books, 1989, p. 3-10.

DER DERIAN, James. **Critical practices in International Theory: selected essays**. London and New York: Routledge, 2009.

DOMINGUES, Petrônio. O mito da democracia racial e a mestiçagem em São Paulo no pós-abolição (1889-1930). **Tempos Históricos**, v. 05/06, 2003/2004, p. 275-292.

DOMINGUES, Petrônio. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930). **Diálogos Latinoamericanos**, n. 10, 2005, p. 116-131.

DOTY, Roxanne Lynn. *Foreign policy as social construction: a post-positivist analysis of U.S. Counterinsurgency policy in the Philippines*. **International Studies Quarterly**, v. 37, n. 3, 1993, p. 297-320. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2600810> . Acesso em: 10 jun. 2019.

DOTY, Roxanne Lynn. *Imperial encounters: The politics of representation in North-South Relations*. Minneapolis, Minnesota: Borderlines, 1996.

FAIRCLOUGH, Norman. *Analysing Discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.

FÁVERO, Gustavo; PINHEIRO, Lucas Frota Verri. As relações entre o Brasil e a Palestina e o reconhecimento do Estado Palestino pelo Brasil. **Cadernos de Política Exterior**, v. 3, p. 65-91, 2016.

FELLET, João. A época em que o Brasil barrou milhares de judeus que fugiam do nazismo. **BBC NEWS BRASIL**. 20 jan. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46899583> . Acesso em: 06 mar. 2021.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 9 ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz & Terra, 2019.

GARCIA, Marco Aurélio. O que está em jogo em Honduras. **Revista Política Externa**. v. 18, n. 3, dez./jan./fev 2009-2010, p. 123-129. Disponível em: <https://ieei.unesp.br/portal/wp-content/uploads/2010/01/Politica-Externa-18-03-Marco-Aurelio-Garcia.pdf> . Acesso em: 14 nov. 2020.

GARCIA, Eugênio Vargas. **Cronologia das Relações Internacionais do Brasil**. 3. ed. rev., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Contraponto, 2017.

GONÇALVES, Williams. Panorama da política externa brasileira no governo Lula da Silva. In: FREIXO, Adriano de;... *et al.* (Orgs.). **A política externa brasileira na era Lula: um balanço**. Rio de Janeiro: Appris, 2011, p. 11- 31.

GOMES, Gabriel Galdino. Análise das relações entre Brasil e Colômbia em um contexto de multipolaridade emergente: desafios à construção da liderança na América do Sul. **Fronteira**, v. 12, n. 24, 2 sem. 2013, p. 142-161. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/view/11878> . Acesso em: 13 nov. 2020.

GLOBO. **Revista inclui Celso Amorim em lista de ‘pensadores globais’ de 2010**. G1, Mundo. 28 nov. 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/11/revista-inclui-celso-amorim-em-lista-de-pensadores-globais-de-2010.html> . Acesso em: 26 out. 2020.

GREGORY, Donna U. *Foreword*. In: DER DERIAN, James; SHAPIRO, Michael. (eds.). *International/Intertextual Relations: postmodern readings of World Politics*. New York: Lexington Books, 1989, p. xiii-xxi.

HAIDER, Asad. **Armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje**. São Paulo: Veneta, 2019.

HANSEN, Lene. *A Case for Seduction? Evaluating the Poststructuralist Conceptualization of Security*. **Cooperation and Conflict**, v. 32, n. 4, dez. 1997, p. 369-397. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0010836797032004002> . Acesso em: 9 jun. 2019.

HANSEN, Lene. **Security as practice: discourse analysis and the Bosnian war**. London and New York: Routledge, 2006.

HIRST, Monica; LIMA, Maria Regina Soares de; PINHEIRO, Leticia. A política externa brasileira em tempos de novos horizontes e desafios. **Nuso**, dez. 2010. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/a-politica-externa-brasileira-em-tempos-de-novos-horizontes-e-desafios/> . Acesso em: 05 nov. 2020.

HUNTINGTON, Samuel P. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

INDUSRKY, Freda. Lula lá: estrutura e acontecimento. **Organon**, v. 17, n. 35, p. 101-121, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2238-8915.30020> . Acesso em: 05 mar. 2021.

LARA, Gláucia Muniz Proença Lara. O papel da memória na construção do discurso da escola. *In*: BERTOLDO, Ernesto Sérgio; MUSSALIM, Fernanda. (orgs.) **Análise do Discurso: aspectos da discursividade no ensino**. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2006, p. 123-138.

LARA, Gláucia Muniz Proença Lara. A semântica global em análise do discurso. *In*: EMEDIATO, Wander; MACHADO, Ida Lucia; LARA, Gláucia Muniz Proença. (orgs.) **Teorias do discurso: novas práticas e formas discursivas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020, p. 79-99.

LIMA, Maria Regina Soares de. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 48, n. 1, p. 24-59, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-73292005000100002> . Acesso em: 7 jul. 2020.

LIMA, Maria Regina Soares de; HIRST, Monica. Brasil como país intermediário e poder regional. *In*: HURRELL, Andrew. **Os BRICS e a ordem global**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 45-73.

LIMA, Maria Regina Soares de. Tradição e inovação na política externa brasileira. **Plataforma Democrática**. Working Paper n. 3, jul. 2010. Disponível em: <http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Tradicao%20e%20Inovacao%20na%20Politica%20Externa%20Brasileira.pdf> . Acesso em: 6 nov. 2020.

LOPES, Liana Araújo. **A Autoridade Palestina e a Resolução do Conflito com Israel**. Tese de Doutorado (Relações Internacionais). Pontifícia Universidade Católica do Rio de

- Janeiro (PUC-RJ). 2006, 278f. Disponível em: <https://doi.org/10.17771/PUCRio.acad.9544>. Acesso em: 02 fev. 2021.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Termos-chave da análise do discurso**. 1. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. 6. ed. ampl. São Paulo: Cortez, 2013.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.
- MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Identidade e representação: as marcas do fotojornalismo na tessitura da alteridade. In: VAZ, Paulo Bernardo. **Narrativas fotográficas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 17-57.
- MERCOSUR. PARLASUL. **Quem somos**. [20--]. Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/quem-somos/parlasul/>. Acesso em: 27 fev. 2021.
- MILLIKEN, Jennifer. *The study of Discourse in International Relations: A critique of research and methods*. **European Journal of International Relations**, v. 5, n. 2, 1999, p. 225-254. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1354066199005002003> . Acesso em: 10 jun. 2019.
- MOREIRA FILHO, José Lopes. **KITCONC**: concordanciador *desktop* gratuito em português. 2016.
- MOUFFE, Chantal. *El retorno de lo político: Comunidad, ciudadanía, pluralismo, democracia radical*. España: Editorial Paidós, 1999.
- MOUFFE, Chantal. *Agonistics: Thinking the world politically*. London and New York, Verso, 2013.
- MOUFFE, Chantal. **Sobre o político**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.
- MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: BRANDÃO, André Augusto P. (org.). **Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira**. Niterói: EdUFF, 2004, p. 15-34.
- NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: o processo de um racismo mascarado**. 3. ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.
- NEVES, Natalia Costa das. **A ‘Questão Palestina’ e os Acordos de Oslo: segurança sem paz**. Dissertação de Mestrado (História). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2007. 139f.

NOTARI, Maria Helena de Aguiar. Os papéis projetados pela política externa brasileira para o Oriente Médio durante os governos Lula (2003-2010). **Revista Tempo do Mundo**, v. 3, n. 1, jan. 2017, p. 257-282. Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/37>. Acesso em: 02 fev. 2021.

OLIVEIRA, Carolina de; CADONÁ, Marco André. Do “regionalismo aberto” à proposta de uma comunidade sul-americana das nações: o processo histórico da criação da UNASUL (União das Nações Sul-Americanas). **Ágora**, v. 22, n. 1, 2020, p. 121-137. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/agora.v22i1.14606>. Acesso em: 04 fev. 2021.

ORLANDI, Eni. P. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos de trabalho simbólico**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

ORLANDI, Eni. P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 12. ed., Campinas: Pontes, Editores, 2015.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. A política externa do Brasil no século XXI: os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 51, n. 2, 2008a, p. 136-153. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-7329200800020000> . Acesso em: 14 nov. 2020.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. As relações bilaterais Brasil-Estados Unidos (1989-2008). As três fases contemporâneas. *Nuso*, out. 2008b. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/as-relacoes-bilaterais-brasil-estados-unidos-1989-2008-as-tres-fases-contemporaneas/> . Acesso em: 20 nov. 2020.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. A América do Sul como espaço geopolítico e geoeconômico: o Brasil, os Estados Unidos e a China. **Carta Internacional**, vol. 8, n. 2, jul./dez. 2013, p. 100-115. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/113> . Acesso em: 20 nov. 2020.

PECEQUILO, Cristina Soreanu; CARMO, Corival Alves do. **O Brasil e a América do Sul: relações regionais e globais**. 1. ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.

PINHEIRO, Letícia. **Política externa brasileira (1889-2002)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

RAMANZINI JR., Haroldo. Uma análise da política externa do governo Lula da Silva. **Revista Debates**, v. 4, n. 2, p. 60-80, jul./dez., 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1982-5269.16561> . Acesso em: 9 jun. 2019.

RIBEIRO, Maria Clara Maciel de Araújo; LARA, Gláucia Muniz Proença. Narrativas de vida e construção de identidades nas comunidades surdas. *In: MACHADO, Ida Lucia; MELO, Mônica Santos de Souza Melo. (orgs.). Estudos sobre narrativas em diferentes materialidades discursivas na visão da Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, FALE/UFMG, 2016, p. 283-298.

RODRIGUES, Cristiano Santos; PRADO, Marco Aurélio Maximo. Movimento de mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o Estado brasileiro. **Psicologia & Sociedade**, v. 22, n. 3, p. 445-456, 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822010000300005> . Acesso em: 06 mar. 2021.

RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016)**. Rio de Janeiro: VersalEditores, 2017.

RUIZ, José Briceño; VAZQUEZ, Mariana. O Mercosul na época de Lula e Kirchner: um balanço, seis anos depois. **Nueva Sociedad**, dez. 2009. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/o-mercosul-na-epoca-de-lula-e-kirchner-um-balanco-seis-anos-depois/>. Acesso em: 15 dez. 2020.

RUMELILI, Bahar. *Constructing identity and relating to difference: understanding the EU's mode of differentiation*. **Review of International Studies**, v. 30, n. 1, 2004, p. 27-47. <https://www.jstor.org/stable/20097897> . Acesso em: 8 abr. 2019.

RUMELILI, Bahar. *Constructing regional community and order in Europe and Southeast Asia*. New York: Palgrave Macmillan, 2007.

RUMELILI, Bahar. *Liminal identities and processes of domestication and subversion*. **International Relations**. Review of International Studies, v. 38, n. 2, 2012, p. 495-508. <https://doi.org/10.1017/S0260210511000830> . Acesso em: 9 jun. 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

SECRETARIADO-GERAL DO CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. **Guia de Comunicação Inclusiva do Secretariado-Geral do Conselho da União Europeia**. Bruxelas: União Europeia, 2018. Disponível em: https://www.consilium.europa.eu/media/35437/pt_brochure-inclusive-communication-in-the-gsc.pdf . Acesso em: 9 jun. 2019.

SCHAFFER, Frederic Charles. *Elucidating social science concepts: an interpretivist guide*. New York: Routledge, 2016.

SCHWARTZ-SHEA, Peregrine; YANOW, Dvora. *Doing social science in a humanistic manner*. In: _____. (ed.). **Interpretive and method: empirical research methods and the interpretative turn**. New York and London: Routledge, 2006a, p. 380-394.

SCHWARTZ-SHEA, Peregrine; YANOW, Dvora. *Introduction*. In: SCHWARTZ-SHEA, Peregrine; YANOW, Dvora. (ed.). **Interpretive and method: empirical research methods and the interpretative turn**. New York and London: Routledge, 2006b, p. xi-xxvii.

SCHWARTZ-SHEA, Peregrine; YANOW, Dvora. *Parte II: Accessing and generating data*. In: _____. (ed.). **Interpretive and method: empirical research methods and the interpretative turn**. New York and London: Routledge, 2006c, p. 115-126.

SCHWARTZ-SHEA, Peregrine; YANOW, Dvora. *Parte III: Analyzing data. In: _____*. (ed.). ***Interpretive and method: empirical research methods and the interpretative turn***. New York and London: Routledge, 2006d, p. 206-214.

SCHWARTZ-SHEA, Peregrine; YANOW, Dvora. *Parte IV: Re-recognizing interpretative methodologies in the Human Sciences. In: _____*. (ed.). ***Interpretive and method: empirical research methods and the interpretative turn***. New York and London: Routledge, 2006e, p. 367-372.

SCHWARTZ-SHEA, Peregrine; YANOW, Dvora. ***Interpretive research design: concepts and processes***. New York and London: Routledge, 2012.

SHAPIRO, Michael J. *Representing World Politics: The Sport/War intertext with a postscript on the nuclear question. In: Working Paper*, n. 9, First Annual Conference on Discourse, Peace, Security, and International Society, ago/1987, p. 1-31. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/4hx8t76j> . Acesso em 5 jul. 2019.

SHAPIRO, Michael. J. *A discursive practices approach to collective decision-making. International Studies Quarterly*, v. 31, n. 4, 1988, p. 397-419. <https://doi.org/10.2307/2600590> . Acesso em: 9 abr. 2019.

SHAPIRO, Michael J. *Textualizing global politics. In: DER DERIAN, James; SHAPIRO, Michael*. (eds.). ***International/Intertextual Relations: postmodern readings of World Politics***. New York: Lexington Books, 1989, p. 11-22.

SIERRA, Amanda Queiroz. **UNASUL e acesso à justiça: sistemas de solução de controvérsias – contribuições e perspectivas**. Curitiba: Juruá, 2012.

SILVA, Ana Paula MAIELO. **A política palestina: construção, dinâmicas e desdobramentos**. Tese de Doutorado (Ciência Política). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas. 2012. 209p. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280943> . Acesso em: 12 nov. 2020.

SILVA, André. Luiz. R.; PILLA, Bruno. O Oriente Médio na política externa brasileira (1947-2011): aproximação, distanciamento e engajamento. **Ciências & Letras**, n. 51, jan./jun. 2012, p. 111-133.

SOUSA, Victor Teodoro de. Análise comparativa da política externa do primeiro governo Dilma Rousseff e dos governos Lula: níveis e fatores de mudança na condução. **Fronteira**, v. 12, n. 24, p. 162-181, 2. sem. 2013. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/view/10385> . Acesso em: 28 out. 2020.

SOUZA, Amaury de. **A agenda internacional do Brasil: a política externa brasileira de FHC a Lula**. Rio de Janeiro: Elsevier: CEBRI, 2009.

SOUZA NETO; Danilo Marcondes de. A política externa brasileira nos oito anos do governo Lula: legados e lições para a inserção do Brasil no Mundo. *In: PAULA; Marilene*

de. (Org.) “**Nunca antes na história desse país**”...? Um balance das políticas do governo Lula. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2011, p. 99-115.

STÄHELIN, Maycon. Brasil aumenta em 40% número de representações no externo no governo Lula. 17 abr. 2010. **OperaMundi**. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/3712/brasil-aumenta-em-40-numero-de-representacoes-no-externo-no-governo-lula> . Acesso em: 07 nov. 2020.

TORFING, Jacob. *Discourse theory: achievements, arguments, and challenges*. In: HOWARTH, David; TORFING, Jacob. (eds.). **Discourse theory in European politics: identity, policy and governance**. New York: Palgrave Macmillan, 2005, p. 1-32.

VEIGA, Edison. A brasileira que salvou judeus do Holocausto. DW, História. 11 dez. 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/a-brasileira-que-salvou-judeus-do-holocausto/a-51621847>. Acesso em: 06 mar. 2021.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, v. 29, n. 2, jul./dez. 2007, p. 273-335. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-85292007000200002> . Acesso em: 9 jun. 2019.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. Política externa de Lula: a busca de autonomia pela diversificação. In: _____. **A política externa brasileira: a busca de autonomia**, de Sarney a Lula. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 99-120.

WÆVER, Ole. *Identity, communities and foreign policy: discourse analysis as foreign policy theory*. In: HANSEN, Lene; WÆVER, Ole. (eds.). **European Integration and National Identity: the challenge of the Nordic states**. London and New York: Routledge, 2002, p. 20-49.

WEBER, Cynthia. *Performative States*. **Millennium: Journal of International Studies**, vol. 27, n. 1, 1998, p. 77-95. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/03058298980270011101>. Acesso em: 5 fev. 2019.

WILLIS, Jerry W. **Foundations of qualitative research: interpretive and critical approaches**. California: Sage Publications, 2007.

YANOW, Dvora. *Thinking interpretively: philosophical presuppositions and the Human Sciences*. In: SCHWARTZ-SHEA, Peregrine; YANOW, Dvora. (ed.). **Interpretive and method: empirical research methods and the interpretative turn**. New York and London: Routledge, 2006a, p. 5-26.

YANOW, Dvora. *Neither rigorous nor objective? Interrogating criteria for knowledge claims in interpretive science*. In: SCHWARTZ-SHEA, Peregrine; YANOW, Dvora. (ed.). **Interpretive and method: empirical research methods and the interpretative turn**. New York and London: Routledge, 2006b, p. 67-88.

Discursos: pronunciamentos, comunicados e outros documentos

AMORIM, Celso. LX Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU. 17 set. 2005. *In: CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (org.). O Brasil nas Nações Unidas 1946-2011*. 3. ed. rev. ampl. Brasília: FUNAG, 2012a, p. 891-896.

AMORIM, Celso. LXV Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU. 23 set. 2010. *In: CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (org.). O Brasil nas Nações Unidas 1946-2011*. 3. ed. rev. ampl. Brasília: FUNAG, 2012b, p. 963-969.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Intervenção do Ministro das Relações Exteriores, embaixador Celso Amorim, na comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal. 27 fev. 2003. *In: Resenha de Política Exterior do Brasil*, n. 92, 1º sem. 2003, ano 30. Brasília: FUNAG, 2003a, p. 49-56.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Discurso do Representante Permanente Alternado do Brasil junto às Nações Unidas, embaixador Luiz Tupy Caldas de Moura, no Conselho de Segurança da ONU, em Nova York. 17 mar. 2003. *In: Resenha de Política Exterior do Brasil*, n. 92, 1º sem. 2003, ano 30. Brasília: FUNAG, 2003b, p. 59-61.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Pronunciamento à Nação do Presidente da República; Luiz Inácio Lula da Silva, sobre o conflito no Iraque, em Brasília. 20 mar. 2003. *In: Resenha de Política Exterior do Brasil*, n. 92, 1º sem. 2003, ano 30. Brasília: FUNAG, 2003c, p. 65-66.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Discurso do Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas, Embaixador Ronaldo Sardenberg, no Conselho de Segurança – reunião sobre a situação no Iraque, convocado pelo Movimento Não-Alinhado, em Nova York. 26 mar. 2003. *In: Resenha de Política Exterior do Brasil*, n. 92, 1º sem. 2003, ano 30. Brasília: FUNAG, 2003d, p. 71-72.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Comunicado à imprensa sobre o Processo de Paz no Oriente Médio. 04 jul. 2003. *In: Resenha de Política Exterior do Brasil*, n. 93, 2º sem. 2003, ano 30. Brasília: FUNAG, 2003e, p. 273.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Nota à imprensa do senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, sobre as operações militares dos EUA contra alvos estratégicos no Afeganistão. 07 out. 2001. *In: Resenha de Política Exterior do Brasil*, n. 89, 2º sem. 2004, ano 28. Brasília: FUNAG, 2004, p. 276.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Comunicado à imprensa a respeito da abertura de Escritório de Representação em Ramalá. 14 maio 2004. *In: Resenha de Política Exterior do Brasil*, n. 94, 1º sem. 2004, ano 31. Brasília: FUNAG, 2004, p. 325.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Comunicado à imprensa sobre os documentos adotados por ocasião da I Reunião de Chefes de Estado da Comunidade

Sul-Americana de Nações. 30 set. 2005. *In: Resenha de Política Exterior do Brasil*, n. 97, 2º sem. 2005, ano 32. Brasília: FUNAG, 2005, p. 298-309.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Comunicado Eleições Legislativas Palestinas. 26 jan. 2006. *In: Resenha de Política Exterior do Brasil*, n. 98, 1º sem. 2006, ano 33. Brasília: FUNAG, 2006a, p. 238.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Comunicado. Programa nuclear iraniano. 31 maio. 2006. *In: Resenha de Política Exterior do Brasil*, n. 98, 1º sem. 2006, ano 33. Brasília: FUNAG, 2006c, p. 403.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Acordo de Princípios para a constituição de Governo de União Nacional na Autoridade Nacional Palestina. 13 fev. 2007. *In: Resenha de Política Exterior do Brasil*, n. 100, 1º sem. 2007, ano 34. Brasília: FUNAG, 2007a, p. 228.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Constituição do governo de União Nacional na Autoridade Nacional Palestina. 17 mar. 2007. *In: Resenha de Política Exterior do Brasil*, n. 100, 1º sem. 2007, ano 34. Brasília: FUNAG, 2007b, p. 267.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a abertura do Seminário Empresarial Brasil-Peru. 17 maio 2008. *In: Resenha de Política Exterior do Brasil*, n. 102, 1º sem. 2008, ano 35. Brasília: FUNAG, 2008, p. 119-127.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Visita do presidente de Israel, Shimon Peres. 11 nov. 2009. *In: Resenha de Política Exterior do Brasil*, n. 105, 2º sem. 2009, ano 29. Brasília: FUNAG, 2009a, p. 390.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Visita do Presidente da Autoridade Nacional Palestina, Mahmoud Abbas. 20 nov. 2009. *In: Resenha de Política Exterior do Brasil*, n. 105, 2º sem. 2009, ano 29. Brasília: FUNAG, 2009b, p. 370.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Visita ao Brasil do Presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad – Palácio Itamaraty, 23 nov. 2009. *In: Resenha de Política Exterior do Brasil*, n. 105, 2º sem. 2009, ano 29. Brasília: FUNAG, 2009c, p. 392.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Discurso do Ministro Celso Amorim na XXVI Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul – Montevidéu. 18 out. 2010. *In: Resenha de Política Exterior do Brasil*, n. 107, 2º sem. 2010, ano 31. Brasília: FUNAG, 2010a, p. 153-158.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Reconhecimento do Estado Palestino nas fronteiras de 1967. 03 dez. 2010. *In: Resenha de Política Exterior do Brasil*, n. 107, 2º sem. 2010, ano 31. Brasília: FUNAG, 2010b, p. 354-355.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Carta do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a respeito do reconhecimento pelo governo brasileiro do Estado

palestino nas fronteiras de 1967. 03 dez. 2010. *In: Resenha de Política Exterior do Brasil*, n. 107, 2º sem. 2010, ano 31. Brasília: FUNAG, 2010c, p. 356.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim na Conferência de Annapolis**. 27 nov. 2007. *In: Resenha de Política Exterior do Brasil*, n. 107, 2º sem. 2010, ano 31. Brasília: FUNAG, 2010d, p. 162-163.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES; AMORIM, Celso. **Discurso proferido pelo Embaixador Celso Amorim por ocasião da Transmissão do Cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores**. Brasília, 2 jan. 2003. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/discurso-proferido-pelo-embaixador-celso-amorim-por-ocasio-da-transmissao-do-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores> . Acesso em: 27 fev. 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES; AMORIM, Celso. **Discurso do Ministro Celso Amorim por ocasião da III Reunião de Chanceleres da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA)**. 24 nov. 2006. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/discurso-do-ministro-das-relacoes-exteriores-embaixador-celso-amorim-na-iii-reuniao-de-chanceleres-da-comunidade-sul-americana-de-nacoes-casa-santiago-chile-24-11-2006> . Acesso em: 22 fev. 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES; AMORIM, Celso. **Discurso do Ministro Celso Amorim por ocasião da Reunião de Ministros das Relações Exteriores da Cúpula América do Sul-Países Árabes**. 20 fev. 2008. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/discurso-do-ministro-das-relacoes-exteriores-embaixador-celso-amorim-por-ocasio-da-reuniao-de-ministros-das-relacoes-exteriores-da-cupula-america-do-sul-paises-arabes-buenos-aires-argentina-20-02-2008> . Acesso em: 22 fev. 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES; AMORIM, Celso. **Discurso do Ministro Celso Amorim por ocasião do Seminário Internacional de Mídia sobre a Paz no Oriente Médio, organizado pelas Nações Unidas**. Rio de Janeiro, 27 jul. 2009. 2009. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/apresentacao-do-ministro-das-relacoes-exteriores-do-brasil-embaixador-celso-amorim-no-seminario-internacional-de-midia-sobre-a-paz-no-oriente-medio-organizado-pelas-nacoes-unidas-rio-de-janeiro-27-07-2009> . Acesso em: 20 fev. 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES; AMORIM, Celso. **Palestra do Ministro Celso Amorim no “Ciclo de Palestras” na Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE-PR)**. Brasília, 25 fev. 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/palestra-do-ministro-celso>

[amorim-no-ciclo-de-palestras-na-secretaria-de-assuntos-estrategicos-da-presidencia-da-republica-sae-pr-brasilia-25-02-2010s](#) . Acesso em: 20 fev. 2021.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse no Congresso Nacional.** 01 jan. 2003. 2003a. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2003/01-01-pronunciamento-a-nacao-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-apos-a-cerimonia-de-posse.pdf/view> . Acesso em: 27 fev. 2021.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião de Cúpula do Mercosul.** 18 jun. 2003. 2003b. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2003/18-06-2003-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-reuniao-de-cupula-do-mercosul.pdf/view> . Acesso em: 20 fev. 2021.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento do Seminário Empresarial Brasil-Líbano.** 05 dez. 2003. 2003c. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2003/05-12-2003-discurso-do-pr-luiz-inacio-lula-da-silva-no-encerramento-do-seminario-empresarial-brasil-libano.pdf/view> . Acesso em: 20 fev. 2021.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da XXV Reunião do Conselho do Mercado Comum – Mercosul.** 16 dez. 2003. 2003d. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2003/16-12-2003-palavras-do-pr-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-da-xxv-reuniao-do-conselho-do-mercado-comum.pdf/view> . Acesso em: 20 fev. 2021.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no almoço empresarial oferecido pelo Presidente do Equador.** 25 ago. 2004. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2004/25-08-2004-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-no-almoco-empresarial-oferecido-pelo-presidente-do-equador/view> . Acesso em: 20 fev. 2021.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro empresarial Brasil-Venezuela.** 14 fev. 2005. 2005a. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2005/14-02-2005-discursos-luiz-inacio-lula-da-silva-2005-fevereiro-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-no-encontro-empresarial-brasil-venezuela/view> . Acesso em: 20 fev. 2021.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento da Cúpula América do Sul-Países Árabes.** 11 maio 2005. 2005b. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2005/11-05-2005-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-no-encerramento-da-cupula-america-do-sul-2013-paises-arabes/view> . Acesso em: 27 fev. 2021.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião do Conselho de Cúpula do Mercosul.** 20 jun. 2005. 2005c. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2005/30-09-2005-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-da-primeira-reuniao-de-chefes-de-estado-da-comunidade-sul-americana-de-nacoes-casa/view> . Acesso em: 20 fev. 2021.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da primeira reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA).** 30 set. 2005. 2005d. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2005/30-09-2005-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-da-primeira-reuniao-de-chefes-de-estado-da-comunidade-sul-americana-de-nacoes-casa/view> . Acesso em: 20 fev. 2021.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento da reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA).** 30 set. 2005. 2005e. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2005/30-09-2005-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-no-encerramento-da-reuniao-de-chefes-de-estado-da-comunidade-sul-americana-de-nacoes-casa/view> . Acesso em: 20 fev. 2021.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura da II Reunião de Chefes de Estado e de Governo dos Países da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA).** 08 dez. 2006. 2006a. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2006/08-12-2006-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-abertura-da-ii-reuniao-de-chefes-de-estado-e-de-governo-dos-paises-da-comunidade-sul-americana-de-nacoes-casa/view> . Acesso em: 20 fev. 2021.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente na cerimônia de assinatura do Protocolo de Adesão da Venezuela como Membro-Pleno.** 04 jul. 2006. 2006b. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2006/04-07-2006-discurso-do-presidente-da-republica-luiz>

[inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-assinatura-do-protocolo-de-adesao-da-venezuela-como-membro-pleno-do-mercosul/view](#) . Acesso em 20 fev. 2021.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da Reunião de Cúpula do Mercosul.** 19 jan. 2007. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2007/19-01-2007-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-da-reuniao-de-cupula-do-mercosul/view> . Acesso em: 20 fev. 2021.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a reunião extraordinária de chefes de Estado e de Governo da União Sul-Americana de Nações (UNASUL).** 23 maio 2008. 2008a Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2008/23-05-2008-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-a-reuniao-extraordinario-de-chefes-de-estado-e-de-governo-da-uniao-sul-americana-de-nacoes-unasul/view> . Acesso em: 20 fev. 2021.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante reunião de Cúpula dos Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados.** 01 jul. 2008. 2008b. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2008/23-05-2008-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-a-reuniao-extraordinario-de-chefes-de-estado-e-de-governo-da-uniao-sul-americana-de-nacoes-unasul/view> . Acesso em: 20 fev. 2021.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de abertura do Encontro Empresarial Brasil-Argentina.** 04 ago. 2008. 2008c. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2008/04-08-2008-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-a-cerimonia-de-abertura-do-encontro-empresarial-brasil-argentina/view> . Acesso em: 20 fev. 2021.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de almoço na Câmara de Comércio, na Arábia Saudita.** 17 maio 2009. 2009a. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2009/17-05-2009-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-por-ocasio-de-almoco-na-camara-de-comercio-na-arabia-saudita/view> . Acesso em: 20 fev. 2021.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante sessão de encerramento do Seminário Internacional Brasil-Turquia.** 21 maio 2009. 2009b. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2009/21-05-2009-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-sessao-de-encerramento-do-seminario-internacional-brasil-turquia/view> . Acesso em: 20 fev. 2021.

[republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-sessao-de-encerramento-do-seminario-internacional-brasil-turquia/view](#) . Acesso em: 23 fev. 2021.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de entrega do Prêmio Félix Houphouët-Boigny pela Busca da Paz.** 07 jul. 2009. 2009c. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2009/copy_of_07-07-2009-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-entrega-do-premio-felix-houphouet-boigny-pela-busca-da-paz/view . Acesso em: 25 fev. 2021.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Declaração à imprensa do Presidente à República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita do presidente de Israel, Shimon Peres.** 11 nov. 2009. 2009d. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2009/11-11-2009-declaracao-a-imprensa-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-por-ocasio-da-visita-do-presidente-de-israel-shimon-peres/view> . Acesso em: 25 fev. 2021.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Declaração à imprensa do Presidente à República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita do Presidente da Autoridade Nacional Palestina.** 20 nov. 2009. 2009e. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2009/20-11-2009-declaracao-a-imprensa-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-por-ocasio-da-visita-do-presidente-da-autoridade-nacional-palestina/view> . Acesso em: 25 fev. 2021.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, após assinatura de atos, por ocasião da visita do presidente do Irã.** 23 nov. 2009. 2009f. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2009/23-11-2009-declaracao-a-imprensa-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-apos-assinatura-de-atos-por-ocasio-da-visita-do-presidente-do-ira/view> . Acesso em: 25 fev. 2021.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento do encontro empresarial Brasil-Jordânia.** 18 mar. 2010. 2010a. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/18-03-2010-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-no-encerramento-do-encontro-empresarial-brasil-jordania/view> . Acesso em: 23 fev. 2010.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de encerramento do IV Encontro Empresarial Brasil-Irã.** 16 maio. 2010. 2010b. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/16-05-2010-discurso-do-presidente-da-republica-luiz>

[inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-encerramento-do-iv-encontro-empresarial-brasil-ira/view](#) . Acesso em: 22 fev. 2010.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante sessão de abertura da 39ª Reunião da Cúpula do Mercosul e sessão de trabalho.** 03 ago. 2010. 2010c.

Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/03-08-2010-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-sessao-de-abertura-da-39a-reuniao-de-cupula-do-mercosul-e-sessao-de-trabalho/view> . Acesso em: 23 fev. 2010.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a 4ª reunião ordinária de chefes de Estado e de Governo da Unasul.** 26 nov. 2010. 2010d. Disponível em:

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/26-11-2010-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-a-4a-reuniao-ordinaria-de-chefes-de-estado-e-de-governo-da-unasul/view> . Acesso em: 20 fev. 2021.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante sessão plenária especial do Parlamento israelense (Knesset).** 15 mar. 2010. 2010e. Disponível em:

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/15-03-2010-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-sessao-plenaria-especial-do-parlamento-israelense-knesset/view> . Acesso em: 25 fev. 2021.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante jantar oferecido pelo presidente de Israel.** 15 mar. 2010. 2010f. Disponível em:

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/15-03-2010-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-jantar-oferecido-pelo-presidente-de-israel/view> . Acesso em: 25 fev. 2021.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante sessão de encerramento da Cúpula Social do Mercosul.** 16 dez. 2010. 2010g Disponível em:

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/15-03-2010-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-jantar-oferecido-pelo-presidente-de-israel/view> . Acesso em: 21 fev. 2021.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. LVIII Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU. 23 set. 2003. In: CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (org.). **O Brasil nas Nações Unidas 1946-2011.** 3. ed. rev. ampl. Brasília: FUNAG, 2012a, p. 839-846.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. LXI Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU. 19 set. 2006. *In*: CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (org.). **O Brasil nas Nações Unidas 1946-2011**. 3. ed. rev. ampl. Brasília: FUNAG, 2012b, p. 903-908.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. LIX Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU. 21 set. 2004. *In*: CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (org.). **O Brasil nas Nações Unidas 1946-2011**. 3. ed. rev. ampl. Brasília: FUNAG, 2012c, p. 853-859.

RIBEIRO VIOTTI, Maria Luiza. Discurso da embaixadora Maria Luiza Ribeiro Viotti no debate do Conselho de Segurança sobre Não Proliferação (Irã). 08 jun. 2010. *In*: **Resenha de Política Exterior do Brasil**, n. 106, 1º sem. 2010, ano 37. Brasília: FUNAG, 2010, p. 473-475.